



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

EMÍLIA QUERINO TAVARES

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE NORDESTINA EM
DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE
ARQUEOLÓGICA**

**JOÃO PESSOA, PB
2021**

EMÍLIA QUERINO TAVARES

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE NORDESTINA EM DICIONÁRIOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Federal da Paraíba como parte dos
requisitos para obtenção do Título de Mestre em Linguística.
Área de concentração: Discurso e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Amanda Braga.

JOÃO PESSOA, PB
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T231c Tavares, Emília Querino.

A construção discursiva da identidade nordestina em dicionários de língua portuguesa : uma análise arqueológica / Emília Querino Tavares. - João Pessoa, 2021.

131 f. : il.

Orientação: Amanda Braga.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Análise do discurso. 2. Dicionários - Língua portuguesa. 3. Identidade nordestina. I. Braga, Amanda. II. Título.

UFPB/BC

CDU 81'42(043)

EMÍLIA QUERINO TAVARES

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE NORDESTINA EM DICIONÁRIOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Discurso e Sociedade. Orientadora: Profa. Dra. Amanda Braga.

Banca Examinadora



Profa. Dra. Amanda Batista Braga (UFPB)
(Orientadora)



Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini (UFSCar/UFPB)
(Examinadora)



Prof. Dr. Jocenilson Ribeiro dos Santos (UFS)
(Examinador)

Prof. Dr. Derek Warwick da Silva Tavares (UFBA)
(Examinador suplente)

JOÃO PESSOA, PB

2021

AGRADECIMENTOS

Ao **Deus** que não existe, mas *É*.

A **meus pais**, por serem os maiores celebradores das minhas conquistas.

A **Gleydson Tavares**, pela certeza com a qual sempre acredita que consigo.

A **Derek Tavares** e **Mabel Mota**, pela ajuda com o *corpus*, por gentilmente se envolverem e se colocarem à disposição.

A **Emily Ferreira**, pessoa do meu afeto, por ter vivido comigo as alegrias e os desafios do mestrado.

A **Amanda Braga**, pelo orgulho danado de ser sua orientanda, por ter abraçado e defendido esta pesquisa, por unir esforços para que eu vencesse os percalços de uma pandemia. Se é verdade que a escrita acadêmica é solitária, escrevi sem notar.

A **Vanice Sargentini**, um ícone para mim, pelo presente da leitura desta dissertação. Minha gratidão emocionada por sua rica contribuição.

A **Rosa Medeiros**, pela leitura atenta e pelas sugestões que tanto acrescentaram a este trabalho.

A **Jocenilson Ribeiro**, por aceitar oferecer seu entendimento e experiência, agregando um outro olhar muito valioso para esta pesquisa.

Ao **Observatório do Discurso**, pelo companheirismo acadêmico e pela torcida sempre fervorosa.

A **Maria José Paiva**, que em nome da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba, atendeu-me de forma tão prestativa e empenhada.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Linguística** da Universidade Federal da Paraíba, por todo suporte.

A **CAPES**, por financiar esta pesquisa. *Sem oportunidade, não se faz mérito.*

RESUMO

Ainda que o registro do léxico seja uma tentativa de dar estabilidade aos sentidos, os dicionários trazem verbetes produzidos em distintas condições de emergência, o que faz com que sofram certos deslocamentos no decorrer do tempo histórico. Neste sentido, esta dissertação propõe uma análise arqueológica dos verbetes *baiano*, *paraíba* e *sertanejo* em dicionários de diferentes épocas, a fim de investigarmos seus efeitos de sentido ao longo do tempo e acompanharmos a construção de suas verdades sobre a identidade nordestina de um enunciado a outro, com suas continuidades e descontinuidades no interior do arquivo. Para tanto, analisamos o discurso sobre a identidade nordestina (re)produzido em dicionários brasileiros de Língua Portuguesa, buscando as memórias discursivas que sustentam esses discursos materializados pelos verbetes. Para alcançarmos os objetivos mencionados, nosso trabalho consistiu na catalogação dos verbetes em questão em diferentes épocas, através de dicionários dos séculos XIX, XX e XXI (antes da formação do Nordeste, depois dela e atualmente). Demonstramos, com isso, que o verbete *baiano* é descrito negativamente em sua relação com o trabalho; que *paraíba* reúne dizeres que apontam desde o sentido de um simples pertencimento geográfico, até um discurso depreciativo sobre a posição social do nordestino e a feminilidade da nordestina; enquanto o *sertanejo* é construído em oposição ao citadino, à cultura letrada, e às boas maneiras. Tivemos como aporte teórico a Análise do Discurso de linha francesa a partir das reflexões de Michel Foucault, sobretudo no tocante a seu método arqueológico de análise e às noções de *enunciado*, *arquivo* e *verdade*. Faremos ainda uma articulação teórica com o campo de investigação dos Estudos Culturais, tendo em vista que a noção de identidade também será central em nosso trabalho.

Palavras-Chave: Discurso. Dicionário. Nordeste.

ABSTRACT

Although the register of the lexicon is an attempt to give stability to the senses, the dictionaries contain entries produced in different emergency conditions, which cause them to suffer certain displacements in the course of historical time. In this sense, this dissertation proposes an archaeological analysis of the *baiano*, *paraíba* and *sertanejo* entries in dictionaries from different times, in order to investigate their meaning effects over time and to follow the construction of their truths about the northeastern identity from one statement to another, with its continuities and discontinuities within the archive. Therefore, we analyze the discourse on northeastern identity (re)produced in Brazilian Portuguese dictionaries, seeking the discursive memories that support these discourses materialized by the entries. In order to achieve the aforementioned objectives, our work consisted of cataloging the entries in question at different times, using dictionaries from the 19th, 20th and 21st centuries (before the formation of the Northeast, after it and currently). With this, we demonstrate that the *baiano* entry is negatively described in its relationship with work; that *paraíba* brings together sayings that point from the sense of a simple geographical belonging to a derogatory discourse on the social position of the northeastern and the femininity of the northeastern; while the *sertanejo* is constructed in opposition to the city, to the literate culture, and to good manners. We had as theoretical support the Discourse Analysis of the French line from the reflections of Michel Foucault, especially with regard to his archaeological method of analysis and the notions of *enunciation*, *archive* and *truth*. We will also make a theoretical articulation with the research field of Cultural Studies, considering that the notion of identity will also be central in our work.

Keywords: Discourse. Dictionary. Brazilian Northeast.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - DESCREVENDO O DISPOSITIVO ANALÍTICO	13
1.1. ANALISAR DISCURSOS: DEFININDO UM PONTO DE PARTIDA	13
1.2. RECONHECENDO O ÁTOMO DISCURSIVO: O ENUNCIADO.....	16
1.3. O ARQUIVO E AS REGRAS DO JOGO ENUNCIATIVO.....	20
1.4. PENSAR A <i>VERDADE</i> (FORA DO AQUÁRIO)	21
1.5. A IDENTIDADE PELO PRISMA DOS ESTUDOS CULTURAIS	25
1.6. UMA ORIGEM, UMA IDENTIDADE	29
1.7. REPRESENTAÇÃO E ESTEREÓTIPOS	31
CAPÍTULO II - CONHECENDO O DICIONÁRIO: SUA TIPOLOGIA, SUA EMERGÊNCIA, SEU DISCURSO	36
2.1. TIPOLOGIA DE DICIONÁRIOS: CRITÉRIOS, CLASSIFICAÇÕES	36
2.2. A EMERGÊNCIA DE UMA TÉCNICA LEXICÓGRÁFICA	39
2.3. O DICIONÁRIO BRASILEIRO.....	41
2.4. DOS DICIONÁRIOS UTILIZADOS	45
2.4.1. Dicionários do século XIX.....	45
2.4.2. Dicionários do século XX.....	47
2.4.3. Século XXI: dicionários do PNLD/2012 e eletrônicos.....	48
2.5. O DICIONÁRIO ENQUANTO DISCURSO	56
CAPÍTULO III - DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI: A PRODUÇÃO DE VERDADES SOBRE A IDENTIDADE NORDESTINA EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	60
3.1. <i>BAIANO</i>	60
3.2. <i>PARAÍBA</i>	89
3.3. <i>SERTANEJO</i>	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	125

Meu papel – mas este é um termo muito pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. O papel de um intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas.

[Michel Foucault, **Ditos e escritos V**, 2006, p. 295.]

INTRODUÇÃO

Na manhã de 19 de julho de 2019, no Palácio do Planalto, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro se preparava para dar início a mais um corriqueiro momento de entrevista com a imprensa. Ao seu lado direito, sentava-se Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil. Ambos conversavam sem conhecimento de que um dos microfones de mesa, o que pertencia à *TV Brasil*, já estava no ar. Rompendo a confidência da conversa, o diálogo estava a ser filmado e transmitido via internet, permitindo que um grande público de usuários assistisse àquela cena em tempo real. Os representantes políticos não sabiam, mas, dali a pouco, uma fala daquela conversa viralizaria e seria o assunto mais comentado do *Twitter* naquele dia.

A declaração que gerou a repercussão sobre a qual estamos falando partiu do próprio presidente. Nela, ele alertava (ou instruía) Lorenzoni dizendo que “Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão. Tem que ter nada com esse cara”. Após um trecho incompreensível, Bolsonaro ainda usou o termo “picaretas”. O presidente se referia a Flávio Dino, governador do Maranhão (PCdoB). Quando usado com função de tratamento, “paraíba” é geralmente empregado por sulistas que se dirigirem a nordestinos. O uso do termo provocou indignação nos chefes executivos da região nordestina e desencadeou revolta em internautas que rejeitavam o uso feito pelo representante nacional. A forma mais comum de reação pública foram afirmações de “orgulho nordestino”.

Diante da declaração do presidente, os governadores da região Nordeste divulgaram uma carta coletiva, informando terem reagido “com espanto e profunda indignação”¹. Diante desse acontecimento, questionamos: onde, de fato, estavam ditas as ofensas que provocariam “espanto e indignação” com a irrupção de “paraíba”? Que outros enunciados povoariam as suas margens? (FOUCAULT, 2019). São dizeres anteriores ao que fora dito naquele momento e que possibilitaram tais efeitos.

Na ocasião que trazemos, “paraíba” já não aponta um espaço geográfico, e sim sujeitos. Seu sentido foi, portanto, deslocado para traduzir um estereótipo que reúne dizeres depreciativos sobre os nordestinos. O “paraíba” seria um habitante proveniente de qualquer estado do Nordeste, não importando, assim, especificá-lo. Em um primeiro momento, podemos dizer que ser chamado de “paraíba” causa indignação porque traz à memória a construção de

¹ A carta está disponível na íntegra em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/daqueles-governadores-de-paraiba-o-pior-e-o-do-maranhao-diz-bolsonaro.ghhtml>. Acesso em: 29 jul. 2020.

uma superioridade sulista e de uma subserviência nordestina, fundamentada na ideia de um Sul que é o grande centro de desenvolvimento, e de um Nordeste que, por sua vez, seria o espaço aquém. É a fala do Sul dominante e do Nordeste necessitado.

Estudar essas práticas discursivas que constituem o sujeito nordestino na contemporaneidade — considerando que, enquanto sujeito, ele é objeto de uma construção identitária moldada historicamente e determinada por relações de poder — é o caminho investigativo que elegemos para estabelecermos uma crítica de quem somos nós, de quem nos tornamos ou, ainda, do modo como nos constituímos como sujeitos de uma dada sociedade (FOUCAULT, 1995). Em outras palavras, essas questões compõem o ponto de partida desta pesquisa que envolverá a análise de enunciados que trabalhariam na construção de verdades sobre a identidade cultural nordestina.

Estabelecida qual seria a temática proposta em nossa pesquisa, surgiram-nos questões que culminariam na escolha de nosso objeto de estudo. Durante as primeiras reflexões sobre o assunto, logo percebemos que o discurso sobre a nordestinidade é, em muito, atravessado pela figura do “paraíba”, do “baiano” e do “sertanejo”. Atualmente, a depender da posição que o sujeito ocupa nas relações de poder, diferentes *verdades* sobre esses termos são lançadas e defendidas, de modo que as avaliações de seus usos chegam a ser completamente distintas a depender da posição-sujeito que ocupa em nossa sociedade.

Poderíamos visualizar tais questões, por exemplo, no caso de sudestinos que não consideram ofensivo o uso de “baiano” para se referir a qualquer nordestino; justificando a prática pelo efeito de humor ou pela aparência de naturalidade de uma fala incessantemente repetida. Como também na ocasião de nordestinos revelarem a “profunda indignação” da qual falávamos há pouco, concebendo que o efeito de sentido dessa expressão revela preconceito. Nisso, percebemos que o registro lexicográfico de diferentes épocas nos permitiria ter acesso ao modo como esses sentidos foram construídos ao longo da formação histórica do Nordeste ou, pelo menos, ao modo como os dicionários foram (re)produzindo tais sentidos.

Elegemos o dicionário enquanto instrumento linguístico de poder e saber, cujos verbetes podem ser descritos e interpretados em suas funções enunciativas e o lexicógrafo compreendido enquanto sujeito de seu momento histórico. Entendemos que o dicionário ocupa um lugar de verdade sobre a língua porque está autorizado a falar sobre tal. Por isso mesmo, é conhecido como “o pai dos burros”, pois haveria nos falantes uma falta de conhecimento sobre a língua que apenas o dicionário poderia suprir e arbitrar a respeito. Por ser produto de uma disciplina, o dicionário age controlando a produção de um discurso, fixando seus limites num jogo permanente de regras sempre atualizadas (FOUCAULT, 2011).

Diríamos que o dicionário está para o significado assim como o discurso está para o sentido, cada um atendendo a um propósito e contribuindo para o conhecimento. Mas também reconheceríamos que todo significado registrado no dicionário recolhe de uma língua em curso sentidos a serem dicionarizados, realizando, desse modo, uma tentativa de torná-los estáticos, estáveis e, ao longo do tempo, cristalizados. Consideramos que seria interessante percebermos como esse tipo de instrumento linguístico desempenha tais funções.

Também não poderíamos deixar de incluir o caráter educativo, e, portanto, formador do dicionário. Esse tipo de obra se destaca na função de material didático, fixo nas bibliotecas escolares e um dos principais instrumentos linguísticos utilizados por professores e alunos. Uma das expectativas sobre a educação é a de que se formem indivíduos para a valorização de sua identidade e para o respeito à diversidade cultural, permitindo que a escola não se limite à transmissão de conteúdo, mas que exerça seu papel na formação de cidadãos críticos e tolerantes. Desse fato decorre a importância de atentarmos para quais discursos são reproduzidos nesses materiais.

Propomos estudar a identidade nordestina através de tais aspectos e assim analisar o modo como determinados verbetes, produzidos em dicionários de diferentes épocas, fazem referência a essa identidade. Uma vez que assumimos essa tarefa, esperamos desnudar de que maneira e sob quais determinações históricas (portanto discursivas) alguns dicionários da atualidade têm no verbete *paraíba*, por exemplo, definições como “mulher de comportamento masculinizado, machona, operário da construção civil, pau de arara” (GEIGER, 2011, p. 1026).

Nesta pesquisa, nossa problemática diz respeito a práticas discursivas de intolerância regional reproduzidas em verbetes referentes à identidade nordestina, considerando suas implicações sociais, por entendermos que

“O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga no direito de dizer o que é o outro em poucas palavras” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 30).

Sabendo que nosso intuito é o de analisar verbetes em termos discursivos, mediante as memórias que os sustentam e os acontecimentos que os atualizam, a pesquisa ora apresentada se insere no interior da Análise do Discurso de linha francesa a partir das reflexões de Michel Foucault, sobretudo no tocante a seu método arqueológico de análise e às noções de *enunciado*, *arquivo* e *verdade*. Faremos ainda uma articulação teórica com o campo de investigação dos

Estudos Culturais, tendo em vista que a noção de identidade também será central em nosso trabalho.

Aliaremos a análise arqueológica de Foucault aos Estudos Culturais porque este último campo nos permite contemplar uma discussão específica sobre grupos minoritários e suas particularidades. Em outras palavras, não nos restringiremos à discussão de Michel Foucault sobre subjetividade por entendermos que questões como gênero, raça e nacionalidade não estariam aí diretamente consideradas. Adentrar os Estudos Culturais nos permitirá pensar uma "sensação de pertencimento" (e, portanto, identitária) a partir de grupos sociais marginalizados, excluídos, sobre os quais recai os discursos da estereotipia, da xenofobia, entre outros. Por isso, nosso trabalho se desenvolverá através de uma articulação teórica entre esses dois campos, o que não ocorrerá de forma justaposta, isolando cada teoria em seu lugar, na medida em que consideramos a identidade como discurso.

Nosso *corpus* será composto pelos verbetes: *baiano*, *paraíba* e *sertanejo*, em dicionários brasileiros de Língua Portuguesa. Acerca disso, propomos uma catalogação de dicionários dos séculos XIX, XX, XXI, para que observemos as continuidades e descontinuidades dessas acepções no decorrer do tempo histórico. Além de obras físicas, incluiremos, na análise do século XXI, dicionários eletrônicos, por entendermos que estes têm sido uma das principais formas de consulta aos dicionários na atualidade.

Em se tratando dos verbetes em questão, o dicionário trabalharia numa tentativa de alcançar (ou acompanhar) a fragmentação da identidade nordestina na medida em que a materializa de formas diferentes em distintos momentos históricos, a mercê das memórias que vão trabalhando enquanto *a priori histórico* de seu dizer. O dicionário representa, em nossa discussão, uma tentativa de estabilização dos sentidos porque determina, a partir de uma moldura estável, um dado enunciado.

Algumas perguntas circundam e orientam a realização desse trabalho, são elas: do ponto de vista discursivo, como estão postos historicamente verbetes que fazem referência à identidade nordestina? De que maneira a formação histórica do Nordeste se relaciona com as acepções dos verbetes em questão? Para respondermos aos questionamentos colocados, buscaremos atingir alguns propósitos para essa pesquisa.

Definimos como principal objetivo deste trabalho o de **analisar o discurso sobre a identidade nordestina reproduzido nos verbetes *paraíba*, *baiano* e *sertanejo* em dicionários brasileiros de Língua Portuguesa dos séculos XIX, XX, XXI**. Isso nos permitirá debater a problemática que colocamos anteriormente. Assim traçada a nossa busca geral, objetivamos, especificamente:

- Descrever os verbetes *baiano*, *paraíba* e *sertanejo* em uma cadeia enunciativa para a identificação de possíveis regularidades, deslizamentos, rupturas e deslocamentos de sentido;
- Analisar o *corpus* mediante sua espessura histórica, a fim de entender de que modo e a partir de que memórias esses termos foram sendo atualizados ao longo dos anos.
- Refletir sobre a construção da identidade a partir dos verbetes com vista a desnaturalizar discursos que dão suporte a práticas de intolerância.

Esclarecidas as nossas metas, a nossa hipótese parte do pressuposto de que, em um dicionário, “as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas” (NUNES, 2010, p. 7), e por isso supomos que a investigação desses enunciados (verbetes dicionarísticos) nos revelarão a trajetória percorrida pela sociedade na construção da identidade nordestina, na medida em que uma consulta ao mesmo verbete em dicionários de diferentes momentos abriria a possibilidade de analisarmos as continuidades e descontinuidades de determinadas acepções ao longo da história.

Ao passo que falaremos de identidade, iremos lidar com discursos de preconceito baseado em origem; abordaremos sujeitos de uma naturalidade que os classificam em um lugar social e feminino desprestigiados. Disto decorre a relevância, bem como a justificativa da temática que apresentamos: trata-se de uma investigação da maneira como os sujeitos se constituem enquanto coletividade, do modo como identidades se constroem na articulação discursiva entre regularidades e rupturas. Pautaremos nosso interesse na região Nordeste porque isso nos possibilitará desnaturalizar os discursos que dão suporte às práticas de intolerância que se constroem e se propagam indefinidamente, permitindo-nos intervir socialmente em nossa realidade.

No tocante à escolha por dicionários dos séculos XIX, XX e XXI, esta foi pautada por razões históricas. Esses séculos, respectivamente, correspondem ao antes, ao durante e ao depois da formação do Nordeste. Margareth Rago afirma que “Até meados da década de 1910, o Nordeste não existia, ninguém pensava no Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada” (RAGO, 2011, p. 13). A partir dessa linha histórica, será possível observar a lexicografia de cada época agindo sobre a formulação dos verbetes.

Quanto aos verbetes selecionados para o *corpus* desta pesquisa — *baiano*, *paraíba*, e *sertanejo* — decidimos contemplá-los porque é comum que sejam usados para fazer referência

à mesma minoria brasileira. Além de estarem relacionados ao mesmo estereótipo de região, esses verbetes levantam várias outras questões, como aquelas ligadas ao gênero (*paraíba* associado à figura da mulher-macho) e à classe social (*sertanejo* enquanto pessoa de pouca instrução).

Tendo em vista o trabalho com a AD enquanto fundamentação teórica e metodológica — haja vista a natureza da própria disciplina que descreve e interpreta enunciados, configurando, portanto, uma pesquisa qualitativa —, esta discussão contará com contribuições teóricas advindas de vários autores, fundamentais para a análise e reflexão almejadas.

Como foi adiantado, os conceitos analíticos serão aqueles desenvolvidos pela Análise do Discurso, principalmente os desenvolvidos por Michel Foucault que nos oferecerá o método o arqueológico de análise. Esse método nos permitirá estudar como foram produzidas historicamente verdades sobre a identidade nordestina, as singularidades dos acontecimentos, bem como as regularidades e rupturas dos enunciados. Entendendo que os verbetes são enunciados, nos interessa investigar como se comportam no interior do arquivo.

Discorrendo sobre a análise de dicionários em especial, Nunes (2013) recomenda alguns procedimentos para esse tipo de estudo que iremos adotar em nosso trabalho, são eles:

- a) Identificar as lacunas (o não-dito, ou seja, nos silenciamentos significativos que o autor realiza);
- b) Identificar a posição do lexicógrafo (que posição ocupa o sujeito lexicógrafo?);
- c) Problematicar os exemplos (por que, dentro de universo de exemplos possíveis, esses exemplos foram selecionados e não outros em seu lugar? Quais as condições de dizibilidade que os tornaram possíveis de serem enunciados?).

Esta dissertação contará com três capítulos. No capítulo I, **Descrevendo o dispositivo analítico**, apresentaremos as perspectivas e noções norteadoras desta discussão. Nele, iremos nos situar nos estudos do discurso e nos voltar para as noções foucaultianas, sobretudo aquelas noções que nos permitirão assumir um método arqueológico de análise. Feito isto, recorrendo aos Estudos Culturais, realizaremos outra tarefa em nosso estudo que é a de, dentro da complexidade do termo, descrevermos aquilo que compreenderemos por *identidade*.

No capítulo II, **Conhecendo o dicionário: sua forma, sua invenção, seu discurso**, discutiremos acerca de nosso objeto de estudo, o dicionário. Procuraremos trazer uma síntese histórica da circulação de dicionários em território brasileiro; conheceremos os tipos de dicionários de acordo com a sua finalidade e público para então apresentarmos a Análise do Discurso como uma ferramenta de leitura de dicionários.

Assim explanado, chegaremos à análise no capítulo III, **Do século XIX ao século XXI: a produção de verdades sobre a identidade nordestina em dicionários de língua portuguesa**, em que traremos os verbetes coletados em quadros cronológicos, analisando discursivamente os dizeres que foram registrados, articulando com a discussão teórica e com os fatos sociais e históricos que nos ajudarão a compreender como as verdades sobre a identidade nordestina foram construídas ao longo dos séculos e dos acontecimentos.

Finalmente, as **Considerações Parciais** com as primeiras impressões a que chegamos dos resultados de cada época e do que isso revela acerca do discurso sobre identidade nordestina. Essa síntese nos oferecerá um panorama das continuidades e discontinuidades dos enunciados analisados, mostrando-nos o momento em que esses dizeres encontram possibilidade de emergência.

CAPÍTULO I — DESCREVENDO O DISPOSITIVO ANALÍTICO

Tudo que você está vendo é parte do seu mundo exterior, mas o modo como você o percebe tem a ver com as lentes que está usando.

[Jostein Gaarder, **O mundo de Sofia**, 2012, p. 352.]

Neste capítulo, iremos expor as noções que integram o nosso dispositivo analítico, caracterizado por uma articulação teórica entre a Análise do Discurso Francesa e o campo dos Estudos Culturais. Trataremos, primeiramente, daquelas que nos parecem centrais para a análise arqueológica que empreendemos (*enunciado, arquivo e verdade*). Em seguida, adentraremos os Estudos Culturais a fim de refletirmos sobre a ideia de *identidade cultural*, bem como sobre questões que envolvem a *estereotipagem*.

1.1. ANALISAR DISCURSOS: DEFININDO UM PONTO DE PARTIDA

O surgimento das teorias do discurso se tornou “um caso de múltiplas rupturas”, como afirma Possenti (2004, p. 353), já que esses estudos não tiveram apenas o efeito de acrescentar, entre outros aspectos, o histórico, o cultural e o ideológico ao campo da Linguística, mas também o de repensar os caminhos dessa ciência, problematizando e rompendo com a tradição formalista da linguagem. Os estudos em torno do discurso trouxeram uma outra perspectiva sobre a língua que não somente aquela estrutural e imanente, aceitando o objeto da Linguística com suas “perturbações”, seus sentidos opacos e fugidios. Importava, doravante, observar a língua em funcionamento.

Partimos da teoria do discurso que a França viu nascer enquanto ainda processava os acontecimentos que marcaram o maio de 68. A Análise do Discurso, de fato, pareceu ter sido gestada em meio à disposição para confrontos e aspirações sociais, pois pretendia organizar uma *máquina discursiva* que acionaria os movimentos de uma dupla intervenção: uma científica, problematizando questões teóricas consolidadas pelo Estruturalismo triunfante, e outra popular, instrumentando uma análise do discurso político.

A publicação do livro *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, em 1969, deu largada para caminhada teórica da Análise do Discurso. Pêcheux não defendia apenas a ideia de dar continuidade ao que vinha sendo produzido pela ciência linguística. Para o filósofo,

a pauta não seria ajustar sociologicamente o modelo estruturalista para que também lhe coubesse a questão do enunciado. Se a opção metodológica dos estudos formalistas considerava tão somente o sujeito empírico, individual, Pêcheux estava preocupado em desenvolver uma teoria que englobasse o usuário da língua enquanto membro de uma sociedade, atravessado por questões ideológicas e do inconsciente. Nessas relações, a produção de sentido não estaria restrita a um contexto imediato, a um limite sincrônico, pois, longe de qualquer ineditismo, os sentidos da língua estariam imersos na história, ou melhor, seriam nela construídos.

Com isso, Pêcheux rediscutiu o corte de Ferdinand Saussure em que ele estabelece a dicotomia *langue* e *parole* e concebe apenas a primeira noção como objeto da Linguística, afastando, assim, sujeito e história. Pêcheux pensará a língua não como objeto principal, mas na medida em que ela é materialidade discursiva.

Para compor o quadro epistemológico da teoria, Pêcheux não concentrou suas bases em apenas uma área do conhecimento. Essa abertura ocorreu com a disciplina se ligando a três diferentes campos: ao da Linguística, a partir da releitura que o próprio Pêcheux faz de Saussure; ao da Psicanálise, com a releitura que Lacan faz de Freud em sua teoria do inconsciente; e ao do Marxismo, através da releitura althusseriana de Marx, da teoria da sociedade e das questões ideológicas.

Essa tríplice articulação de conhecimentos travada pela Análise do Discurso deu-lhe o status de “disciplina de entremeio” (ORLANDI, 1996, p. 24), pois ela funcionaria entre diferentes terrenos das ciências humanas. Por essa razão, é uma teoria “nem autônoma, nem auxiliar” (ROBIN, 1986), isto é, embora haja diálogos com outras teorias, quando essas noções são tratadas no discurso, não são meramente realocadas, mas recebem a especificidade da área. Em outras palavras, o que existem são relações de vizinhança entre essas regiões, relações essas que não afetam a existência de um território particular.

A Análise do Discurso passará por muitas (re)formulações teóricas, havendo o seu quadro atual se delineado a partir da década de 80, fase em que Pêcheux dialoga com outros teóricos como Michel Foucault, relê Mikhail Bakhtin e é influenciado por outros pensadores da Nova História como Michel de Certeau, Pierre Nora e Jacques Le Goff. É um momento em que se evidencia a heterogeneidade discursiva e são postas de lado as ideias marxistas de “aparelho ideológico” e “luta de classes”. A relação do sujeito e a ideologia que fora defendida inicialmente é questionada. Passa-se a reconhecer que a dominação ideológica do sujeito é um ritual passível de falhas. Se antes se alegava impossível resistir às injunções da ideologia dominante, agora, compreende-se que o sujeito

não é totalmente livre, dado o próprio modo de sua constituição, nem é totalmente determinado por mecanismos exteriores. Ele estabelece uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva; assim como ele é determinado, ele também a afeta e a modifica em sua prática discursiva (FERREIRA, 2000, p. 23).

Os caminhos da Análise do Discurso durante a década de 80 levarão a Foucault. O afastamento das ideias althusserianas em direção a Foucault é empreendido por Pêcheux em meio a autocríticas e redefinições propiciadas também por Jean-Jacques Courtine. No texto *O estranho espelho da análise do discurso* (2009), Pêcheux traz reflexões sobre o seu trabalho a partir da leitura que fez de Courtine em *O discurso comunista endereçado aos cristãos* (1981). Nesse trabalho, Courtine (2009) analisa a heterogeneidade constitutiva do discurso comunista, o que foi possibilitado

[...] pela apreensão das idéias de Foucault, principalmente do seu conceito de “formação discursiva” para a análise do interdiscurso e das heterogeneidades. Foi a partir dessa releitura que Courtine faz da *Arqueologia do Saber* que a análise do discurso — que em sua primeira fase tratava de *corpus* como se fossem homogêneos — se encaminhou para os estudos da alteridade, da heterogeneidade (GREGOLIN, 2006, p. 174).

À luz dessas reflexões teóricas, Pêcheux abandona a análise exclusiva de textos considerados legítimos, ampliando o *corpus* para receber não somente o discurso político considerado “legítimo”, mas também o discurso cotidiano. Gregolin (2006) se refere a esse fato como um reflexo de sua aproximação com a *Arqueologia* foucaultiana, já que Foucault se interessava em abordar tanto os saberes da erudição, quanto os desqualificados para uma investigação das “verdades” instituídas. Ainda sobre a influência de Foucault na questão do *corpus*, podemos dizer que nessa redefinição

[..] o *corpus* é pensado como relacionamento de seqüências discursivas singulares com seus feixes de memória, a “abertura sobre um espaço interdiscursivo”; ele não remete a um momento inaugural, a uma decisão definitiva, pois busca apanhar a singularidade dos acontecimentos discursivos. Se a memória discursiva é constituída de *vestígios* que se inscrevem no interdiscurso, na formação discursiva, o analista de discurso — abandonando a idéia da ordem fixa do arquivo — vai, agora, tratar de “estados de *corpus*” [...] (GREGOLIN, 2006, p. 180).

Havendo Foucault entrado, definitivamente, para a Análise do Discurso, perspectivas foram revistas, métodos apreendidos e outras noções foram encampadas pela área. Será nas contribuições desse filósofo para a Análise do Discurso que nos situaremos e sobre a qual trataremos, a seguir, ao descrevermos noções e método centrais em nosso trabalho.

1.2. RECONHECENDO O ÁTOMO DISCURSIVO: O ENUNCIADO

Transitando por diferentes temáticas e não se restringindo a uma única corrente epistemológica, o filósofo e historiador Michel Foucault trouxe contribuições teóricas para diversas áreas do conhecimento como a sociologia, a antropologia, a história, a geografia, a psiquiatria, as ciências políticas e a linguística. No tocante a essa última, seu trabalho inclui críticas e noções que ampliaram os horizontes dos estudos da Análise do Discurso Francesa fundada por Michel Pêcheux (como as de sujeito, enunciado, discurso, poder, formação discursiva) e a elaboração de um método de análise arqueológica dos enunciados que nos proporcionaria “apanhar o sentido do discurso em sua dimensão de acontecimento” (GREGOLIN, 2006, p. 86).

A concepção foucaultiana compreende o discurso em sua dispersão. A tarefa do analista seria a de descrever as disposições enunciativas, identificar possíveis regularidades, a ordem de aparecimento, bem como as regras de formação que possibilitam a existência de um dado enunciado (FOUCAULT, 2009). Caberia ao estudioso do discurso pensar o acontecimento naquilo que ele apresenta de singular na extensa rede de enunciados, no jogo dessas relações travadas no tempo e no espaço. A noção de enunciado é, pois, fundamental para podermos compreender e refletir sobre o discurso.

Ao apresentar sua concepção de enunciado (aquela com a qual trabalhamos), Foucault (2009) presume algumas associações possíveis de seus leitores, negando-as. Essas negativas nos ajudam a distinguir o enunciado de outras três noções com as quais poderíamos confundir-lo: proposição, frase e ato de fala. Retomaremos brevemente alguns aspectos diferenciais que o autor expõe.

A proposição diverge do enunciado quando admite a existência de formulações equivalentes, permutáveis. As mesmas proposições que julgaríamos serem iguais considerando apenas a lógica, ao serem compreendidas como enunciados, já não se encontram em um mesmo lugar no plano do discurso, nem pertencem exatamente ao mesmo grupo de enunciados.

A frase, por sua vez, também não pode ser comparada ao enunciado. Uma lista de flexões verbais em uma gramática ou de classificações de espécies botânicas, ou mesmo um gráfico, uma equação, produzem sentido do ponto de vista enunciativo, mas não são frases, não figuram a ideia de “construção de sentido completo” ou não possuem estrutura gramatical de uma sentença.

Logo nos depararíamos com o conceito aparentemente mais próximo, o de ato de fala. O enunciado, contudo, opõe-se ao ato de fala porque não trabalha com as intenções do indivíduo

falante, nem com o resultado eventual do que foi dito. Na verdade, os enunciados são condição de existência dos atos de fala.

O enunciado não se restringe, então, à análise lógica que analisa as proposições, nem à gramática no exame de frases e nem mesmo à observação dos atos da linguagem, mas ele, o enunciado, é indispensável para que se ateste a existência desses elementos linguísticos. Para Foucault (2009), o enunciado não existe no mesmo sentido em que existe a língua, não sendo exclusivamente linguístico ou exclusivamente material.

Foucault (2009) nos leva a imaginar o enunciado como o “átomo do discurso”. Assim como figura a ideia de átomo, o enunciado seria a instância última do discurso, indivisível, capaz de estabelecer relações com outros enunciados semelhantes. Interessa-nos ressaltar que o autor não estabelece que o enunciado é uma unidade, nem uma estrutura, seu sentido não se estende até esse ponto. O enunciado é, na verdade, “[...] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (FOUCAULT, 2009, p. 105). Por isso é que a busca por critérios estruturais de unidade não daria conta do enunciado.

Acerca dessa função enunciativa, Foucault (2009) nos convida a pensar a seguinte situação hipotética: consideremos que o teclado de uma máquina de escrever represente um grupo de signos e que reproduzíssemos esse conjunto de modo impresso, tal qual a sua ordem, sem termos formulado palavras (agramatical, portanto). O resultado seria um enunciado das letras do alfabeto. Agora pensemos: o que a reprodução impressa apresenta de novo em relação ao teclado? Nosso ímpeto poderia alegar que o enunciado se estabeleceu no fato de ser uma cópia ou em razão da intervenção de um sujeito, mas logo o autor desfaz o engano que se formava. Ambas as explicações não bastariam para que houvesse enunciado, na verdade,

Uma série de signos se tornará enunciado com a condição de que tenha com “outra coisa” (que lhe pode ser estranhamente semelhante, e quase idêntica como no exemplo escolhido) uma relação específica que se refira a ela mesma – e não à sua causa, nem a seus elementos. (FOUCAULT, 2009, p. 107).

Podemos dizer que o enunciado estaria ligado a uma espécie de referencial constituído por leis de possibilidade, regras de existência dos objetos nomeados, designados ou descritos, das relações que estão sendo afirmadas ou negadas. Esse referencial enunciativo expressa o lugar, a condição, o campo de emergência, as possibilidades de aparecimento (FOUCAULT, 2009).

Outra característica própria do enunciado está em sua relação com o sujeito. É preciso dizer que a relação entre o autor da formulação (causa, origem, ponto de partida de uma

manifestação verbal) e aquilo que foi dito ou que se buscou dizer, não competem à análise enunciativa, importa-nos, com efeito, determinar a posição desse sujeito, o lugar que pode e deve ocupar. Nesse aspecto, podemos voltar à explicação de outrora e dizer que o que faz uma proposição, frase ou conjunto de signos serem enunciados está na medida em que é possível assinalar o papel de diferentes sujeitos. O sujeito do enunciado é, pois, “uma função vazia [...] em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições [...]” (FOUCAULT, 2009, p.113).

Mais um aspecto particular da função enunciativa é que ela não pode ser exercida sem a existência de um domínio associado (FOUCAULT, 2009). Por campo associado, Foucault entende haver a constituição, pelo menos inicialmente, de dois agrupamentos. O primeiro é formado pela série de outras formulações em que o enunciado está inserido, de modo a formar um elemento; o segundo abarca o conjunto de formulações as quais o enunciado faz referência, repetindo-as, mas proporcionando algum tipo de adaptação ou modificação, a fim de afirmá-las ou negá-las. Assim constituído o campo associado e sendo ele condição de existência dos enunciados, Foucault atenta para uma implicação que não podemos perder de vista ao trabalhar com a perspectiva arqueológica: “Não há enunciado geral, enunciado livre, neutro e independente” (FOUCAULT, 2009, p. 120). Disso decorre a necessidade de buscar o papel que um enunciado desempenha no meio de outros (e identificar esses “outros” em suas margens), como se integra, em que se apoia e como se distingue.

Finalmente, o enunciado necessita de uma existência material (FOUCAULT, 2009). Essa materialidade exige um suporte, um *locus* no tempo e no espaço, de modo que quando essas categorias se alteram, altera-se, também, o enunciado. Além disso, tal materialidade é repetível, mas nunca exatamente a mesma, já que a enunciação, enquanto acontecimento, está sempre atualizada. Diria Foucault em outra oportunidade: “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.” (FOUCAULT, 2011, p. 26).

Caracterizados os enunciados, é preciso ainda saber em que consiste a tarefa de descrevê-los. Foucault (2009) nos explica que o objetivo dessa descrição não estaria em isolar uma formulação linguística para então expor suas características, mas sim em definir as condições em que se exerceu a função enunciativa, em que podemos perceber uma existência específica dentro de um campo de coexistências. Descrever enunciados é colocar-se na história e nessa dimensão pensar seu aparecimento singular.

Essa descrição dos enunciados, na medida em que percorremos seus domínios e o modo como se articulam, nos leva à formação discursiva em que se inserem. Foucault (2009) explica a formação discursiva enquanto grupo de performances verbais ligados no nível dos enunciados

e a partir do qual poderíamos identificar um regime comum de seus domínios associados; uma espécie de sistema que liga campos de coexistência. No momento em que aborda esse conceito mais detalhadamente, o autor descreve a condição de existência da formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (...) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2010, p. 47).

Agora que refletimos sobre a constituição dos enunciados, a tarefa de sua descrição e o modo como estão relacionados com a formação discursiva, precisamos fazer mais algumas considerações.

A primeira é que enunciar é algo raro, não no sentido de uma frequência, mas em razão de não ser possível ao sujeito dizer tudo que está à sua disposição. Esse é o princípio que sustenta a lei da raridade que reside na observação de que “[...] nem tudo é sempre dito” (FOUCAULT, 2009, p. 146). Haveria, portanto, uma exclusão necessária nos dizeres de um sujeito. Quando analisamos a raridade dos enunciados, estamos em busca de determinar o seu sistema de presenças para então refletir o que teriam a dizer as suas ausências, seus limites e recortes.

Analisar o enunciado também é, além da análise de sua raridade, tratá-lo pelo sistema de sua exterioridade, mas não no sentido da interioridade de uma intenção. Isso significa considerar os enunciados enquanto local de acontecimentos, regularidades, relações e modificações, compreendendo a história em seu caráter descontínuo, heterogêneo e constitutivo dos discursos.

Uma outra lei dos enunciados é a do acúmulo. Essa repousa na constatação de que os enunciados se acumulam na dispersão dos discursos. Sua descrição não consiste em recuperar um momento original, mas em investigar o modo como foi possível que esses enunciados fossem conservados, reativados, esquecidos ou destruídos. Essa análise requer que os enunciados sejam considerados segundo a sua: remanência (isto é, pelo modo como se conservam através do tempo na existência dos suportes, alguns tipos institucionais e modalidades estatutárias), aditividade (caráter que permite aos enunciados se agruparem, cada qual com sua especificidade) e recorrência (os enunciados estão sempre postos em relação a um campo de elementos antecedentes).

Finalmente, podemos compreender a noção foucaultiana de discurso com a qual trabalha a Análise do Discurso: um conjunto limitado de enunciados apoiados em uma mesma formação

discursiva, existindo segundo certas condições, não estando à parte da história, mas sendo ele mesmo fragmento, unidade, descontinuidade na história (FOUCAULT, 2009).

1.3. O ARQUIVO E AS REGRAS DO JOGO ENUNCIATIVO

Ao analisarmos os enunciados em sua dispersão e identificarmos as regularidades dos acontecimentos discursivos, teremos encontrado aquilo que Foucault (2009) chamou de *positividade*. Estabelecendo-a, podemos perceber enunciados que “falam a mesma coisa”, e como, afinal, os dizeres de uma mesma formação discursiva se comunicam. Tal positividade exerceria a função de um *a priori histórico*, um “[...] conjunto de regras que caracterizam uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2009, p. 156).

Na reunião das noções até então colocadas — enunciado, formação discursiva, discurso, positividade e *a priori histórico* —, alcançamos a ideia mais ampla descrita por Foucault em *A arqueologia do saber* (2009) que é a noção de arquivo, sem a qual as multiplicidades das coisas ditas pelos sujeitos emergiriam apenas pela produção do pensamento ou das circunstâncias. É a constituição do arquivo que nos permite dizer que os enunciados não emergem ao acaso, mas que são produzidos segundo regularidades específicas. O arquivo é

A lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, [...] em uma linearidade, sem ruptura, e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos (FOUCAULT, 2009, p. 158).

A partir da noção de arquivo, entendemos o emprego do termo “arqueologia” utilizado por Foucault. Através dele, o autor não sugere a ideia de um começo, de uma exploração ou de uma sondagem geológica. Não cabe aqui uma busca pelas origens. A arqueologia foucaultiana envolveria, antes, uma escavação no sentido que explica Gregolin, de uma “[...] restauração e exposição dos discursos, a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico” (2006, p. 71). Trata-se de uma descrição que questiona o já dito no nível de sua existência, a função enunciativa que desempenha, a formação discursiva em que se insere, tendo o arquivo como seu sistema de formação e transformação. Em síntese, a “A arqueologia descreve discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo.” (FOUCAULT. 2009, p. 161).

Assim, a descrição arqueológica consiste em demonstrar a regularidade dos enunciados, não tem a ver com o oposto de “irregularidade”, mas com as ordens, correlações,

funcionamentos, transformações. Por isso, não devemos relacionar a regularidade de um enunciado à irregularidade de outro, mas com outras regularidades. Todo enunciado está, de algum modo, ligado a uma regularidade. O objetivo da análise arqueológica seria, então, “Definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursivos, enquanto práticas que obedecem a regras.” (FOUCAULT, 2009, p. 169).

Empreender uma análise arqueológica, então, seria um modo de fazer uma análise histórica à distinção daquela empreendida pela história tradicional. Se a história tradicional trabalha com a concepção da continuidade, linearidade, causalidade e soberania do sujeito, Foucault, por sua vez,

propõe libertar-se do tema da continuidade, afastando, neste gesto de ruptura, as unidades da tradição (atribuição indefinida à origem), da influência (atribuição de um processo causal aos fenômenos de semelhança ou repetição), da evolução (atribuição a um princípio de coerência o esboço de uma unidade futura) e da mentalidade (atribuição da consciência coletiva a uma soberania) (SARGENTINI, 2019, p. 41).

Preocupando-se em fornecer uma narrativa dos acontecimentos, a história tradicional trabalha com uma descontinuidade silenciada para fazer aparecer a continuidade dos acontecimentos. Afirmando a “Nova História”, Foucault falará de descontinuidade, ruptura, limiar, limite, relação entre as séries, transformação, atribuindo, assim, um novo sentido para o *acontecimento*.

A passagem final de *A arqueologia do saber* (2009) reflete a concepção de história partilhada por Foucault. Nela, o autor se mostra contrário ao trabalho com a história do mesmo modo como fazem as biografias em suas descrições de fatos sequentes: “O discurso não é a vida: seu tempo não é o de vocês” (2009, p. 254).

1.4. PENSAR A VERDADE (FORA DO AQUÁRIO)

Outra relação pensada de modo particular no discurso é aquela envolvendo a noção de *verdade*, sobre a qual gostaríamos de tecer algumas considerações a partir da perspectiva foucaultiana.

Há uma comparação que percorre vários momentos do livro *Foucault: seu pensamento, sua pessoa* (2011), assim como nesta: “Sempre somos prisioneiros de um aquário do qual nem sequer percebemos as paredes” (VEYNE, 2011). Talvez essa metáfora do aquário nos faça lembrar do “vidro de moscas”, do filósofo Wittgenstein, que faz essa alusão para explicar o

objetivo da filosofia: “mostrar à mosca a saída do vidro” (WITTGENSTEIN, 1975, p. 309). Ou quem sabe ainda nos remeta ao mito da caverna cujos prisioneiros só tinham acesso à compreensão restrita daquele interior e suas sombras (PLATÃO, 2012). Mas falaremos um pouco mais sobre “o aquário” em razão dele elucidar a concepção foucaultiana acerca da verdade.

Diferentes épocas nos inseririam em diferentes aquários, cada um com seu discurso, com suas verdades gerais. Seremos tal como peixes no aquário — e não “mares” ou “rios” em seu lugar — aponta para a forma como temos acesso às verdades: imersos e restritos aos discursos oferecidos em nossos poucos centímetros quadrados. Por isso, o aquário equivaleria à época, a momentos distintos da história.

A cada época, os contemporâneos estão, portanto, tão encerrados em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um. As falsas generalidades e os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros. De modo que a verdade se reduz a um *dizer verdadeiro*, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e que fará sorrir um século mais tarde (VEYNE, 2011, p. 25).

A falsa transparência de nossos aquários é dada à clarividência com a qual lidamos com os discursos de nossa sociedade. E como tudo nos parece nítido, os aquários são de existência desconhecida ou ignorada. Daí então pensarmos a verdade tão somente pelos dizeres neles imersos, pela capacidade que os aquários possuem de reduzir os dizeres do verdadeiro. Além disso, esse é um ambiente provisório, não é, pois, único, havendo momentos em que os peixes mudam para um novo lugar, mas que se trata de um aquário também, assim como explica Veyne:

É claro que um discurso com seu dispositivo institucional e social é um *status quo* que só se impõe enquanto a conjuntura humana e a liberdade humana não o substituem por outro; saímos de nosso aquário provisório sob a pressão de novos acontecimentos do momento ou ainda porque um homem inventou um novo discurso e obteve sucesso. Mas se mudamos, então, de aquário, é para nos vermos em um novo aquário. Esse aquário ou discurso é, em suma, o que poderíamos chamar de *a priori* histórico (VEYNE, 2011, p. 49-50).

Os aquários são efêmeros. Com os novos acontecimentos, logo estamos inseridos em uma outra caixa de vidro, sustentando outros discursos. As verdades de antes, outrora evidentes, já não cabem mais em nosso novo regime. Contudo, não é como se fosse impossível “pensar fora do aquário”. Ainda falando sobre aquários, Veyne (2011) descreverá a figura do “peixe cético” que ele teria reconhecido em Foucault. A postura crítica com a qual interroga os vidros

em sua volta faz com que esse peixe, embora não completamente livre, também não esteja totalmente encerrado. Ele está no aquário porque é preciso viver, mas, quando pensa, coloca-se fora dele e se põe a observar os outros peixes que ali circulam. Tais observações caracterizam o modo como Foucault pensa a existência de uma “vontade de verdade”.

Ao estudar a questão da verdade, Foucault não a investiga como “uma essência a ser descoberta, mas procura descrever e analisar os modos como a ‘verdade’ vem sendo historicamente produzida e a função de controle exercido por essa produção” (GREGOLIN, 2006, p. 98). Ele a compreende a partir de uma sociedade que funciona nas relações de poder, que utiliza o saber como prática capaz de sustentar o discurso do verdadeiro. Seria preciso, então, produzir as verdades que garantirão o exercício do poder.

Em *Microfísica do poder*, Michel Foucault (1979, p. 14) explica perceber a verdade em “[...] um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que reproduzem.” Nesse sentido, o filósofo se volta para o modo como a verdade é produzida, de que forma é posta em funcionamento, controlada e vista como tal. Também em *Microfísica do poder*, o filósofo expõe cinco aspectos do regime de verdade.

a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas") (FOUCAULT, 1979, p. 13).

Judith Revel (2005) descreve os verbetes foucaultianos *verdade/jogos de verdade* partindo da influência que Foucault recebe de Nietzsche ao tratar dessa questão. Explica que se o pensamento cartesiano trouxe para a filosofia moderna uma busca pelo conhecimento que aspirava pela verdade, Foucault defende que, depois de Nietzsche, houve um redirecionamento dessas investigações, pois o alvo deixava de ser unicamente pensar o caminho mais certo da verdade. A perspectiva assumida por Foucault acerca da verdade, segundo Revel (2005), é a de uma reconstituição de como ela foi produzida historicamente, com seus jogos e coerções múltiplas, reconhecendo que cada sociedade desenvolve o seu próprio regime de verdade; o que

teria a ver com o modo como alguns discursos alcançam o estatuto de verdadeiro, são aceitos e difundidos como tal. Isso também diz respeito à identificação dos mecanismos e instâncias capazes de fazer separar enunciados verdadeiros de enunciados falsos; é sobre reconhecer aqueles que em nossa sociedade exercem o poder de validar e as técnicas aceitas para obtenção da verdade. Se o saber científico parte do princípio de que a verdade está em todo espaço, em qualquer tempo, de modo que qualquer sujeito de posse das técnicas e instrumentos certos estaria apto a descobri-la, mas, em Foucault, há um questionamento a respeito dessas certezas.

E se dizemos que o trabalho com a verdade em Foucault tem a ver com uma reconstituição de uma produção que é histórica (REVEL, 2005), Castro (2009) explica que o filósofo fala a partir de duas histórias da verdade: uma história interna da verdade, regida segundo seus próprios princípios de regulação, que vemos na história das ciências; e uma história externa da verdade, que funciona a partir das regras do jogo que produz socialmente certas formas de subjetividade, domínios de objetos, e determinados tipos de saber.

A noção de verdade pode ainda ser compreendida em *A ordem do discurso* (2011), quando Foucault parte da hipótese de que toda sociedade tem seus discursos controlados, selecionados, organizados e redistribuídos através de certos procedimentos que impedem que os dizeres sejam produzidos livremente. O efeito de exclusão está entre eles, um procedimento externo pelo qual certas falas são excluídas porque são interditadas, rejeitadas ou consideradas sem validade. Esse último, é justamente o mecanismo da vontade de verdade.

Sempre que for possível identificar uma separação entre o verdadeiro e o falso nos discursos, é porque estamos vendo funcionar a ordem do verdadeiro. Se nos situamos dentro do plano da história, observarmos como essa relação é constantemente transformada, assumindo novas formas. Amparada por um suporte institucional, a vontade de verdade é

[...] reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades dos sábios outros, os laboratórios hoje. [Trata-se do] ... modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2011, p. 17)

Assim, considerar que as verdades são construídas historicamente requer que deixemos as supostas obviedades, a naturalidade dos clichês, a pretensão dos universais, a certitude de nossas respostas para questionarmos aquilo que antes nos parecia muito evidente. Só assim abrimos espaço para as perguntas do peixe cético.

Analisar discursos é, pois, considerar uma necessidade básica: “É preciso uma certa conversão do olhar e da atitude” (FOUCAULT, 2009, p. 135). Não se trata de corrigir um olhar defeituoso com as lentes certas, não é como se as coisas nos estivessem difíceis de enxergar, borradas ou distorcidas. Nem mesmo de tirarmos as vendas que nos ocultava o enunciado. Antes, significa transformar a nossa visão cômoda e ligeira e direcionarmos nossos olhos mais demoradamente para os detalhes, as nuances, as singularidades do discurso. Em outras palavras, é preciso, por alguns instantes, escapar do aquário.

1.5. A IDENTIDADE PELO PRISMA DOS ESTUDOS CULTURAIS

Não muito distante, o interesse em pensar as questões relacionadas às identidades estava somente no âmbito filosófico (BAUMAN, 2005), mas a pós-modernidade fez circular fortemente os debates em torno dela, seja pela complexidade de seu significado na contemporaneidade, seja pela constatação de que vivenciamos sua crise frente aos atuais deslocamentos (HALL, 2006).

O campo dos Estudos Culturais é formado na década de 50 e se estabelece inicialmente em solo inglês. A área é marcada por seu viés metodológico interdisciplinar, dialogando com disciplinas com as quais divide interesse. Acerca do caráter abrangente do projeto, podemos compreender que “Os estudos culturais são uma formação discursiva, no sentido foucaultiano do termo [...] abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas.” (HALL, 2003, p. 200).

A busca investigativa que cumpre os Estudos Culturais é desenvolvida em meio à reflexão crítica e em direção à produção de efeitos externos ao essencialmente teórico; envolvendo-se politicamente e pensando a cultura dentro da prática social de poder. A própria natureza desse propósito revela que as questões de alcance da área são muitas, entre elas: raça, feminismo, gênero, meios de comunicação em massa, multiculturalismo, pós-modernidade, identidades nacionais e culturais. São especialmente as questões em torno das identidades aquelas que nos aproximam do campo neste trabalho.

Teóricos como o sociólogo Stuart Hall teceram considerações atuais que ampliaram a compreensão do fenômeno cultural envolvendo a identidade, distanciando-se da visão de identidade enquanto essência fechada e tratando de questões como sensação de pertencimento e o compartilhamento de significados coletivos. Iremos nos concentrar nas compreensões teóricas do sociólogo a respeito dessa temática, e considerar, também, contribuições advindas de outros estudiosos, como aquelas oferecidas por Zygmunt Bauman.

Um dos modos como Hall define as identidades culturais é como “[...] pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história” (1996, p. 70). O autor considera que as identidades não poderiam ser vistas como formas fixas, nem alheias aos efeitos das relações discursivas. Essa é a perspectiva de identidade que adotamos e pretendemos desenvolver neste momento através de um panorama de diferentes concepções históricas sobre identidade e da maneira como correntes e pensamentos da época trouxeram luzes distintas à difícil questão.

Para discutir identidade na pós-modernidade, Hall (2006) faz um regaste histórico em que apresenta três concepções de sujeito que, embora considere serem simplificações, abrem a discussão para o desenvolvimento da complexidade do assunto. O autor apresenta: a identidade do sujeito iluminista, a identidade do sujeito sociológico e a identidade do sujeito pós-moderno, sendo essa última aquela que constitui o foco de suas preocupações.

Dentro da concepção do sujeito iluminista, a identidade nasce com o indivíduo e com ele permanece durante toda a sua vida, garantindo que ele seja essencialmente o mesmo. Essa “essência” seria o seu próprio “eu” que, por sua vez, apresenta-se consciente e centrado. Teríamos, aí, portanto, uma identidade estável, racional, imune às perturbações do externo.

No tocante à segunda concepção, à do sujeito sociológico, essa diverge do iluminista na defesa de que as relações entre indivíduos também agiriam na formação identitária, de forma a adicionar valores, internalizar sentidos, símbolos e aspectos culturais provocados pela interação entre o sujeito e a sociedade. Não se abandona a ideia de uma essência *real* de nascimento, mas entende-se que ela não está acabada, constituindo-se também da interação com outras identidades. A relação do interno com o externo agora afetaria o núcleo dos sujeitos. Essa perspectiva ajudaria a explicar o modo com as identidades são costuradas dentro da estrutura social, permitindo que cada identidade se alinhe aos lugares que ocupa na sociedade, dentro de sua cultura; estabilizando-se para uma realidade externa.

Na percepção pós-moderna, não cabe mais pensar em um sujeito de núcleo unificado, coerente, pois descobriremos “[...] hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação” (SOUSA SANTOS, 1993, p. 31). Descentrado, o sujeito pós-moderno é formado de diversas identidades com as quais estabelece relação, não sendo elas permanentes, nem essenciais, mas transitórias e fragmentadas, em constante desenvolvimento e transformação dentro de seus sistemas culturais. Essa formação não seria de caráter biológico, mas definida historicamente. Trata-se de um sujeito que assume diferentes identidades em momentos distintos, sem que haja um compromisso necessário entre elas, compondo uma relação muitas vezes contraditória. Essa

contradição impulsionaria as identidades em diferentes cursos. Não mais necessariamente vitalícias, as identidades podem ser temporárias.

A nova concepção de identidade estabelece relação com a conjuntura da modernidade tardia (segunda metade do século XX) em que uma série de rupturas fez emergir o sujeito descentrado. Esse sujeito perde aquilo que Hall (2006) explica ser um sentido de si mesmo estável e vive uma crise de identidade marcada pelo duplo deslocamento que descentra os indivíduos de seu lugar social e cultural e também de si mesmos. Pensando nisso, o autor elenca cinco avanços no pensamento da teoria social e das ciências humanas que considera ter possibilitado o descentramento do sujeito cartesiano (cognoscente e racional).

O primeiro descentramento foi em relação à **tradição do pensamento marxista**. Embora os escritos de Marx remontem ao século XIX, as releituras do século XX, como aquelas de Althusser, fizeram ressoar a ideia de que os sujeitos fazem a história, mas somente à luz das condições que lhes são dadas. Nesse sentido, os indivíduos não são agentes da história, pois suas ações estariam completamente sujeitas às condições históricas de seu momento, seguindo o que já lhes estava previamente posto. Era a negativa da existência de uma agência individual.

O descentramento seguinte se insere no pensamento ocidental do século XX e parte da **repercussão da teoria freudiana** do inconsciente. Passou-se a aceitar que identidade, sexualidade e estrutura do desejo humano envolvem, em sua formação, processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, rompendo com o conceito do sujeito da razão. Dessa maneira, a identidade também não seria inata e pronta, mas sofreria os processos do inconsciente ao longo do tempo, ainda que o indivíduo fantasie uma unidade de si. Esse ideal de sujeito em constante andamento é o que leva Hall (2006) a sugerir o termo *identificação* ao invés de identidade.

O terceiro descentramento da identidade do sujeito diz respeito ao impacto do **estruturalismo saussuriano**, sobretudo com o argumento de que nós não somos autores de nosso fazer linguístico, dos significados que expressamos na língua, pois só poderíamos fazer uso dos significados da língua no interior de suas regras, portanto, no sistema de significado de nossa cultura. Por esse princípio, a língua não é de existência individual, mas coletiva, nos antecede. Ao levantar esse tipo de descentramento, Hall (2006) dialoga com o filósofo da linguagem Derrida para trazer o fato de que o significado, embora procure seu fechamento (a identidade), é constantemente perturbado pela diferença. Isso nos permite dizer que, no interior do código linguístico, só sabemos o que é “noite” porque sabemos que ela não é “dia”.

Aquilo que nos trabalhos de Foucault produziu uma **genealogia do sujeito moderno** provocou o quarto descentramento do sujeito. O destaque está para a descrição que o filósofo faz de um poder disciplinar. Esse tipo de poder está preocupado com a regulação e a vigilância,

exercendo o controle de populações, mas também incidindo sobre o indivíduo e seu corpo. As instituições seriam os grandes agentes da disciplinarização. Poderíamos apontar desde as que se desenvolveram no século XIX, até aquelas dos modelos atuais, como hospitais, escolas, prisões e quartéis. O objetivo desse poder é estabelecer o controle disciplinar, das práticas mais corriqueiras ao modo como os sujeitos se relacionam, como lidam com questões morais, sexuais e de saúde física. Tudo isso por meio dos regimes administrativos, do conhecimento das disciplinas e das vozes especialistas.

Existe ainda um quinto descentramento, dessa vez resultante do **movimento e crítica teórica feminista** que marca a década de 60, junto a outros movimentos da modernidade tardia (revoltas estudantis, movimentos contraculturais, as lutas pelos direitos civis etc). Acerca de seus efeitos, Hall (2006) destaca aspectos do movimento que, de modo especial, romperam com o sujeito cartesiano:

- A afirmação de que “o pessoal é político”, discutindo a separação entre o público e o privado;
- O levantamento de questões familiares, sexuais e do trabalho doméstico que trouxe para o plano político a forma como somos construídos enquanto sujeitos de gênero, colocando em discussão a subjetividade, identidade e o processo de identificação dos sujeitos homem e mulher, pai e mãe, filho e filha;
- A discussão da posição social das mulheres, percebendo, mais tarde, a necessidade de incluir a questão das identidades sexuais de gênero;
- A desnaturalização da ideia de que homens e mulheres constituem a mesma identidade (a da humanidade), distinguindo identidades no sentido de sua diferença sexual.

Todas essas mudanças conceituais romperam com o sujeito do Iluminismo, pois ofereceram uma compreensão de sujeito aberto, inacabado. Para compreendermos a identidade desse sujeito pós-moderno, deveríamos, segundo Bauman (2005), percebê-la em sua fluidez, entendendo que “as identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (2005, p. 35). Não por acaso, o estudioso polonês compara a identidade pessoal a um quebra-cabeça incompleto, sem uma imagem final impressa na caixa. Mesmo assim, existe a procura dos sujeitos em alcançar um todo significativo que será composto de muitas peças e jamais oferecerá a garantia de ter se encaixado perfeitamente.

1.6. UMA ORIGEM, UMA IDENTIDADE

Dizemos comumente que alguém é *natural* de tal lugar e, embora isso nos pareça uma constatação óbvia, informação pronta, essa naturalidade ainda pode ser pensada se considerarmos os modos como historicamente somos construídos enquanto nação. Os diferentes sentidos disso, seus efeitos para nós, são constituídos no interior das culturas nacionais. De modo quase imperceptível, somos instruídos sobre como devemos nos identificar enquanto coletividade, como sujeitos de uma identidade nacional. É um tipo de identidade fronteiriça que marca as linhas imaginárias que separam um povo de outro.

A identidade nacional se distingue fortemente em relação às outras formas de identidade. Não há dúvidas sobre ela, é uma identidade que não concorre com outras, exigindo uma fidelidade exclusiva e sendo construída diligentemente pelo Estado (BAUMAN, 2005). Além das instituições, os elementos culturais representados irão compor a ideia de cultura nacional, serão vistos a circular nos discursos, como explica Hall:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso — um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (2006, p. 50).

Ao falar de sentidos produzidos por símbolos e representações de uma identidade nacional, Hall (2006) discutirá a ideia de uma “comunidade imaginada”. Nela estariam as narrativas sobre a nação, as imagens compartilhadas e as memórias que produziriam o sentido de nação no tempo. Um dos modos em que o autor contribui nesse ponto é questionando a maneira como a nação moderna é imaginada e propondo cinco estratégias que ele classifica como representacionais e discursivas, sendo elas responsáveis por construir o senso comum de pertencimento a uma identidade nacional. São elas:

- **A narrativa da nação:** trata-se daquilo que é contado repetidamente na história, na literatura, na mídia, na cultura popular de um povo. Essas narrativas são responsáveis por produzir e fazer circular uma série de símbolos, rituais e imagens que irão compor uma representação de experiências compartilhadas, de perdas e conquistas. Partindo da observação feita pelo autor, poderíamos acrescentar que é desse conjunto de narrativas representacionais que se desenvolve a sensação de pertencermos a uma mesma história, de partilharmos uma narrativa que nos unifica e nos explica, desde o nascimento, o que

temos em comum no fato de nos agruparmos espacialmente. Além disso, diríamos ainda que recebemos esse tipo de narrativa sem nos preocuparmos com quem está a escrevê-la, sob quais perspectivas o faz, se deixou de narrar alguma coisa. Com isso, nossa história pode parecer uma descrição bastante objetiva de um narrador observador, de alguém que está ali apenas para expor os fatos, e assim deixamos passar as incontáveis vozes interpretativas que construíram aquilo que coletivamente redistribuímos como uma narrativa de nós mesmos;

- A ênfase nas **origens**, na **continuidade**, na **tradição** e na **intemporalidade**: essa estratégia consiste em fornecer à narrativa da nação uma certa regularidade de enfatizar a tradição e aquilo que permite preservá-la. Não bastaria apenas narrar a nação, é preciso garantir que a narrativa não se perca no tempo, trabalhar em função de mantê-la. Nesse sentido, aprendemos que existem características apresentadas como tão nossas que não mudariam com o tempo. Provavelmente, também é em razão dessa intemporalidade com a qual nos narramos como nação que olhamos para séculos muito distantes e temos a sensação de que éramos *nós* ali. Daí então nos sentimos, em termos quase literais, atingidos por guerras que não travamos ou felizes por conquistas pelas quais não lutamos. Tudo isso, porém, produz um sentido de *nosso*, e nos constrói na ideia de uma continuidade;
- A **invenção da tradição**: ao falar de uma tradição inventada, Hall (2006) explica que embora as tradições se apresentem como antigas em sua origem, algumas são recentes, até mesmo inventadas. Esse tipo de invenção se revela nas práticas ritualísticas e simbólicas que, por meio da repetição, nos acrescentam valores e comportamentos a fim de não romper com a narrativa de nação “ideal”;
- O **mito fundacional**: este remete às narrativas que funcionam no sentido de explicarem a origem de um povo. Uma característica típica do mito fundacional é que ele remonta à algum momento da história que de tão distante se perde no tempo mítico. Através disso, tradições inventadas fornecem aos indivíduos alguma compreensão de episódios obscuros, bem como permite que povos desprivilegiados possam traduzir e lidar com seus ressentimentos;
- A ideia de **povo ou *follk puro, original***: é o discurso do reconhecimento dos povos nativos como representantes de uma origem “pura” da nação. Hall (2006) problematiza um caráter intrigante desse tipo de estratégia representacional, o fato de que esse povo primordial raramente ocupa algum lugar de poder. Não por acaso, a observação do

sociólogo pode nos fazer recuperar a memória dos povos indígenas brasileiros, lembrados em momentos pontuais, para se fazer preservar a narrativa da tradição.

Essas narrativas da cultura nacional colocadas por Hall (2011) questionam o que porventura seria uma história evolutiva de nós mesmos. Com vistas a narrar uma ideia de avanço nacional, precisamos, repetidamente, recuperar o nosso passado. Estamos sempre nos retomando enquanto nação, a identidade nacional é para nós um legado, um patrimônio cultural que sempre estamos restaurando.

Todo esforço em afirmar uma identidade nacional pode nos fazer imaginar que somos parte de uma comunidade homogênea. Sobre isso, Hall sugere: “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade.” (2011, p. 62). Desse modo, as diferenças e divisões internas estariam, apenas, discursivamente silenciadas.

1.7. REPRESENTAÇÃO E ESTEREÓTIPOS

Stuart Hall desenvolve, em *Cultura e representação* (2016), entre outras questões, duas ideias nas quais logo recairíamos em nosso trabalho na tentativa de compreender o fenômeno da identidade: as de representação e estereotipagem. Iremos considerar sobretudo o que o autor descreve a respeito delas em suas relações de sentido, linguagem, discurso e poder.

Hall entende que a representação é uma peça fundamental na produção e compartilhamento dos significados dos sujeitos de uma cultura determinada. Ela estaria diretamente envolvida com o uso da linguagem, dos signos e das imagens na medida em que significam ou representam objetos. Para o sociólogo, “[...] a representação conecta o sentido e a linguagem à cultura.” (HALL, 2016, p. 31). Para explicar como se dá essa relação, ele distingue três abordagens: a reflexiva, a intencional e a construtivista.

Podemos afirmar sucintamente que a perspectiva reflexiva recebe esse nome porque reflete os significados já existentes no âmbito dos objetos, pessoas ou eventos; a intencional faz jus ao termo porque partilha o princípio de que a linguagem expressa apenas aquilo que o usuário da língua quis dizer, enquanto a construtivista é, por assim dizer, uma defesa de que o significado é construído na linguagem e através dela. Essa última é aquela que Hall assume e desenvolve em suas discussões. Acerca dela, o autor descreve:

As coisas não *significam*: nós *construímos* sentido, usando sistemas representacionais — conceitos e signos. Assim esta abordagem é chamada de

construtivista. De acordo com ela, nós não devemos confundir o mundo *material*, onde as coisas e pessoas existem, com as práticas e processos *simbólicos* pelos quais representação, sentido e linguagem operam (HALL, 2016, p. 48).

A partir dessa definição de abordagem construtivista e tecida outras considerações de Hall (2016) a respeito, entendemos que ela concebe a linguagem em sua formação pública e social, de modo que seus significados não podem ser fixados nem por ela mesma e nem pelos usuários individuais. Também nos é explicada a distinção do caráter material e do simbólico. Embora não sejam desconsiderados, o sentido, a linguagem, os conceitos representados, não são transmitidos pelo material, isto é, o sentido não depende do material, mas do simbólico. O sujeito social no uso dos sistemas conceituais, do linguístico e de tudo quanto lhe permite representar sua cultura e disso produzir sentido é algo que torna o mundo compreensível.

Outro princípio construtivista central é que o sentido se dá na relatividade. Para esclarecer esse caráter, Hall (2016) traz o exemplo das cores do semáforo para afirmar, entre outras coisas, que embora essas cores existam no mundo material, o modo como significam na sinalização é posto culturalmente. As cores ali *representam* algo, mas não é por causa da natureza da cor que o “vermelho” significa “pare”, por exemplo. Sua leitura se dá na representação, mas também na ordem que estão colocadas e especialmente porque são *diferentes*, essa diferença é fundamental para que as cores signifiquem. Dentro dessa discussão, o autor apresenta uma definição de representação:

“Representação é a produção do sentido pela linguagem. Na representação, argumentam os construtivistas, nós usamos signos, organizados em linguagens de diferentes tipos, para nos comunicar inteligivelmente com os outros.” (HALL, 2016, p. 53).

Segundo Hall (2016), a noção de representação desenvolvida em Foucault é mais específica que aquela adotada por ele, mas ainda assim importante de ser considerada no estudo da representação. O filósofo francês esteve preocupado com a produção de conhecimento que ele chamou de discurso (e não somente sentido e linguagem) e buscava saber como os sujeitos se entendem culturalmente e como nosso conhecimento compartilhado tem sido produzido em diferentes momentos da história.

A questão é “[...] Foucault desvia a atenção da “linguagem” para o “discurso”. Ele estudou não a primeira, mas o *discurso* como um sistema de representação.” (HALL, 2016, p. 80). O pensamento de que coisas e ações físicas existem, mas só produzem sentido e configuram objetos de conhecimento dentro do discurso também expressa uma ótica construtivista acerca

do sentido e da representação. Foucault nos levaria por um caminho teórico em que as coisas fariam sentido no discurso, não em si mesmas.

Todavia, como se dá o funcionamento do regime de representação? Hall (2016) responde a essa questão nos levando a examinar o conjunto de práticas representacionais da estereotipagem e retoma alguns autores, como Richard Dyer em seu ensaio *Stereotyping* (1977), para distinguir e conceituar a estereotipagem.

Para Dyer (1977 apud HALL, 2016), precisamos estabelecer “tipos” para que o mundo produza sentido para nós. Somos levados mentalmente a nos referirmos a objetos específicos, pessoas ou eventos preenchendo um regime geral de classificação apoiado em nossa cultura. Seu exemplo da mesa elucida: processamos que um objeto de superfície plana com “pernas” sobre o qual colocamos objetos é uma mesa. Embora haja muitos tipos de mesa, se nos deparmos com algum modelo que ainda não conhecemos, sabemos que se trata de uma mesa mesmo assim, pois temos uma ideia geral, uma categoria “mesa” em nossa mente que nos permite classificar o objeto avistado como tal. Desse modo, podemos supor que entendemos o que nos aparece como particular de acordo com o seu tipo. Nesse contexto, o ato de tipificar seria necessário aos indivíduos.

Ainda segundo Dyer (1977 apud HALL, 2016), nosso modo de tipificar funciona classificando as coisas em categorias mais amplas. O exemplo disso seria o fato de que adiantamos nosso conhecimento sobre alguém em função do papel que ele ou ela exercem socialmente (mãe, pai, filha, filho, trabalhadora ou trabalhador etc.), com isso, associamos os sujeitos a grupos sociais distintos (classe, nacionalidade, grupo linguístico etc.). Construímos *tipos de personalidade* (feliz, séria, deprimida) e reunimos características que projetam para nós a imagem prévia e imaginada de quem as pessoas são mediante suas posições no seio social. Dyer chega, então, a um entendimento: “[...] um tipo é qualquer caracterização simples, vívida, memorável, facilmente compreendida e amplamente reconhecida, na qual alguns traços são promovidos e a mudança ou ‘desenvolvimento’ é mantido em seu valor mínimo” (1977 apud HALL, 2016, p. 190 -191).

Mas o que seria então o estereótipo e de que forma se relaciona com a noção de tipo? Dyer (1977 apud HALL, 2016) entende que, em um sistema de tipos sociais, os estereótipos determinam tudo aquilo que se insere ou não na normalidade de uma cultura. Em relação aos tipos, os estereótipos se destacam pela capacidade de fixação. Por isso afirma que

Tipos são instâncias que indicam aqueles que vivem segundo as regras da sociedade (tipos sociais) e aqueles que as regras são delineadas para excluir

(estereótipos). Por essa razão, os estereótipos também são mais rígidos que os tipos sociais (...). Os limites (...) devem estar claramente delineados e, dessa forma, os estereótipos, um dos mecanismos de manutenção dos limites, são de caracteristicamente fixos, claros, inalteráveis. (DYER apud HALL, 2016, p. 191).

Hall (2016) realiza três considerações acerca dos estereótipos organizadas a seguir e a partir das quais podemos identificar as características principais dos estereótipos.

O primeiro fato sobre os estereótipos é que eles têm por característica serem **reducionistas**. Isso se dá à medida em que eles se apossam de alguns traços, geralmente simples, marcantes, fáceis de lembrar, de comunicar e de se reconhecer em uma pessoa, de modo que “[...] tudo sobre ela é *reduzido* a esses traços que são, depois, *exagerados* e *simplificados*. [...] a estereotipagem *reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”* (HALL, 2016, p. 191). Podemos dizer, então, que o estereótipo se produz na prática de reduzir os sujeitos a tal ponto que a redução nos parece natural, construindo as formas rígidas que estabelecerão o caráter da diferença.

Outro aspecto comum aos estereótipos é que eles produzirem **fechamento** e **exclusão**. Essa é uma consequência da divisão que o estereótipo estabelece entre o normal e anormal, criando uma estratégia de “cisão”. Através do simbólico, ele traça as fronteiras do aceitável e exclui todo o resto, quem é parte e quem é o “Outro”; a barreira entre nós e eles. É aí então que criamos uma “comunidade imaginada” em nós que somos normais e os Outros que são diferentes. “A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica.” (HALL, 2016, p. 192).

Geralmente, os estereótipos parecem estar também **relacionados à desigualdade social**. São comumente dirigidos a uma comunidade subordinada ou excluída e costumam reforçar algum pensamento etnocêntrico. Esse tipo de coexistência de grupos não é, portanto, uma convivência pacífica, antes é uma luta por primazia, uma relação que envolve o poder. De modo geral, o conceito de estereotipagem envolve “[...] aquilo que Foucault chamou de uma espécie de “poder/conhecimento” do jogo. Por meio dela, classificamos as pessoas segundo uma norma e definimos os excluídos como o “Outro.” (HALL, 2016, p. 192-193).

Esse exercício do poder nos parece mais evidente no manifestar das restrições e na coerção física direta, mas Hall (2016) nos chama atenção para o fato de que “[...] também falamos, por exemplo, do poder na *representação*; poder de marcar, atribuir e classificar; do poder *simbólico*; do poder da expulsão *ritualizada*.” (HALL, 2016, p. 193). O autor dá como exemplo o fato de a Europa ter construído uma imagem estereotipada do “oriente”, não apenas a descrevendo, mas produzindo um discurso sobre ela, de forma a criar um imaginário do lugar.

No Brasil, algo semelhante se dá quando o Sudeste passa a produzir um discurso sobre o Nordeste, estabelecendo “[...] uma dicotomia que opõe, Nordeste e Sul, improdutivo e trabalhadores, rural e urbano, atraso e progresso, pobreza e riqueza.” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 17).

As noções que recuperamos neste capítulo fundamentam a nossa proposta de empreendermos uma análise arqueológica de verdades dicionarizadas, em particular aquelas discursivamente construídas sobre a identidade nordestina; articulando ainda com a discussão sobre o modo como são pensadas e representadas as identidades culturais. Buscaremos o percurso histórico dessa construção a partir de um arquivo constituído por verbetes, sendo cada um deles enunciados que retomam dizeres sobre o nordestino. Antes de aplicarmos essas noções, procuraremos, no próximo capítulo, compreender um pouco melhor o nosso objeto de estudo, os dicionários.

CAPÍTULO II - CONHECENDO O DICIONÁRIO: SUA TIPOLOGIA, SUA EMERGÊNCIA, SEU DISCURSO

(...)
*Em situação de poço, a água equivale
 a uma palavra em situação dicionária:
 isolada, estanque no poço dela mesma,*
 (...)

*um rio precisa de muito fio de água
 para refazer o fio antigo que o fez.*
 (...)

*para que todos os poços se enfrasem:
 se reatando, de um para outro poço,
 em frases curtas, então frase e frase,
 até a sentença-rio do discurso único
 em que se tem voz a seca ele combate.*

[João Cabral de Melo Neto, **Rios sem discurso**, 1979]

Antes de empreendermos as análises de nosso *corpus*, precisamos conhecer mais a fundo o nosso objeto. Por isso, neste capítulo, pensaremos como se constitui o dicionário em diferentes aspectos que nos serão fundamentais. Começaremos descrevendo sua dimensão estrutural, discutindo acerca de sua natureza tipológica, apresentando tratamentos e categorias que encontraremos imersas em nossas discussões, bem como os dicionários que serão objeto de nossa consulta. Logo mais, percorreremos sua trajetória histórica e realizaremos uma síntese do desenvolvimento da lexicografia através da narrativa de sua emergência, de seu aprimoramento e de como isso se dá, especificamente, em solo brasileiro. Finalmente, abordaremos o dicionário em sua constituição discursiva, o modo como ele se insere nas relações do jogo enunciativo, a partir de uma perspectiva arqueológica.

2.1. TIPOLOGIA DE DICIONÁRIOS: CRITÉRIOS, CLASSIFICAÇÕES

Dicionários são descrições relativamente representativas e detalhadas do léxico de um idioma. Como são inúmeros os públicos e os propósitos que um dicionário pode assumir, nos

deparamos com uma grande variedade de seus tipos, alguns muito frequentes, a exemplo dos monolíngues, bilíngues, do dicionário geral, padrão, escolar, de usos, minidicionário, eletrônico, entre outros. Mencionamos, ainda, aqueles que se concentram em aspectos linguísticos específicos, tais como os dicionários de sinônimos, antônimos, etimológicos. Compreender como funcionam essas categorias requer, antes de mais nada, ciência de que o desenvolvimento da lexicografia proporcionou diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Desse modo, descrever a natureza tipológica dos dicionários é se deparar com diferentes critérios de classificação que originaram tipologias diversas.

O lexicógrafo Günther Haensch (1982) propõe uma das tipologias mais utilizadas. Ela oferece critérios práticos de classificação que, quando comparados com outros esquemas, destacam-se pela abrangência. Essas categorias são postas de modo a serem direcionadas para alguma dicotomia, como os pares geral e de especialidade, monolíngue e bilíngue. Essas classificações são aplicadas segundo a característica de maior destaque ou predominância, isto é, segundo o traço mais evidente da obra. Numa síntese descritiva da proposta do autor, temos os seguintes critérios de classificação tipológica de dicionários:

- **Formato e número de entradas:** consideramos a dimensão da obra, o quantitativo dos volumes, páginas e entradas. Por exemplo, o dicionário padrão (traz outras informações além dos conceitos, sobretudo, gramaticais, etimológicas e fonéticas) possui cerca de cinquenta mil entradas, o dicionário escolar (que se ramifica em vários tipos, segundo cada fase da aprendizagem) entre quinze e trinta mil;
- **Caráter linguístico:** distinguimos entre lexicografia linguística, que versa sobre o *signo*, e a obra enciclopédica, que se ocupa das *coisas*. Consideramos, ainda nesse aspecto, a existência de obras mistas;
- **Sistema linguístico e *corpus*:** diferenciamos obras que baseiam sua descrição semântica no sistema linguístico individual do(s) autor(es), daquelas que, para tanto, fundamentam-se nas informações fornecidas pelo *corpus*;
- **Número de línguas:** orientamo-nos pelo número de línguas abrangidas, classificando os dicionários em monolíngues e plurilíngues. Esse último pode ser do tipo bilíngue, para o caso de dicionários de duas línguas, e multilíngue, para aqueles que ultrapassam esse número;
- **Seleção do léxico:** segundo esse critério, o caráter predominante será o modo de seleção lexical da obra. Apresentamos as maneiras de realizarmos essa identificação através das seguintes perguntas:

- a) Trata-se de uma obra geral ou parcial? O dicionário geral nos oferece uma amostra abrangente da língua em questão. Os parciais estabelecem uma unidade lexical de abordagem, por exemplo, o dicionário diatópico (registra dialetos, variantes regionais) e o dicionário diastrático (registra as variantes de grupos sociais, a exemplo do dicionário de gíria);
 - b) A seleção do léxico é exhaustiva ou não? Os dicionários podem ser exhaustivos (o tipo *thesaurus* ou tesouro é um exemplo de obra exhaustiva, pois se compromete em descrever a totalidade de uma língua) ou seletivos, como os de uso, aprendizagem e diafrequentes (dicionários cuja preferência se dá pelos usos mais frequentes);
 - c) Qual o critério cronológico? O aspecto temporal divide os dicionários em sincrônicos (retratam o vocabulário através do tempo) e os diacrônicos (trazem os dados de uma língua em um dado momento da história);
 - d) É de caráter descritivo ou prescritivo? Dicionários produzem efeitos de normatividade, mas também existem aqueles que, apesar disso, são produzidos num esforço contrário, assumindo uma tentativa de trabalho descritivo da língua. As obras prescritivas seriam os dicionários acadêmicos, os didáticos-escolares; enquanto as descritivas seriam aquelas orientadas pelos usos;
 - e) Qual o conjunto ordenado do material (nomenclatura)? As entradas lexicais podem ser arranjadas segundo dois critérios: *semasiológico*, em que a ordem dos verbetes parte do significante em direção do significado (em geral, exposto em ordem alfabética) e *onomasiológico*, em que a sequência das entradas é organizada de acordo com os significantes, ou seja, do conceito para a forma. Esse tipo corresponde aos dicionários analógicos (em que o principal critério para a reunião das palavras em grupos é a analogia) e ideológicos (organizados em função das ideias);
- **Finalidade:** Destacam-se por seus propósitos particulares. Exemplo disso são os dicionários de abreviaturas, de pronúncia, os paradigmáticos (sinônimos e antônimos) e sintagmáticos (construções, fraseologia, valência verbal);
 - **Meios de divulgação:** Esse critério separa os dicionários tradicionalmente impressos, dos dicionários eletrônicos (inseridos em algum tipo de mídia ou plataforma digital).

Gostaríamos de tecer alguns comentários acerca do último critério colocado. A internet tornou-se um meio de divulgação em que os dicionários passaram a ser amplamente consultados. Embora exista muita resistência em torno da hipótese de que o intenso desenvolvimento das tecnologias de informação nos levará a uma possível extinção do livro

impresso, é possível observar que, no caso dos dicionários digitais, houve aceitação ampla e relativamente rápida por parte dos leitores. Primeiro, vimos o movimento de muitas obras populares migrando para o suporte eletrônico, de modo que, atualmente, muitas delas estão disponíveis para acesso online ou download, como é o caso do *Dicionário Caldas Aulete*². Ao passo que essa transposição ocorria, vimos outros dicionários serem produzidos para que circulassem exclusivamente na rede, como o *Dicio: Dicionário Online de Português*³. Certamente, o dicionário fornecido pelo buscador da *Google* é a forma de consulta lexical mais utilizada da contemporaneidade. A portabilidade, usabilidade e gratuidade dessa ferramenta fez dela uma alternativa mais requisitada do que a aquisição dos materiais impressos.

Todo esse movimento do dicionário impresso rumo ao digital ainda é recente para os estudos da lexicografia. Quando o dicionário passa a se estabelecer no meio digital, não ocorre puramente uma mudança de suporte, pois esse deslocamento provoca mudanças no próprio fazer lexicográfico, modificando princípios e estruturas. Krieger (2006, p. 145) aponta que essas transformações resultaram em novas questões “[...] de natureza epistemológica e pragmática, incidindo, igualmente, sobre a escolha das fontes que servem de base à seleção lexical”.

A tradição da lexicografia, na grande maioria das obras, fazia o registro do léxico orientando-se pelo passado da língua, baseando as seleções num ideal de etiqueta linguística. Os rumos da modernidade informatizada parecem evocar outros parâmetros e atender novos anseios: escutam-se as vozes do contemporâneo, dos usos, da frequência, do “real”. Atualmente, estamos diante de

“[...] uma lexicografia baseada fundamentalmente na comunicação, que parte do valor intrínseco do vocabulário no processo comunicacional, dos modos de uso e das situações de uso de uma unidade léxica dentro de uma coletividade linguística” (HAENSCH, 1982, p. 19).

2.2. A EMERGÊNCIA DE UMA TÉCNICA LEXICÓGRÁFICA

Produto de uma necessidade comum às comunidades linguísticas que é a de fazer registros de seu léxico, o dicionário é um instrumento de consulta que desempenha a função de arquivar e fornecer os usos e sentidos das palavras de uma língua. À primeira vista, estamos diante de um trabalho descritivo da linguagem, todavia, poderíamos dizer que o dicionário se aproximou muito mais do caráter normativo, passando a regular o *verdadeiro* acerca do significado de um termo, o que, de certa forma, nos instrui sobre como devemos compreender

² Disponível em: <http://www.aulete.com.br/index.php>. Acesso em: 24 abr. 2020.

³ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

a língua, e como podemos empregar corretamente os significados das palavras. No decorrer da história da lexicografia, as sociedades introduziram o dicionário enquanto obra de natureza irrefutável.

A prática de compilar palavras de uma língua é muito antiga na história da humanidade se considerarmos o seu longo percurso até os moldes atuais. A origem dela se confunde com a invenção da escrita, por volta de três mil anos antes de Cristo (NUNES, 2010). No Ocidente, a Grécia Antiga cultivava o costume de elaborar glossários com significados de palavras. Esses registros auxiliavam na leitura de obras literárias. Alguns reuniam, por exemplo, palavras desconhecidas em obras atribuídas a Homero. Essas palavras, dispostas em ordem alfabética no final dos textos, anunciavam o texto dicionarístico.

Durante a Idade Média, o *status* do latim clássico como língua culta incentivou o desenvolvimento de etimologias, glossários e enciclopédias. Krieger (2006) explica que essa produção foi impulsionada pelo prestígio do latim clássico, o qual era preciso dominar para o exercício da fala culta, como era o caso da exposição litúrgica, da produção acadêmica e da oratória jurídica. Disso nascia o hábito de fazer o registro das glosas, ou seja, das notas explicativas que preparavam os intelectuais para a fala erudita.

Em razão da alta valorização do latim clássico e do grego, a produção de glossários foi crescente durante o período medieval. Nunes (2006) descreve que as escolas do século VI utilizavam essa ferramenta com o objetivo de auxiliar os alunos no exercício da decodificação e interpretação de textos gregos e latinos. Esse recurso foi inserido à margem ou no meio dos textos. Mais tarde, foi estabelecido um critério de organização que obedeceria à ordem alfabética ou a domínios temáticos. O sucesso dessa prática desprendeu os glossários dos textos com destino à configuração de uma obra particular que daria base à produção de dicionários.

No século XI, os primeiros dicionários começavam a circular, algo ainda restrito à pequena parcela intelectual da sociedade medievla. Essas obras eram destinadas à compreensão do latim e obedeciam a uma organização alfabética. A publicação do dicionário *Catholicon*, de Johannes Balbus, é um exemplo desse momento. A obra continha algumas entradas com informações enciclopédicas e acerca da gramática latina. No final da Idade Média, esse trabalho serviu para interpretação da Bíblia.

Com o Renascimento, surgem os dicionários vernaculares, os monolíngues. É a partir daí que se começa a desenvolver, mais notoriamente, uma técnica lexicográfica. A imprensa, o comércio, as viagens, os movimentos de colonização, foram razões que fizeram desse tipo de trabalho linguístico não apenas um recurso eventualmente útil, mas uma necessidade presente. Afinal, era um momento em que se desenvolviam relações entre as nações europeias, contatos

entre povos distintos e, por isso mesmo, cresciam “[...] os dicionários bilingües na Espanha, na França, na Itália, em Portugal, bem como as gramáticas de cada uma das línguas que se tornaram oficiais para as nações-estado da Europa no século XVI” (BIDERMAN, 1984, p. 2).

Ainda durante o cenário renascentista, foram desenvolvidos os dicionários plurilíngues, com destaque para o *Calepinus* (1502), de Ambrogio Calepino, e dicionários especiais de uso escolar (pequenos, poéticos, temáticos). Foi durante o período renascentista que os extensos dicionários de uma única língua foram nomeados de “*thesaurus*”, como o *Thesaurus Latinae Linguae* (1532), de Robert Estienne, e o *Thesaurus Graecae Linguae* (1572), de Henri Estienne.

A lexicografia portuguesa, assim como as demais lexicografias europeias, inicia-se com obras bilíngues que serviriam para o conhecimento do latim. Esses materiais foram baseados em dicionários anteriores, como os já mencionados *Thesaurus Graecae Linguae* e *Calepinus*. Estudiosos como Verdelho (2002) consideram que o dicionário do humanista Jerônimo Cardoso, o *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*, produzido entre 1500 e 1569, marca, de fato, o início da dicionarização da língua portuguesa. Trata-se de um dicionário bilíngue, de ordem alfabética, que fundamentaria toda uma sequência de dicionários que seriam produzidos a partir dele: um trabalho que revela o aprimoramento da lexicografia, dispondo unidades lexicais, valor semântico e informações ortográficas. A obra continha um *corpus* lexical bastante significativo para época, com mais de 12.000 entradas que cresceram conforme as novas edições.

Além do dicionário de Cardoso, O *Vocabulario Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau, com dez volumes publicados entre 1712 e 1728, também é considerado parte da do gesto inaugural de uma lexicografia portuguesa. O dicionário de Bluteau serviu de base para que Antonio de Moraes Silva elaborasse o primeiro dicionário monolíngue do português, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, cuja primeira edição foi em 1789.

2.3. O DICIONÁRIO BRASILEIRO

Nunes (2006) afirma que podemos observar na lexicografia brasileira uma certa descontinuidade em relação à lexicografia europeia, de modo que seus objetos, temas, enunciados, funcionariam segundo outras regularidades, constituindo, assim, uma outra formação discursiva (FOUCAULT, 2009). O pesquisador aponta algumas particularidades das condições brasileiras que provocaram essas rupturas.

Primeiramente, os **textos de base do saber lexicográfico**. Se a lexicografia europeia se desenvolve a partir do estudo de textos antigos, da invenção do glossário, dos dicionários

bilíngues latim-vernáculo, a brasileira, por seu turno, parte do relato dos viajantes portugueses. Esses relatórios reuniam aspectos informacionais, oficiais, retóricos, de narrativas épicas, propaganda e ciência natural. Foram eles que forneceram as primeiras descrições, definições e comentários. Esses saberes seriam reaproveitados, transformados, sintetizados e agrupados nos dicionários dos séculos XVIII e XIX.

Em segundo lugar, a própria **língua originária** estabelecia uma outra relação de alteridade linguística, pois, no caso brasileiro,

Não se trata de uma língua “morta”, originária que fornece os elementos lexicais. É a língua indígena, tomada sincronicamente, que, de par com o português (ou o alemão, o francês, o latim, conforme a língua do viajante), estabelece a conjunção de língua que servirá de base a uma lexicografia local. (NUNES, 2006, p. 52)

Os relatos portugueses que deram base à produção de dicionários no Brasil também eram compostos de elementos indígenas, sobretudo de referências ao tupi. O processo de aculturação dos brasileiros nativos produziu um bilinguismo orientado pelos comentários dos viajantes em ação colonizadora.

Citamos, ainda, em terceiro lugar, o **modo de circulação de textos**. Nunes (2006) explica que, até o século XIX, não havia imprensa no Brasil, por isso os relatos publicados na Europa quase não eram de circulação brasileira. Havia na colônia portuguesa uma forte censura religiosa, um controle que impedia a reunião de autores, obras e leitores. Toda essa prática coercitiva constituía um empecilho para o deslanchar da lexicografia brasileira. Acerca disso, lembramos que a história da imprensa brasileira se inicia em 1808 quando a família real portuguesa se instala no Brasil, pois, até então, fora proibida toda e qualquer atividade de imprensa, inibindo a produção de jornais, livros ou panfletos. Esse foi um tipo de embargo e controle típico da colonização portuguesa, já que, em outras colônias europeias do continente americano, a imprensa era uma realidade desde o século XVI.

Para se pensar a história do dicionário brasileiro, é indispensável voltar à colonização, para o momento em que eram tecidos os comentários sobre os significados das palavras indígenas, em que listas para a tradução do português-tupi e tupi-português eram elaboradas. Essas são as primeiras manifestações de uma lexicografia em solo brasileiro e foram produzidas pelos jesuítas entre os séculos XVI e XVIII. Nesse período, Portugal lançava os monolíngues de Bluteau (1712) e de Moraes (1789). Conhecer a língua dos indígenas e fazê-los conhecer a língua portuguesa serviam ao duplo propósito de expansão religiosa e territorialista.

O conhecimento do português destinado às comunidades indígenas funcionava para garantir a comunicação, mas também para se fazer circular, através da língua, os discursos do colonizador que garantiriam um melhor controle dos nativos. Funcionando nesse sentido, os dicionários bilíngues refletiam apenas a visão europeia da realidade, suas crenças e perspectivas. Especificamente, o ponto de vista do sujeito lexicógrafo europeu, católico, situado no período de colonização do Brasil. Isso implica dizer que os registros dos dicionários de tupi dessa época são interpretações dos missionários, de suas tentativas de explicar o mundo europeu para os indígenas e conduzir suas condutas. Destaque para as gramáticas do tupi, de Anchieta (1595) e de Figueira (1621), do kariri, de Mamiani (1699) e para o *Vocabulário na Língua Brasileira*. Este último, obra do século XVI, de autor desconhecido, além de servir nas missões, era bastante utilizado nos colégios jesuítas, num momento em que predominava a tríade gramática-dicionário-doutrina.

A afirmação de um português brasileiro chama a atenção no final do século XVIII e início do século XIX, impulsionada pelos valores do Romantismo e da Independência. Esse movimento nacionalista tomará por argumento a participação das línguas indígenas e africanas no léxico brasileiro, fazendo marcar as distinções com a língua de Portugal. Esse período é marcado pela produção de dicionários monolíngues, dentre os quais, um dos mais representativos foi o dicionário de Antônio Moraes (1789). Podemos dizer que essa obra é parte de uma transição, do prenúncio de uma lexicografia brasileira, obra mista entre duas variantes portuguesas. Isto porque Moraes, lexicógrafo brasileiro iluminista que inicia sua carreira em Portugal e regressa ao Brasil em 1802, introduz palavras brasileiras em seu dicionário, chamando-as de *brasileirismos*.

Começam a surgir, então, os dicionários de complemento aos dicionários portugueses, como o *Vocabulário Brasileiro*, de Brás Costa de Rubim (1853); dicionários de regionalismos, a exemplo da *Collecção de Vocabulos e Frases usados na Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antônio Coruja (1853); e dicionários de *brasileirismos*, como o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Macedo Soares (1888). Mesmo contendo registros brasileiros, esses dicionários ainda revelavam uma visão de um português que, essencialmente, seria o mesmo do colonizador, bastando, apenas, pontuar as “exceções”.

O fim das tentativas de conciliar a variante do português europeu com aquela que se revelava no Brasil só acontece no século XX, com a criação da Academia Brasileira de Letras no final do século XIX e o crescimento de editoras brasileiras. Surgem monolíngues que rompem com o momento anterior em que figuravam dicionários de complementos, pois,

deixava-se de tratar os dados linguísticos distintos entre as duas origens como exceções. Entendia-se que a interpretação portuguesa dos fatos já não dava conta de explicar o léxico brasileiro. São fundantes deste momento *O Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Gustavo Barros e Hildebrando Lima (1938), e o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire (1939-1944). Ainda assim, uma leitura atenta poderá perceber neles alguma reminiscência dos séculos anteriores, a exemplo de Freire, que se utiliza de exemplos da literatura clássica portuguesa.

Os dicionários continuaram caminhando nesse sentido emancipatório da língua, de forma que, ainda no século XX, a lexicografia brasileira consolida-se definitivamente. Os dicionários brasileiros já são aqueles que mais circulam, como o *Novo Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975). O *Aurélio* foi vendido como o dicionário padrão da sociedade brasileira, transformou-se em norma linguística e lexicológica (talvez pela intensa introdução nas escolas) e virou sinônimo de dicionário.

Atualmente, podemos dizer que a produção de dicionários do recente século XXI é marcada pela variedade de obras e de especialidades, pela descrição cada vez mais sucinta e objetiva que procura atender às novas exigências do leitor moderno. O conhecido *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antônio Houaiss, é lançado em 2001, com informações de gramática, usos, etimologias, sinônimos, antônimos, homônimos, arcaísmos, além de inserir termos tecnológicos que, embora fossem empréstimos estrangeiros, foram incorporados à fala do brasileiro com a popularização da internet. Outras obras lançaram novas edições como o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete (*disponível também no formato digital sob o título de “iDicionário Aulete”*⁴, em constante atualização) e o *Dicionário Aurélio*, cuja edição *MiniAurélio Século XXI Escolar* foi destaque de recomendação do MEC em 2005, tendo sido amplamente distribuída nas escolas.

Provavelmente, a maior novidade da atualidade está no aperfeiçoamento do dicionário eletrônico. Seu destaque pela acessibilidade, aperfeiçoamento e procura, espalhou-se nos diferentes meios digitais, tais como em buscadores, sites, aplicativos, extensões de navegadores enquanto ferramenta de leitores de livros digitais, entre outros, muitos disponíveis de forma gratuita (ou em menor custo comparativamente às versões impressas), mais práticos e rápidos. Os desafios dos estudiosos da lexicografia desse século ainda estão em pontuar as possíveis reconfigurações de seu objeto, que sofre as transformações e exigências da modernidade.

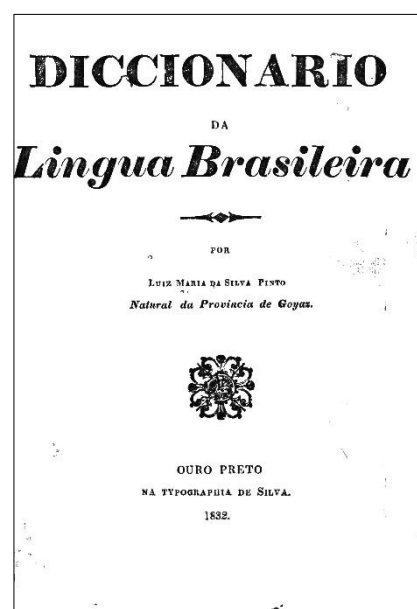
⁴ Disponível em: <http://www.aulete.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2020.

2.4. DOS DICIONÁRIOS UTILIZADOS

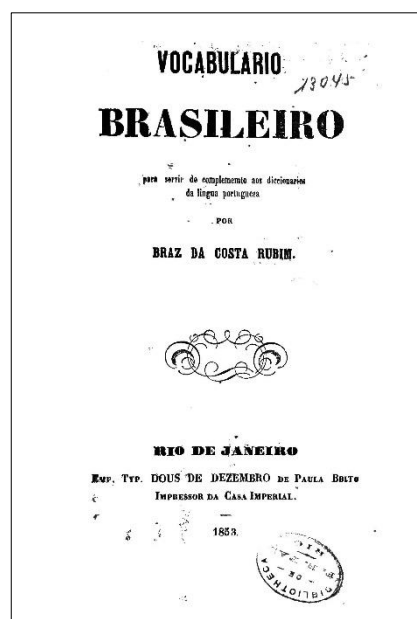
Agora que sabemos um pouco sobre como é classificado o dicionário, sua história de emergência e de desenvolvimento no Brasil, iremos conhecer os dicionários que serão utilizados em nosso trabalho de análise. Ao adentrarmos nas obras contemporâneas, veremos que são aquelas recomendadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), desse modo, poderemos refletir mais diretamente sobre o uso educativo desses dicionários.

2.4.1. Dicionários do século XIX

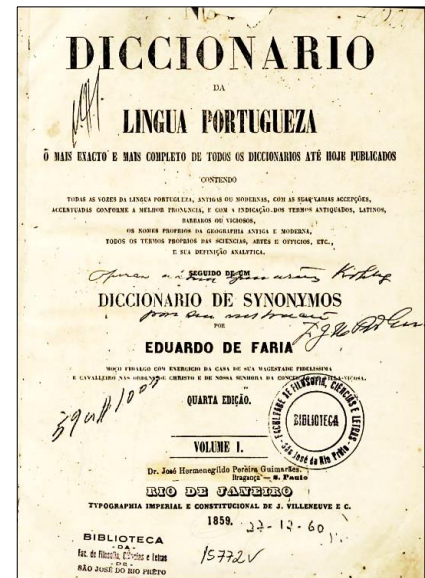
- **Silva Pinto (1832):** o *Diccionario da língua brasileira*, produzido na cidade de Ouro Preto, Minas gerais, é um monolíngue do tipo geral considerado o primeiro da lexicografia brasileira a ser produzido, editado e impresso no Brasil. Dono de gráfica, um dos objetivos de Silva Pinto era o de atrair compradores interessados em um dicionário brasileiro e mais prático de manusear que o de Moraes Silva (que na época contava com as primeiras edições produzidas em Portugal).



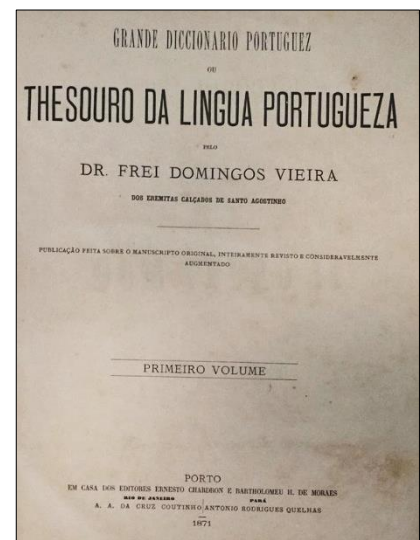
- **Rubim (1853):** o *Vocabulario brasileiro* é um dicionário geral de complemento aos portugueses. Nele, Rubim reúne vocábulos não encontrados nos dicionários do português europeu e que foram compilados a partir de leituras de memórias e outros escritos. Essa obra foi publicada no Rio de Janeiro e tem um trabalho bastante objetivo, com definições precisas.



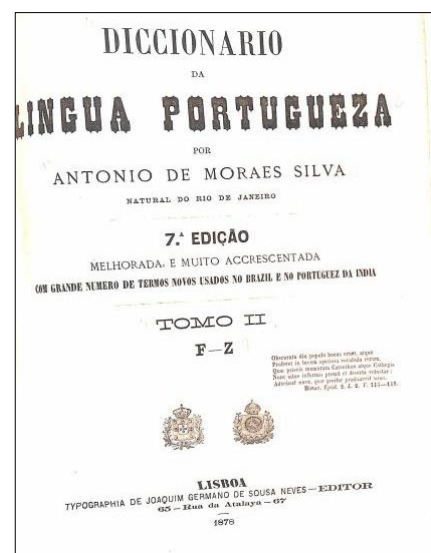
- **Faria (1859):** o *Novo dicionario da lingua portuguesa*, de Eduardo de Faria, teve quatro edições entre 1849 e 1859, sendo a última aquela com duas publicações, uma no Rio de Janeiro e outra em Lisboa. Podemos dizer que se trata de um dicionário do tipo *thesaurus* já que sua característica mais enfatizada é a de ser a mais completa obra dos dicionários até então publicados, atendendo a um público amplo.



- **Vieira (1871):** assim como adianta o próprio título, o *Thesouro da lingua portuguesa* é um dicionário que se classifica como *thesaurus*, foi elaborado pelo Frei Domingos e publicado entre 1871 e 1874, em cinco volumes. A obra foi realizada em coedição com o Brasil e Portugal e foi dedicada a D. Pedro II. As definições desse dicionário são extensas e incluem expressões, provérbios e locuções. Para sua elaboração, o autor contou com textos literários e relatos de viagem.

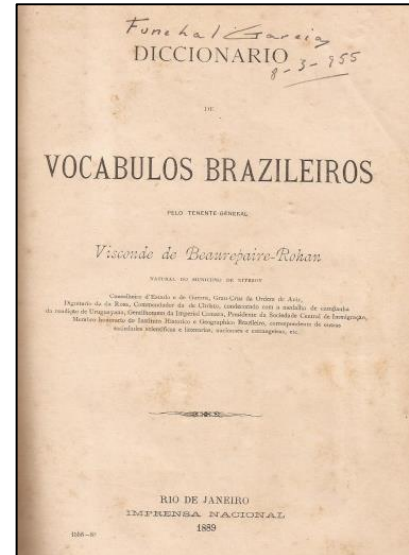


- **Moraes (1878):** o *Diccionario da lingua portuguesa* é um monolíngue geral que teve sua primeira edição em 1789 com o dicionário do padre D. Rafael Bluteau reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Moraes costumava incluir a sua naturalidade na abertura, o Rio de Janeiro. Aqui fazemos uso da sétima edição que foi amplamente propagada no Brasil e se descrevia em folha de rosto como “melhorada, e muito accrescentada com



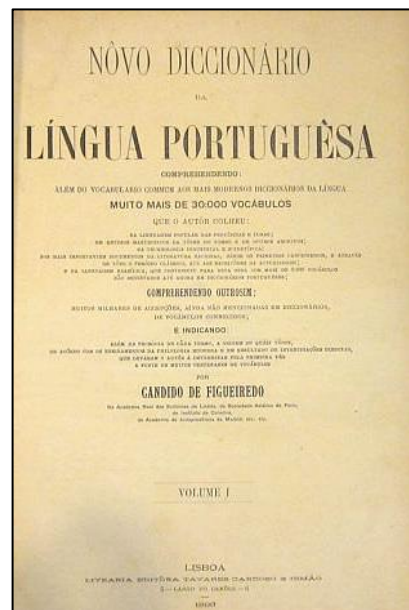
grande numero de termos novos usados no Brasil e no portuguez da India” (MORAES, 1879).⁵

- **Beaurepaire-Rohan (1889):** *Vocabulos Brasileiros* é um dicionário de brasileirismos. Beaurepaire-Rohan irá buscar em autores brasileiros as suas referências nacionais. A obra é publicada no ano da Proclamação da República; nesse contexto, a política recai sobre a língua como forma de representar a ideia de “povo”, de “nação”.



2.4.2. Dicionários do século XX

- **Figueiredo (1913):** o *Nôvo dicionário da língua portuguesa* é exaustivo, possui 136 mil entradas e o compromisso de ser o mais completo possível, o que faz dele um dicionário do tipo *thesaurus*. Em prefácio, afirma nascer de uma constatação: “Succede porém que o português do Brasil não é precisamente o português europeu: recebeu numerosos termos da população indígena, e o tupi entrou como elemento constituinte no organismo da moderna linguagem brasileira.” (FIGUEIREDO, 1913). Reconhecendo isso, o autor buscou incluir brasileirismos que buscou nos poetas, romancistas, críticos e gramáticos. A obra afirma que a sua seleção contém mais de sete mil brasileirismos que até então não haviam entrado nos dicionários de língua portuguesa.

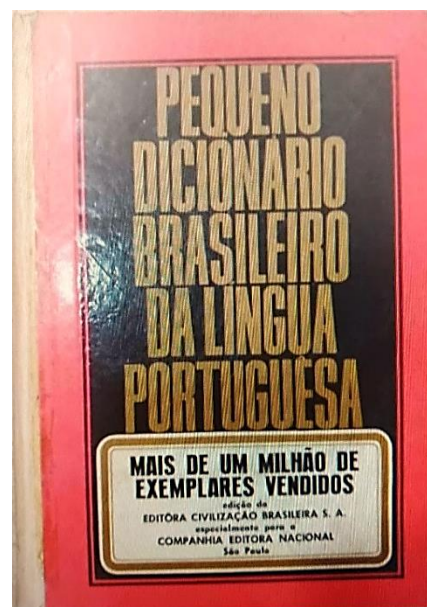


⁵ Nesta seção, as citações de prefácios não informam a numeração da página devido à sua indisponibilidade.

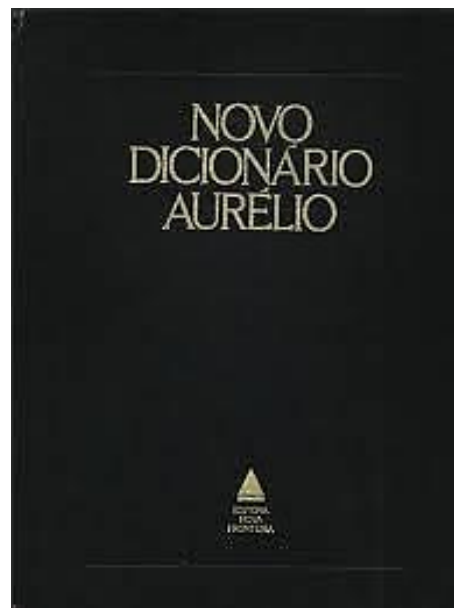
- Souza (1939):** a quarta edição do dicionário elaborado por Bernardino José de Souza, o *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, dá sequência à obra antes intitulada: “*Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil*” (edições de 1910 e 1917) e “*Onomástica Geral da Geografia Brasileira*” (1927). O material possui 1.230 verbetes, em ordem alfabética, incluindo regionalismos e diferentes aspectos naturais e sociais do Brasil. Acerca da necessidade e da importância da obra, o autor justifica que “[...] a sua relevância se afere pelo quadruplo interesse didático, linguístico, social e patriótico.” (SOUZA, 1939, p. XVI); além de ressaltar o seu “[...] espírito profundamente brasileiro, essencialmente nacionalista.” (SOUZA, 1939, p. XVI). Trata-se, portanto, de um dicionário ainda preocupado em provar a existência de um vocabulário brasileiro, marcando o caráter individualizador que a geografia produz na língua.



- Ferreira (1964):** O *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1964) foi o primeiro trabalho lexicográfico executado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. O dicionarista atuou como colaborador a partir da sexta edição, a de 1946, ao escrever o prefácio, acrescentar verbetes e atuar como editor e revisor principal (BIDERMANN, 2000). Para Krieger (2006, p. 177), esse dicionário “[...] ao seu modo, também buscou a representatividade lexical do PB, apesar de ser mais reduzido se comparado aos outros (cerca de 60 mil verbetes)”. A edição que dispomos aqui é a décima primeira, a última desse dicionário, efeito do fechamento da Editora Civilização Brasileira durante a Ditadura Militar (1964–1985) (BIDERMANN, 2000).



- **Ferreira (1975):** *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1975) foi o primeiro a ser chamado apenas de “Aurélio”, decerto em razão da capa exibir “Novo dicionário Aurélio”, evidenciando o nome do dicionarista. Para esse dicionário geral, foram reunidos 150 mil verbetes. O jornalista Marcello Rollemberg descreve em artigo⁶ o grande sucesso editorial que foi o dicionário ao obter quinze milhões de exemplares vendidos em pouco mais de vinte e cinco anos de lançamento, permanecendo quarenta e duas semanas seguidas na lista dos mais vendidos da *Veja*. A proposta levantada pelo autor era a de oferecer um dicionário moderno e “vivo”, por isso, além de textos literários clássicos, Ferreira (1975) incluiu a linguagem da mídia e da fala popular; considerando os regionalismos e gírias do português brasileiro.

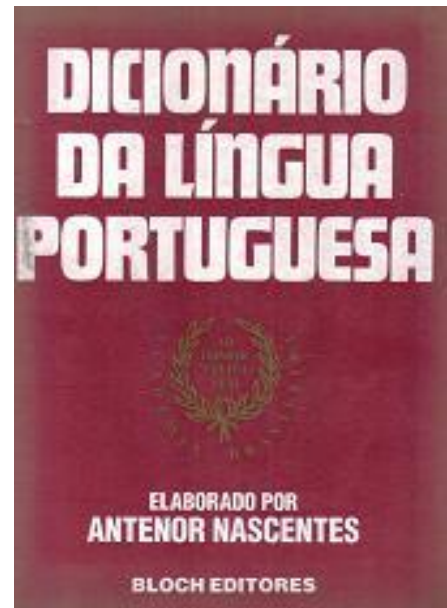


- **Gurgel (1984):** *O Dicionário de Gíria: Modismo lingüístico — O Equipamento Falado do Brasileiro* (1984), de J.B Serra e Gurgel, é um trabalho composto de duas seções: uma teórica, em que o autor procura justificar a relevância do estudo das gírias e discorrer sobre questões linguísticas relacionadas (jargão, palavrão, modismo lingüístico etc), e outra seção formada pelo dicionário propriamente dito. A respeito da obra, o autor diz ser “[...] um inventário incompleto, é verdade, da gíria mais falada e usual de segmentos diversos de nossa população e não apenas de nossa juventude ou de nossos malandros” (GURGEL, 1984, p. 15). Uma consulta a esse dicionário mostrará definições objetivas, com descrições que muitas vezes se resumem a uma única palavra, um sinônimo. Veremos também que, para cada gíria, há uma frase que exemplifica e contextualiza o seu uso.

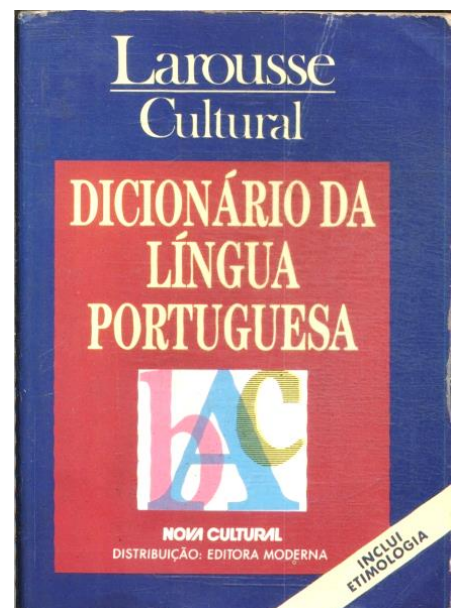


⁶ O artigo eletrônico do *Jornal da USP*: “Aurélio, caçador de borboletas”, em que o jornalista Marcello Rollemberg retoma a trajetória de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira como lexicógrafo, está disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/aurelio-cacador-de-borboletas/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

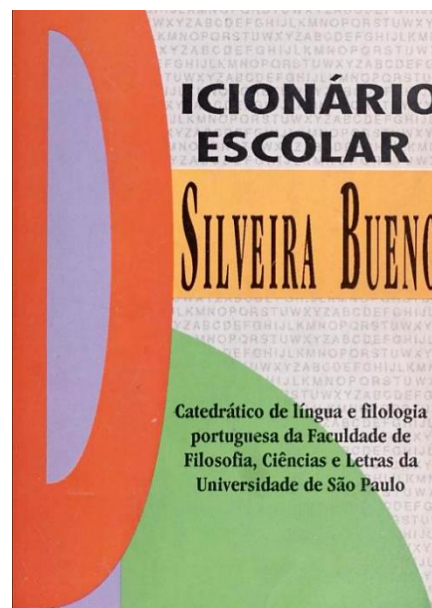
- **Nascentes (1988):** esta é a segunda edição do *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras* (1988), uma publicação póstuma de Antenor Nascentes, filólogo, etimólogo e lexicógrafo que foi membro da Academia Brasileira de Filologia. Trata-se de um único volume que dispõe de 88.818 entradas, uma versão compacta daquela publicada em 1961 que compreendia cinco volumes. Esse foi o primeiro dicionário elaborado pela Academia Brasileira de Letras.



- **Larousse Cultural (1992):** o *Dicionário da Língua Portuguesa* é uma publicação que leva o nome da editora francesa Larousse. Essa é uma obra compacta, com cerca de 40.000 verbetes, incluindo acepções gerais e especializadas, além de indicações de uso (sentido figurado, acepções populares, regionais), a etimologia da palavra e alguns sinônimos.



- **Bueno (1996):** O *Dicionário Escolar Silveira Bueno* (1996) é, como o próprio título adianta, um material de finalidade sobretudo didática. Explica o autor que seu objetivo é: “[...] oferecer aos alunos das nossas escolas um instrumento de consulta para os seus casos mais comuns de dificuldade vocabular. Procuramos ser sintéticos, mas claros; resumidos, porém suficientes” (BUENO, 1996). Assim posto, o compromisso dessa obra é adequar-se às necessidades da faixa etária estudantil.



2.4.3. Século XXI: dicionários do PNLD/2012 e eletrônicos

A distribuição de dicionários feita pelo MEC para a rede pública de ensino básico é resultado de uma seleção de obras feitas a partir da avaliação do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que estabelece critérios de exclusão e classificação desses materiais. O PNLD/2012 organizou acervos de dicionários para etapas específicas do ensino. Cada coletânea reuniu obras de um mesmo tipo e foi acompanhada de orientações ao professor para otimização do uso dos dicionários em sala de aula.

Dos dicionários recomendados e distribuídos pelo MEC, trabalharemos com estes publicados em 2011: o *Dicionário da língua portuguesa*, de Evanildo Bechara; o *Dicionário Unesp do português contemporâneo*, de Francisco Borba; o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, Caldas Aulete (org. Paulo Geiger); *Dicionário Houaiss conciso*, de Antônio Houaiss (edição de Mauro Salles Villar). Esses são dicionários que a coletânea do PNLD/2012 classificou como do tipo quatro, isto é, dicionários cuja proposta lexicográfica é do tipo padrão e que, além disso, adequam-se às necessidades de um público de escolares do ensino médio e profissionalizante. Segundo o programa, o dicionário padrão: “[...] tanto do ponto de vista da cobertura que faz do léxico quanto das informações que fornece a respeito é considerado, pela coletividade a que se dirige, como aquele que melhor atende às demandas culturais por conhecimentos sobre o léxico” (MEC, 2012, p. 13).

Essa cobertura do dicionário padrão tem a ver com o fato de possuírem levantamento exaustivo, reunindo repertórios lexicais de dicionários gerais e especializados. Esse tipo de dicionário também tem por característica ser prescritivo, pois geralmente assumem ideais de

uma norma padrão e usam a literatura canonizada para apresentar exemplos de bom uso da língua.

Embora se utilize da tipologia do dicionário padrão de língua, as orientações do PNLD/2012 explicam que: “Seja como for, não só varia, a cada época, a obra que é socialmente eleita ‘o dicionário padrão da língua’ como a própria concepção; a elaboração e a organização de um dicionário desse porte e desse alcance vêm passando por grandes transformações.” (MEC, 2012, p. 13). Não basta que esse dicionário dê conta de ser uma amostra representativa do léxico em constante mudança e variação, mas é preciso ainda acompanhar as novas exigências de cada tempo, com suas demandas culturais e novas técnicas de registro.

Acerca de dicionários que apresentam definições pejorativas ou que contenham estereótipos, o PNLD/2012 considerou esses aspectos tanto para critérios de exclusão, como de classificação. Sobre a exclusão, viu-se que

Da mesma forma que os demais materiais didáticos, os dicionários devem colaborar para a construção escolar da ética necessária ao convívio republicano. Assim, serão excluídos do PNLD Dicionários 2012 as obras que apresentarem explicações, definições e/ou ilustrações preconceituosas ou estereotipadas (MEC, 2012, p. 93).

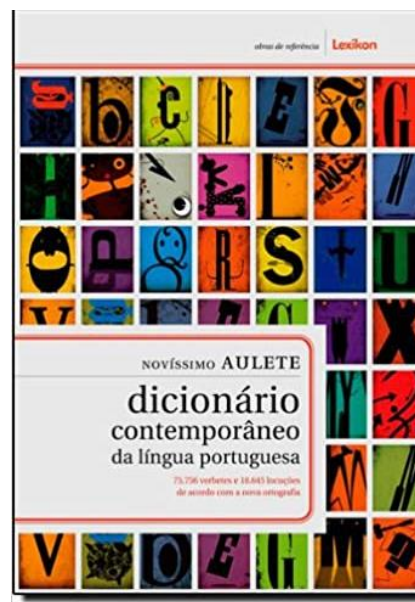
Por outro lado, um dos principais critérios classificatórios para os dicionários do tipo padrão serem selecionados pelo PNLD/2012 é o de que

devem contemplar toda a diversidade e complexidade do léxico, tanto em relação aos tipos de lexia quanto no que diz respeito às esferas discursivas. Sem descuidar do vocabulário coberto pelos demais dicionários, devem abranger *o vocabulário da mídia, em particular a impressa, e as áreas de conhecimento mais especializadas*. Considerando-se o alunado do ensino médio, devem dar especial atenção às palavras que caracterizam *as culturas juvenis, o mundo do trabalho e o campo da política*. Os vocábulos pouco usados ou em processo de desuso, ou, ainda, que sejam característicos de uma dada região do País, devem ser assinalados como tais. Da mesma forma, o caráter chulo e/ou pejorativo de termos tabu deve ser cuidadosamente indicado (MEC, 2012, p. 94).

A partir disso, entendemos que o MEC descarta obras que apresentem descrições com base em estereótipos e preconceitos, mas concebe o registro definições depreciativas desde que sejam indicadas; condição guiada pelo princípio de que seja ofertado ao aluno “toda a diversidade e complexidade do léxico” (MEC, 2012, p. 94).

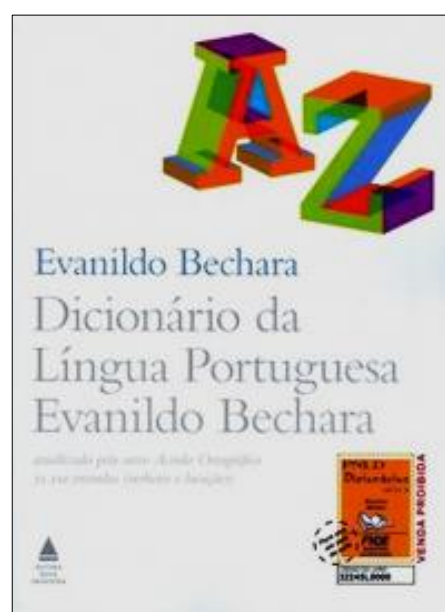
Finalmente, conheçamos um pouco mais sobre a proposta de cada dicionário padrão que o PNLD/2012 destinou aos estudantes do ensino médio, através do que podemos verificar em seus prefácios.

- **Aulete (2011):** de todos os dicionários selecionados para o acervo do PNLD/2012, o *Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, é a obra mais exhaustiva (75.756 verbetes). As seleções de suas entradas foram feitas atentando para a frequência de uso, a inclusão de registros específicos (zoologia, botânica etc.), os neologismos formais e tecnicismos, os novos sentidos de vocábulos já existentes e para a variação regional brasileira. O dicionário afirma também ser consciente de sua função educativa e por isso: “cuidou-se de não



permitir que este dicionário seja um instrumento de divulgação e conceitos e valores contrários aos princípios da ética e da convivência social” (AULETE, 2011). No sentido de garantir esse tipo de coerência, mas sem deixar de incluir usos frequentes na língua portuguesa, afirma também que a solução foi adotar a descrição explícita de que determinados usos são depreciativos, ofensivos ou preconceituosos.

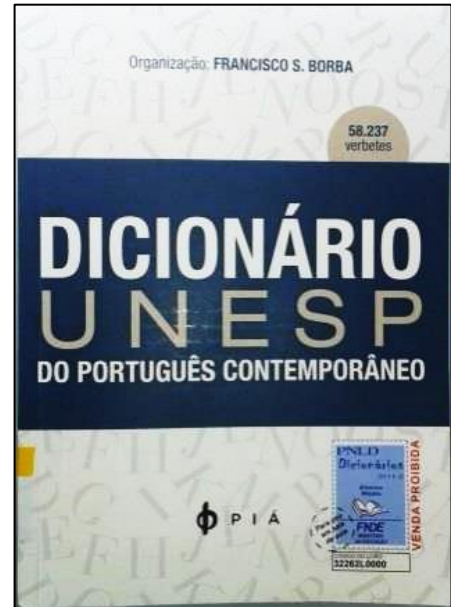
- **Bechara (2011):** o *Dicionário da língua portuguesa* diz ter um número de verbetes adequado para alunos do ensino médio (51.210 entradas contendo verbetes e locuções). Além de abrangência de caráter quantitativo, dispõe da temática, isso com o fim de ser atrativo ao aluno e despertar o seu interesse por assuntos como ciências, tecnologias, meio ambiente, esporte, literatura e usos comuns nos meios de comunicação impressos e virtuais. Outra forma de estimular a curiosidade dos estudantes consistiu



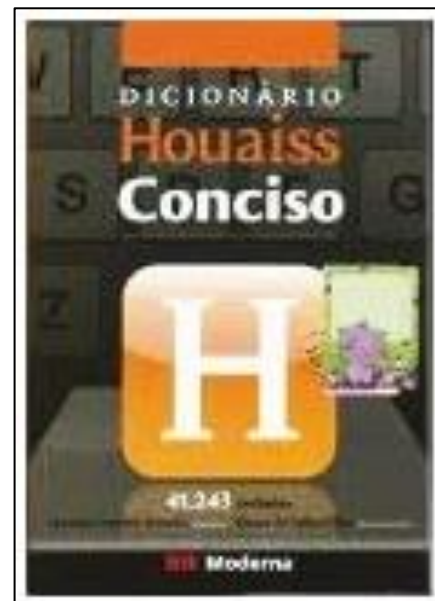
na inclusão de gírias e estrangeirismos. Em prefácio, o autor diz que seu dicionário: “[...] como ferramenta de formação, educação e apoio às iniciativas de inclusão social,

busca propagar conceitos e princípios éticos, tanto no conteúdo dos verbetes e exemplos, como nas indicações dos níveis de linguagem.” (BECHARA, 2011).

- **Borba (2011):** o *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo*, aposta em “[...] estimular a pesquisa vocabular e a reflexão sobre o uso da língua, pela observação do jogo de contextos dentro de cada verbete [...]” (BORBA, 2011). Pensando nisso, esse material tem uso frequente de frases que exemplificam uma possível situação de uso da palavra em contexto brasileiro.



- **Houaiss (2011):** o *Dicionário Houaiss Conciso* se diferencia dos demais por ser o mais enxuto (41.243 verbetes) e ter a proposta de ser um dicionário de clareza e precisão. A obra não foi elaborada para contextualizações, riqueza de detalhes, mas para a praticidade da consulta; mas sem deixar de atender ao público-alvo do ensino médio e profissionalizante, como quando indica, por exemplo, a pronúncia de estrangeirismos, sinônimos, antônimos, termos da informática, internet e tecnologias.

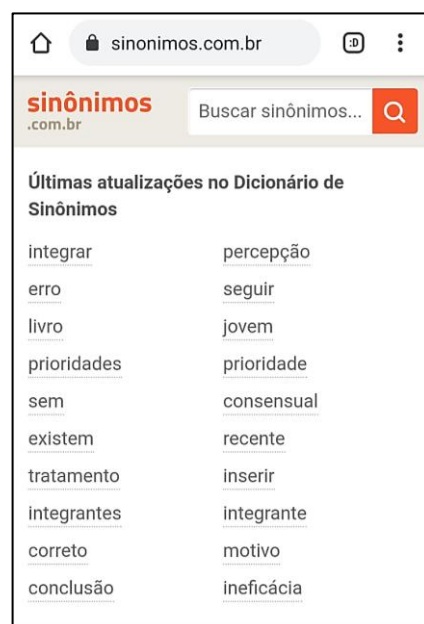


Eletrônicos

- **Dicio:** está disponível em site desde 2009 e é composto atualmente por mais de 400 mil palavras que, além da definição, incluem: etimologia, divisão silábica, plural, classificação gramatical, sinônimos, antônimos, transitividade verbal, conjugação de verbos e rimas. A sua proposta está em ser um dicionário que acompanhe o dinamismo da língua, sempre sendo atualizado, baseando-se nos usos reais e frequentes da língua para contextualizar exemplos. Ele descreve estrangeirismos, neologismos, regionalismos e coloquialismos e seu usuário pode sugerir definições à equipe de lexicógrafos responsáveis. Esse dicionário se posiciona sobre as definições pejorativas e injuriosas advertindo que “Cabe ao dicionário apenas fazer o registro e catalogar os vários significados de suas palavras, ele não recomenda nem incentiva o uso de qualquer termo.”⁷.



- **Dicionário de Sinônimos:** esse dicionário online de sinônimos do português está disponível desde 2011 e, embora em site distinto, é parte do *Dicio*; por isso, partilha dos mesmos princípios, com a proposta de constante atualização e de abertura para sugestões de acréscimos. Possui mais de 30 mil sinônimos de palavras e expressões disponíveis para consulta atualmente e o usuário pode ser facilmente direcionado para a consulta por antônimos. Os resultados são organizados pelas acepções possíveis que o termo pode assumir, isto é, há diferentes listas de sinônimos para cada sentido que a palavra geralmente possui.



⁷ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sobre.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

- **Google Dictionary:** é um dicionário online disponibilizado através da ferramenta de pesquisa da *Google*, bastando ao usuário digitar “defina” seguido do verbete que deseja consultar, mas muitas vezes basta pesquisar pela palavra. O conteúdo do dicionário é licenciado pela Oxford University Press, é multilíngue, dispõe de áudio com pronúncia, etimologia, sinônimos e antônimos. O dicionário surgiu no desenvolvimento do *Google Translate* (tradutor online multilíngue), se tornou um serviço independente em 2009 e foi integrado ao buscador da *Google* em 2011.



2.5. O DICIONÁRIO ENQUANTO DISCURSO

Toda tentativa de definição do dicionário se insere na possibilidade de uma época, expondo os diferentes modos de dizer de uma determinada conjuntura. Em outras palavras, é porque cada uma dessas obras possui seu lugar na história — de modo que não estão alheias às condições em que foram produzidas, mas também sendo por elas constituídas —, que os registros de seus traços significativos são reveladores de seu tempo.

Neste sentido, não podemos falar de um trabalho lexicográfico desligado de uma prática discursiva, afinal, estamos diante de um objeto que não se encerra no registro e na consulta do léxico, mas que, além disso, atua na construção e na reprodução de diferentes discursos, imprimindo-lhes o caráter da oficialidade.

Ao falarmos acerca desse aspecto de discurso oficial que repousa sobre os dicionários, nos referimos ao fato de que, socialmente, essas compilações constituem um lugar de autenticidade, pois têm voz autorizada a definir os significados do repertório de palavras de uma língua. Esse poder de enunciar o sentido *real* está ancorado pelos discursos que colocam essa ferramenta linguística em posição de apontar o *verdadeiro*. Os dicionários exercem esse poder amparados pelas instituições (escolas, editoras, bibliotecas, órgão responsável pelo sistema educativo). Além disso, o estatuto de cientificidade desse saber também o coloca como uma fonte segura, que dispensa questionamentos de um leitor não profissional. Daí seus sentidos parecerem, aos olhos de um leitor comum, transparentes e estáveis.

É tão presente essa posição que o dicionário ocupa em nossa sociedade que torna possível, hoje, encontrarmos a seguinte epígrafe no *Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, de Caldas Aulete (2011), em que os organizadores citam o escritor do surrealismo francês Louis Aragon (1897-1982): “É um grande momento na vida de um povo aquele em que todos, ou quase todos, se dedicam a empregar as palavras em seus **verdadeiros** significados”⁸. Aqui, chamamos a atenção para esta fala que introduz os leitores ao dicionário a fim de marcamos um pressuposto: existe um significado *verdadeiro* das palavras. Disto, poderíamos dizer, por inferência, que o dicionário *seria* apto a dizê-lo.

Assumimos uma outra postura quando interrogamos a nossa vontade de verdade (FOUCAULT, 2011). Não se trata de estudá-la no sentido de uma face única e incontestável, já que não temos por objetivo alcançar esse tipo de ideal, mas de adotar uma postura crítica em que questionamos quais vontades de verdade poderíamos descrever na construção dos discursos, ao expormos sua historicidade. Aplicando esse tratamento ao caso dos dicionários, destituímos esse objeto de seu *status* de verdadeiro para conseguirmos visualizar o que antes, imersos numa pretensa naturalidade, costumávamos ignorar.

Assim como afirma o arqueólogo e historiador francês Paul Veyne, “A originalidade da busca foucaultiana está em trabalhar a verdade no tempo” (2011, p. 25). Estudar o verdadeiro no interior de uma temporalidade nos permite questionar o valor de verdade legitimada pelos dicionários, percebendo-a como situada, já que é sempre dita por um sujeito situado em um lugar social e histórico.

Tomemos um exemplo. O *Diccionario da Lingua Brasileira*, obra do século XIX, elaborado por Luiz Maria da Silva Pinto, define *obsessão* tão somente como: “Perseguição, ou vexação exterior do demonio” (1832, p. 95). Vejamos que há, unicamente, uma compressão religiosa sendo inserida, expondo o entendimento de que a obsessão se trata de uma ação externa ao indivíduo. Assim, constava o pensamento da época, distante, ainda, de uma outra verdade que diria se tratar de um transtorno psicopatológico, classificando a obsessão como uma desordem humana interna. Dessa forma, os discursos constroem verdades que serão dicionarizadas.

Ao nos propomos a fazer este tipo de investigação dos dicionários sob a perspectiva arqueológica foucaultiana, estamos em “[...] busca de definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT,

⁸ Grifos nossos.

2019, p. 169). Ou seja, não se trata de desvelar uma suposta mensagem subliminar, mas de compreender as regras que permitiram que um determinado verbete fosse definido de uma maneira e não de outra.

Ler o dicionário como um discurso nos permite questionar a sua certitude, sua transparência, causar alguns abalos em sua pretensa estabilidade, adotando uma visão histórica capaz de enxergá-lo em uma série de atualizações. Desse modo, podemos fazer uma leitura do que um verbete diz em relação a outro, identificando as singularidades, as retomadas, transformações e rupturas dos sentidos que se construíram entre eles na história. Atentar para esses discursos não é embarcar numa busca da origem autoral, mas entender como esses verbetes (enquanto formas enunciativas) compõem uma rede de significações cujos encontros se dão pela união de uma memória lexicográfica e de uma atualidade expressa na formulação do dicionário.

A ideia de rede discursiva nos fornece uma leitura dos dicionários em que recuperamos as muitas vozes que compõem o discurso, estejam elas marcadas ou não na fala do sujeito. Uma regularidade presente nos dicionários é a de marcar a heterogeneidade, uma estratégia que consiste em realizar muitas referências explícitas para reforçar o seu potencial informativo, seu caráter enciclopédico; proporcionando, à obra, legitimidade e cientificidade em suas colocações. Por exemplo, as referências à gramática, biologia, citação de clássicos da literatura etc.

Partindo da ideia de que todo enunciado supõe outros (FOUCAULT, 2019) e posta a enunciação lexicográfica em uma cadeia enunciativa, podemos explicitar as regularidades existentes entre um certo conjunto de formulações. Se afirmamos o verbete em seu aspecto enunciativo é para que possamos expô-lo em suas relações, para mostrarmos seu processo formador enquanto discurso, o modo como variam suas formas definidoras, como seus sentidos se deslocam, que singularidades podemos perceber em suas repetições.

Ao discutirmos as regularidades do discurso lexicográfico, logo lidaremos com os efeitos das formações discursivas, afinal, procuraremos o sistema de dispersão em que esses enunciados dicionarísticos se inserem para observarmos, nele, essa regularidade que pode ser vista através de “[...] uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas [...]”. (FOUCAULT, 2019, p. 47). Do mesmo modo, ressalta-se o fato de que, por mais completo que um dicionário tente ser (ainda que muitas vezes se autodenomine assim), efetivamente não o poderia, pois repousa sobre ele uma lei que abrange todos os enunciados, a lei da *raridade*, que parte do princípio de que “[...] nem tudo é sempre dito” (FOUCAULT, 2019, p. 146).

Retomamos a noção foucaultiana de raridade para evidenciarmos como o trabalho do sujeito lexicógrafo é, a todo momento, moldado pela força dessa lei. Se nem tudo é sempre dito, então existe uma seleção dos dizeres inscritos em um dicionário. E, existindo essa seleção, há um imenso silenciamento nessa exclusão, de forma que, para isso, esse sujeito precisará fazer escolhas. Nesse sentido é que questionamos, por exemplo, as lacunas entre um dicionário e outro, os exemplos recortados dentro de tudo que lhe oferecia o interdiscurso e como essas escolhas se relacionam com sua época. Em síntese, buscamos entender as regras que fizeram aparecer somente tais enunciados (e não outros) em suas definições.

Essa observação nos levará ao conjunto das regras de uma prática discursiva em um determinado tempo e espaço. Encontraremos, pois, neste conjunto de discursos pronunciados pelos dicionários, um arquivo (FOUCAULT, 2019). Não significa com isso apontar tudo o que foi dito por eles, mas localizar um conjunto de discursos dicionarísticos que assumem regularidades específicas, contendo suas próprias possibilidades e impossibilidades, sua lei, seu sistema.

É relevante dizer ainda que uma leitura arqueológica dos dicionários não implica propor um modelo prévio, nem adentrar ao campo da lexicografia para apontar-lhe a técnica. Ler o dicionário como um discurso é, na verdade, “efetuarmos uma leitura crítica do dicionário, não em vista do que ele deva ser, de um modelo ideal, mas sim em vista do que ele é, quer dizer, em vista de sua singularidade histórica” (NUNES, 2006, p. 18).

Assim, nossa contribuição com essa leitura sistemática do texto dicionarístico está em, entre muitas outras, proporcionar um gesto interpretativo desnaturalizante; em enxergar, não algo que está fora do nosso campo de visão, mas aquilo que, embora esteja visível, encontra-se nas margens. Analisar o dicionário discursivamente é pensar por que foi possível dizer tal definição em uma determinada obra e que não foi possível em outra. A partir disso, então, descrever a ordem, o sistema de pensamento, as condições de existência de seus enunciados. Consideramos, à vista do discurso, que os dizeres dos dicionários subsistem em uma rede que não escapa ao quadro das instituições que o determinam, tampouco às ações da história e da sociedade que os fazem circular e cristalizar.

CAPÍTULO III — DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI: A PRODUÇÃO DE VERDADES SOBRE A IDENTIDADE NORDESTINA EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

O trabalho do pensamento não consiste em denunciar o mal que habitaria secretamente tudo que existe, mas em pressentir o perigo que ameaça tudo o que é habitual e tornar problemático tudo o que é sólido.

[Michel Foucault, **Ditos e Escritos IX**, 2014, p. 217]

Quais dizeres mobilizamos ao chamar o nordestino de “baiano” ou de “paraíba”? Qual memória evocamos quando nos direcionamos ao nordestino somente como o “sertanejo”? São enunciados que circulam atualmente nos discursos para fazer referência aos nordestinos de modo geral. Para fazermos esse diagnóstico do presente, vamos em busca do que dizem os dicionários, não para consultarmos o significado que definitivamente responderia a essas perguntas, mas para recuperarmos esse *a priori histórico*, isso que foi dito antes historicamente e que possibilita que os enunciados “baiano”, “paraíba” e “sertanejo” produzam os efeitos de sentido que produzem hoje. Iremos pensar como esse dizeres se relacionam com a construção da identidade nordestina. Esse percurso histórico (fazendo uso de um gesto foucaultiano) nos ajudaria a refletir sobre a questão: quem são os nordestinos hoje?

Para esta análise, dedicaremos uma seção para cada verbete (*baiano*, *paraíba* e *sertanejo*) e organizaremos as definições coletadas em quadros, um para cada século (XIX, XX e XXI). Esses quadros irão dispor da referência do dicionário na primeira coluna, da definição na segunda e, por vezes, de uma terceira coluna com verbetes que se mostraram discursivamente relacionados na obra.

3.1. BAIANO

Analisemos, adiante, as sequências discursivas do verbete *baiano*, a fim de desvelarmos as verdades que cada época produziu sobre o perfil identitário nordestino.

Quadro 1 - verbete *baiano* em dicionários do século XIX

SÉCULO XIX		
<i>Baiano</i>		
Diccionario da língua brasileira (SILVA PINTO, 1832)	Ausente.	Bahia s f. Enseada de mar mais estreita a entrada, de que para dentro.
Vocabulario brasileiro (RUBIM, 1853)	povo miúdo da roça, usado no Maranhão.	
Novo diccionario da lingua portuguesa (FARIA, 1859)	Ausente.	Bahia, (georg.) cidade da primeira ordem do imperio do Brazil, em 12°55'40'' latitude; e 40° 50'23'' longitude O.; 240 leguas ao NNE do Rio de Janeiro e 150 leguas ao SSE. de Pernambuco. A cidade da Bahia, depois da do Rio de Janeiro, é a mais importante do Brazil, tanto em comercio como no concernente a população, que consta de mais de 100, 000 habitantes.
Thesouro da lingua portuguesa (VIEIRA, 1871)	<i>adj.</i> O natural da Bahia, rica e vasta provincia do Brasil.	
Diccionario da lingua portuguesa (MORAES, 1878)	Ausente.	<i>Bahia</i> , s. f. Porto aberto no mar, mais largo para dentro, que a entrada: v. <i>g.</i> a bahia de <i>todos</i> os <i>Sancios</i> , a do Rio de Janeiro, etc. § Qualquer lugar da costa, onde se aporta. (Do Celtico <i>baiya</i> , porto? deveria escrever-se como no Celtico, pois sóa <i>baya</i> , com <i>y</i> consoante antes do <i>a</i> final; ou não bastará aqui o som, e etymologia?).

Diccionario de vocabulos brasileiros (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889)	(1º), s. e adj. natural ou pertencente à provincia da Bahia. Tambem dizem <i>Bahiense</i>. (2º), s.m. (<i>Piauhhy</i>) o mesmo que <i>Caipira</i>. <i>Etym.</i> E' provavel que se dê esse nome aos habitantes do campo, por serem considerados descendentes daqueles naturaes da Bahia, que, depois da descoberta do territorio do Piauhhy, primeiro se estabeleceram nelle, e ali fundaram fazendas de criação. (3º), s.m. (<i>Ceará</i>) o mesmo que <i>baião</i>.	<i>bahiense</i>, s. e adj. m. e f. o mesmo que bahiano (1º)
---	--	--

Assumindo a sequência das publicações deste século XIX, começaremos pelo dicionário de Silva Pinto (1832), obra em que verificamos a ausência do verbete *baiano*. Ainda que carregue a proposta de marcar uma língua propriamente brasileira, o dicionário não sustenta esse propósito à medida que poderia ser confundido com outros dicionários lusitanos da época, não só pela dificuldade de encontrarmos referências brasileiras, mas pela recorrência de dados portugueses nas definições. Isso nos parece ser reforçado na falta de entradas com adjetivos pátrios brasileiros, razão pela qual não encontramos uma definição de *baiano*. Podemos perceber que não é uma estratégia do autor marcar a brasilidade do dicionário descrevendo o território brasileiro, afinal, com a entrada *bahia*, a única acepção disponível é aquela que reúne o sentido da hidrografia, deixando, assim, de descrever a antiga província.

Podemos visualizar o verbete *baiano* já na obra seguinte, o dicionário de Rubim (1853). É significativo lembrarmos de que seu objetivo é o de ser complemento aos dicionários portugueses. Desse modo, ele é elaborado para suprir uma ausência, dada a falta de termos de circulação brasileira que o léxico do português europeu não contemplava. Nessa lista de particularidades, *baiano* é inserido para fazer menção a um uso de circulação restrita ao Maranhão, em que o verbete faria referência a um pequeno povo habitante da roça. Não é especificado se esse sujeito seria natural da Bahia, razão pela qual interpretamos que o termo “baiano” já funcionava como uma categoria ampla no imaginário cultural do maranhense, uma classificação em que qualquer morador da roça se inseriria.

Embora Faria (1859) não apresente definições para *baiano*, dispõe de *Bahia* enquanto território, atendendo ao compromisso firmado em prólogo: “Não me pareceu fora de proposito, seguindo o exemplo de muitos distintos lexicographos estrangeiros, incluir aqui todos os nomes proprios das diversas cidades e logares principaes de todo o mundo conhecido.” (1859, p. 3). Na definição, a Bahia é descrita como: “cidade da primeira ordem do imperio do Brazil [...] **depois da do Rio de Janeiro**⁹, é a mais importante do Brazil, tanto em comercio como no concernente a população, que consta de mais de 100, 000 habitantes.” (FARIA, 1859, p. 477).

A relevância política, demográfica e econômica são características frequentemente usadas para classificar a importância de um determinado lugar. A descrição que Faria (1859) faz da Bahia ressalta que ela teria destaque positivo nessas categorias. Já nesse momento, emergem dizeres que indicam uma relação de alteridade entre a Bahia e o Rio de Janeiro. Esses lugares estabeleciam entre si, ainda que indiretamente, uma relação baseada em importância, influência e poder: de um lado, o Rio de Janeiro, cujo destaque é possível porque ultrapassa a Bahia; do outro, a Bahia, cuja importância é percebida por estar “logo depois” do Rio de Janeiro.

Observemos agora como Faria (1859) produz uma narrativa histórica descontínua em relação àquela de Rubim (1853). Ao passo que o primeiro caracteriza *baiano* conforme aquele conhecido pelos maranhenses como parte de um povo pequeno e da roça, o segundo afirma que a Bahia possui uma das populações mais expressivas em termos quantitativos. Um povo pequeno de um estado numeroso é, do ponto de vista quantitativo, contraditório. O efeito da contradição ocorre em razão de serem verdades distintas sobre um mesmo povo, espaço e tempo que se fizeram coexistir discursivamente. Isso acontece não porque um ou outro lexicógrafo teve melhor acesso à *realidade* do lugar, mas porque já circulariam leituras distintas, diferentes olhares sobre o baiano e a Bahia. Ainda que os maranhenses estivessem de acordo com as informações de que essa província tinha uma população expressiva, a comunidade baiana imaginada por eles fora construída como um povo pequeno.

Vieira (1871) define *baiano* de forma concisa, limitando-se a apontar o sentido de procedência. Mas, embora não teça mais considerações sobre esse sujeito, em *Bahia* o autor descreve uma “[...] rica e vasta provincia do Brasil” (1871, p. 704). Pelo princípio da raridade (FOUCAULT, 2009), podemos observar que entre tudo aquilo que poderia dizer acerca desse território, o lexicógrafo elege características de prestígio. Dentro da rede discursiva, Vieira (1871) concorda com o que antes observamos em Faria (1859), não no sentido da alteridade

⁹ Grifos nossos.

com o Rio de Janeiro, visto que não está materializada aqui, mas na recorrência da Bahia como lugar de importância econômica e dimensional (no sentido de extensão do território).

Moraes (1878) também conta com a ausência de *baiano*, contudo, há outros termos de mesma classe como *paulista* (1878, p. 423) e *pernambucano* (1878, p. 446). O autor não explicita os critérios dessa seleção, o que demonstraria por que certos adjetivos pátrios são registrados e outros não. Mesmo ao trazer o verbete *bahia*, esse dicionário não se refere ao território, apenas ao fenômeno geográfico e a preocupações de escrita.

Na transição do século XIX para o XX, consultamos o Beaurepaire-Rohan (1889). Em sua definição de *bahiano*, percebemos a singularidade do aparecimento do “caipira”. Na época, o termo era usado com o único fim de designar os moradores da roça. Não havendo, ainda, se tornado atribuição estigmatizada, marcada pela ingenuidade, falta de instrução e pobreza, como ocorrerá em meados do século XX, sobretudo através das narrativas de autores como Monteiro Lobato e Maurício de Souza, como veremos adiante.

Em Beaurepaire-Rohan (1889), mais uma vez o baiano está associado ao movimento econômico mencionado através das fazendas de criação da Bahia, uma das principais formas de prosperidade financeira brasileira da época. Foi em solo baiano que ocorreram as primeiras feiras de gado no Brasil. Em tempos coloniais, o comércio açucareiro concentrava toda a sua produção no litoral nordestino e, com a expansão dos canaviais, as áreas de pastagem começaram a dificultar o cultivo. Por isso, a produção pecuária foi transferida para o sertão nordestino, promovendo o povoamento das regiões interioranas. Podemos inferir que o discurso sobre o baiano — e dos nordestinos, de modo geral — ficara ligada às fazendas de criação e às trocas comerciais que daí se originaram entre as regiões. Além de *bahiano*, o dicionário dispõe uma possibilidade sinônímica na forma “baiense”.

Podemos ver que neste século XIX, momento em que a região nordestina ainda não havia sido reconhecida, já é possível identificarmos a construção de algumas verdades sobre o *baiano* sustentadas pelos saberes lexicográficos: a de que ele pertencia a um espaço das grandes fazendas de criação, próspero, populoso; a de que sua província era relevante para o Brasil, importância essa construída “logo atrás” do patamar sudestino, bem como a de que *baiano* diz respeito a um povo pequeno, sendo ele roceiro e caipira no sentido de habitar o interior. Não há registros de termos depreciativos, nem de acepções de uso com circulação restrita ao SSE (Sul-Sudeste).

Quadro 2 - verbete *baiano* em dicionários do século XX

SÉCULO XX		
<i>baiano</i>		
Novo dicionário da língua portuguesa (FIGUEIREDO, 1913)	<i>m.</i> Aquelle que é natural da Bahia. O mesmo que <i>baião</i>. <i>Bras. do S.</i> Mau cavaleiro. <i>Adj.</i> Relativo á Bahia. <i>Bras. do S.</i> O mesmo que <i>nortista</i>. <i>Bras. do N.</i> Habitante do campo ou das roças.	<i>bahianada</i> <i>f.</i> <i>Bras.</i> Fanfarronada de <i>bahiano</i>. Impostura.
Dicionário da Terra e da Gente do Brasil (SOUZA, 1939)	além de nomear os filhos do Estado da Bahia, o mesmo que baiense, hoje pouco usado, mas frequente no tempo da Independência, o substantivo <i>baiano</i> tem, no Brasil, accepção varia. No Piauí, diz Beaurepaire-Rohan, é sinônimo de <i>caipira</i>, tabaréu e acrescenta: “É provavel que se dê esse nome aos habitantes do campo, por serem considerados descendentes daquelles naturaes da Bahia, que, depois da descoberta do territorio do Piauhhy, primeiro se estabeleceram nelle, e ali fundaram fazendas de criação”. Abdias Neves, à pag. 29 de seu livro “Aspectos do Piauhhy”, escreve: No sul, todo nortista é bahiano; no Piauhhy, até pouco	

	tempo, era bahiano todo sertanejo estranho á terra.” No Rio Grande do Sul, segundo lemos em Callage e Romaguerra, designa o individuo que monta mal o cavalo, porque os filhos do norte, especialmente os da Bahia, não sabem montar à gaúcha. E Afranio Peixoto escreve à pag. 152 do seu livro “Razões do Coração” – “bahianos são todos os brasileiros, todos os homens da terra que não montam o cavalo, como o gaúcho. Romaguera ainda registra outra accepção em que, no Rio Grande do Sul, é empregada a palavra <i>baiano</i>: a de soldado de infantaria, embora seja rio-grandense, isso porque houve tempo em que a maioria dos batalhões de infantaria em constituídos de filhos da Bahia. Ainda mais: escreveu Antonio Toledo, em seu volume, “Sombras que vivem” (S. Paulo 1923), que por muito tempo o nome <i>baiano</i> significou o habitante do norte, lembrando o caso paralelo de nos dias que correm, na Amazônia, chamar-se <i>cearense</i> todo o individuo do centro-norte que para lá vai.	
--	---	--

	Antonio Lopes, do Maranhão, escreveu-nos: “Nas feiras de gado do Maranhão – <i>bahiano</i> é todo o sertanejo, vindo da Bahia, do Piauí ou Goyaz, conduzindo gado. <i>Bahiano</i> é o gado que vem do sertão. <i>Bahiano</i> é também a dança cabocla que, em outros Estados, se chama <i>baião</i> e aqui também se denomina <i>chorado</i>” (Como dança disse o mestre Sylvio Romero que o <i>baiano</i> é um produto do mestiço, é uma transformação do <i>maracatú</i> africano, das danças selvagens e do fado português).	
Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1964)	(a-i) (<i>bahiano</i>), <i>adj.</i> Da <i>Bahia</i> (sinôn., p. us.: <i>baiense</i>); (Bras., Sul) <i>nortista</i>; <i>s. m.</i> natural ou habitante da <i>Bahia</i> (sinôn., p. us.: <i>baiense</i>); (Bras.) indivíduo que não sabe montar a cavalo; soldado de infantaria - Sul; tabaréu, habitante do campo (V. <i>Caipira</i>) - Piauí; sertanejo vindo da <i>Bahia</i>, Piauí ou Goiás, a conduzir gado; gado que vem do sertão - Maranhão; (V. <i>Baião</i>) - Norte.	<i>baianada</i> (a-i) (<i>bahianada</i>), <i>s. f.</i> (Bras.) Fanfarronice de <i>baiano</i>; impostura; (Sul) porção de <i>baianos</i> (maus cavaleiros); inabilidade no montar a cavalo ou no manejo do laço e das boleadeiras.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1975)	(a-i). <i>Adj.</i> 1. De, ou pertencente ou relativo à Bahia. [Sin. (p. us.): <i>baiense</i>.] 2. <i>Bras.</i>, <i>S.</i> Nortista. e <i>S. m.</i> 3. O natural ou habitante da Bahia. [Sin. (nesta acepç.): <i>baiense</i> (p. us.) e <i>maleiro</i> (joc.).] 4. <i>Bras. Pej.</i> Indivíduo fanfarrão, pachola, dado a contar vantagens. 5. <i>Bras.</i>, <i>N. V.</i> <i>baião</i> (1). 6. <i>Bras.</i>, <i>S.</i> Indivíduo que não sabe montar a cavalo. 7. <i>Bras.</i>, <i>S.</i> Soldado de infantaria. 8. <i>Bras.</i>, <i>MA.</i> Sertanejo vindo da BA, do PI ou de GO, trazendo gado. 9. <i>Bras.</i>, <i>MA.</i> Gado que chega do sertão. 10. <i>Bras.</i>, <i>PI.</i> <i>V. caipira</i> (1). 11. <i>Bras.</i>, <i>N.E.</i>, <i>Folcl.</i> Antiga dança de pares, espécie regional do lundu, em que os parceiros eram convidados às vezes com umbigadas, às vezes com acenos de mão ou de lenços, ou ao som de castanholas.	<i>baianada</i> (a-i). <i>S. f.</i> 1. <i>Bras.</i> Fanfarrice, impostura de baiano (4). 2. <i>Bras.</i>, <i>S.</i> Grupo de baianos (6). 3. <i>Cap.</i> Queda no adversário, que se aplica puxando-lhe a bainha das calças. 4. <i>Bras.</i>, <i>S.</i> Inabilidade em montar a cavalo ou em manejar o laço e as boleadeiras. 5. <i>Bras.</i>, <i>S.</i> Ação desleal, suja; sujeira, patifaria: <i>Fez uma baianada comigo.</i>
Dicionário de Gíria (GURGEL, 1984)	nordestino. “O baiano aí faz o que na vida?”	
Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras	adj. Relativo à Bahia. Sm. Natural ou habitante da Bahia. (bras., S.) Mau cavaleiro.	<i>baianada</i> (a-i) s.f. (bras) Fanfarronice de baiano. (bras., S.) Conjunto de

(NASCENTES, 1988)		baianos, na acepção de maus cavaleiros; inabilidade de montar a cavalo.
Dicionário da Língua Portuguesa (LAROUSSE CULTURAL, 1992)	adj. Relativo ou pertencente à Bahia, Estado do Nordeste. s.m. O natural ou habitante da Bahia.	
Dicionário Escolar Silveira Bueno (BUENO, 1996)	adj. Da Bahia; s.m. o natural ou habitante da Bahia.	<i>baianada</i> , s.f. Fanfarronice de baiano; porção de baianos

Os dicionários publicados no século XX atravessam um momento em que os brasileiros ainda se adaptavam à ideia de que o espaço antes conhecido como Norte passava a ser chamado de Nordeste, duas regiões que por muito tempo foram vistas como apenas uma. Explica Albuquerque Júnior (2011) que, até a década de vinte, a ideia de uma região nordestina ainda não havia sido institucionalizada, de forma que o século XX representou um momento transitório para esse processo de separação, o que se comprovaria nos textos midiáticos em que as palavras Norte e Nordeste apareciam anaforicamente, como sinônimos possíveis uma da outra.

A distinção entre Norte e Nordeste foi motivada sobretudo pela preocupação com a migração de nordestinos em busca de trabalho na extração de borracha no Norte, o que gerava a preocupação nordestina de que isso prejudicasse a demanda de trabalhadores nas lavouras (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Podemos dizer que o Nordeste passou por um processo socioeconômico em que deixou de pertencer ao Norte, e que isso esteve unido ao fato de que os dizeres sobre esses espaços já não eram os mesmos. Entre os discursos que construíram o Nordeste enquanto região distinta,

O tema da seca foi, sem dúvida, o mais importante, por ter dado origem à própria ideia da existência de uma região à parte, chamada Nordeste, e cujo recorte se estabelecia pela área de ocorrência deste fenômeno. [...] A imagem do Nordeste passa a ser pensada sempre a partir do seu território. A retirada, o êxodo que ela provoca, estabelece uma verdadeira estrutura narrativa (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 138).

O aparecimento do sujeito nordestino/nortista nas definições de *baiano* é a primeira observação que gostaríamos de fazer acerca de nossa consulta a dicionários do século XX. Nessas obras, avistamos emergir o discurso de que, para os habitantes do Sul, todo nortista poderia ser chamado de baiano (FIGUEIREDO, 1913; SOUZA, 1939; FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975) ou mesmo de nordestino (GURGEL, 1984). Nesses dizeres, o verbete *baiano* não foi apresentado como um uso dos brasileiros em geral, mas com circulação restrita à região Sul do país. Existe, ainda, a menção de *baiano* enquanto sertanejo no Piauí (SOUZA, 1939; FERREIRA, 1964) ou gado de origem sertaneja, no Maranhão (SOUZA, 1939; FERREIRA, 1975). Ambas as acepções, sertanejo e gado, apresentam-se relacionadas à comercialização pecuária vinda da Bahia para esses estados.

Além de qualquer nordestino ou nortista, *baiano* também aparece como qualquer sujeito do campo. Na análise do século anterior, vimos que ele estava representado pelo roceiro no uso dos maranhenses (RUBIM, 1853). Neste momento, observamos que essa acepção se repete com a definição de *baiano* habitante do campo (FIGUEIREDO, 1913; SOUZA, 1939; FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975). Não é especificado se ele é, de fato, natural da Bahia, permitindo-nos compreender que *baiano* dizia respeito a qualquer morador do campo. As definições caipira, habitante do campo, roceiro e sertanejo, descrevem o nordestino como um trabalhador rural.

O sujeito campesino foi estigmatizado ao longo da história pelos discursos que atribuíram ao caipira outras características além de habitante do interior, descrevendo-o como um indivíduo ignorante, tolo, rude e pouco sociável. Passou-se a usar a palavra caipira para fazer referência a algo ou a alguém pouco sofisticado, atrasado. Características essas que foram sendo afirmadas em oposição ao sujeito urbano, colocando o morador do campo em posição de inferioridade em relação ao citadino.

Alves (2007) relata que, com o nacionalismo brasileiro no século XIX, fortaleceram-se as idealizações de uma sociedade fundamentada nas noções de progresso e civilização. Dentro dessa perspectiva, o caipira passou a ser compreendido como uma representação do não

progresso e do não civilizado. Procuramos por *caipira* no dicionário de Souza (1939) e verificamos que esses dizeres circulavam na primeira metade do século XX:

Caipira: nome com que se designa em S. Paulo e noutros Estados o habitante dos campos ou dos sertões. Valdomiro Silveira define-o muito bem: “o homem ou mulher que não mora na povoação; que não tem instrução ou trato social: que não sabe vestir-se ou apresentar-se em publico, [...]” (SOUZA, 1939, p. 83).

Souza (1939) descreve o caipira pelo que se faria ausente nele, isto é, em relação ao que ele não seria ou teria, compondo um sujeito anormal, incompleto, desprovido de certos saberes. Nesses quesitos, a experiência com o urbano faria do citadino um sujeito íntegro.

Vejamos que acerca dessa descrição exemplar de caipira, o dicionarista afirma: “define-o muito bem” (SOUZA, 1939, p. 83), o que nos permite identificar o posicionamento do lexicógrafo (NUNES, 2013) que compartilha do mesmo olhar do autor que cita. Nisso, o dicionarista afirma as mesmas verdades que sua época produziu sobre o que é ser caipira, algo próximo do que também se construiu como “selvagem” e “não civilizado”. Alguns dicionários mencionam especificamente a acepção caipira para definir *baiano* (SOUZA, 1939; FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975), o que discursivamente está ligado ao modo como os nordestinos, de modo geral, são vistos.

Outro aparecimento deste século é o sentido de *baiano* difundido no Sul, o *baiano* “mau cavaleiro” (FIGUEIREDO, 1913; SOUZA, 1939; FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975; NASCENTES, 1988). Essa definição faz parte da alteridade através da qual se constroem os sujeitos: se o baiano é visto como um mau condutor de cavalos, o gaúcho foi descrito historicamente como exímio nessa tarefa. Ao buscarmos pelo verbete *gaúcho* em dicionário da época, encontramos: “m. *Bras. do S.* Habitante dos campos, em geral procedente de portugueses ou espanhóis, dedicado á criação de gado vacum e cavallar, e notável por seu valor e agilidade. *Bras. do S.* Animal ou qualquer objecto sem dono” (FIGUEIREDO, 1913, p. 944). O baiano e o gaúcho seriam ambos habitantes do campo, mas com dizeres completamente distintos acerca de seus trabalhos rurais e valores. O dicionário de Souza (1939) descreve essa relação entre baianos, gaúchos e a montaria citando vozes de outros escritores:

No Rio Grande do Sul, segundo lemos em Callage e Romaguerra, designa o individuo que monta mal o cavalo, porque os filhos do norte, especialmente os da Bahia, não sabem montar à gaúcha. E Afranio Peixoto escreve à pag. 152 do seu livro “Razões do Coração” – “bahianos são todos os brasileiros, todos os homens da terra que não montam o cavalo, como o gaúcho.” (SOUZA, 1939, p. 27).

A partir do que Souza (1939) nos diz de sua época, chegamos a dizeres sobre um “montar à gaúcha” que partiria dos próprios habitantes do Rio Grande do Sul que, por sua vez, afirmavam a própria excelência na prática de andar a cavalo. Para eles, a moda gaúcha de cavalgar não era compreendida pelos baianos e, por extensão, qualquer brasileiro poderia ser chamado de baiano no caso de também ser mau condutor de cavalos.

Ao verificarmos que o sentido de *baiano* como “mau cavaleiro” é usado no Rio Grande do Sul, vimos que seria relevante consultarmos um dicionário de usos de expressões gaúchas. O que encontramos foi a inclusão do verbete *baiano* a constar a seguinte definição: “Subs. e Adj. Aquele que não sabe montar a cavalo ou que monta mal e não sabe executar os trabalhos do campo.” (OLIVEIRA, 2005, p. 40). Também nos chama atenção a capa desse dicionário que conta com a figura difundida e imaginada do gaúcho e seu cavalo (ver fig. 1). Notemos que nela o gaúcho se apoia no animal como quem o exibe orgulhosamente, tal qual um troféu. Ao mesmo tempo, essa imagem se mostra ligada à memória das imagens produzidas com heróis de faroeste, um personagem de bravura, dos duelos, que vence por suas habilidades com o corpo, a arma e o cavalo.

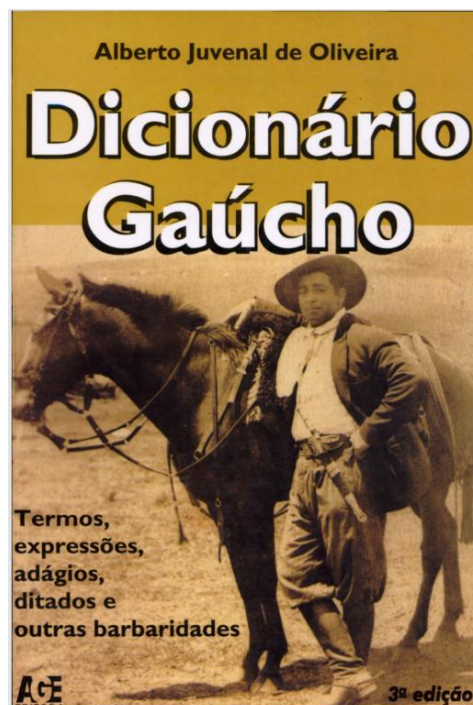


Fig. 1. Capa do *Dicionário Gaúcho* (2005), de Alberto Juvenal de Oliveira, obra que descreve usos linguísticos da variedade gaúcha.

Souza (2014) explica que parte da identidade gaúcha foi construída na relação com a cavalaria. Ao adentrarmos nesse aspecto, lidamos com as narrativas do vaqueiro valente que trabalhava para os donos das estâncias e se envolvia em conflitos armados nas disputas territoriais. Produziu-se o mito do cavaleiro gaúcho herói regional. Sua destreza com o cavalo se torna uma representação de virilidade, poder, coragem e importância. À vista disso, historicamente, os discursos produzidos sobre o baiano o retratam de forma oposta ao gaúcho na relação com a montaria.

Também catalogamos a emergência do verbete *baianada* como uma inabilidade em relação à montaria (FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975; NASCENTES, 1988). Esse verbete também aparece com descrições como “fanfarrice” e “impostura” baianas (FIGUEIREDO, 1913; FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975; NASCENTES, 1988; BUENO, 1996). Fanfarrão é um termo utilizado para se referir a pessoas que expressam uma coragem que não possuem, que só aparentam ser capazes de fazer, só encenam uma valentia, mas fraquejam. O fato é que a bravura é uma qualidade não colocada sobre o baiano, uma fala que se repete nos discursos sobre esse sujeito. “Mau cavaleiro” e “fanfarrão”, o baiano seria a imperícia acompanhada da impotência. Ainda segundo Ferreira (1975), *baianada* também possuiria o sentido de uma “ação desleal”, um tipo de traição.

Além de Gurgel (1984) definir que, enquanto gíria, *baiano* significa “nordestino”, o que recupera o estereótipo regional que trata todos os oriundos do Nordeste pelo mesmo termo, traz também um exemplo de fala bastante propagada sobre o baiano, aquela que o descreve como preguiçoso, tratou-se do enunciado: “O baiano aí faz o que na vida?”. Assumindo que a tarefa de analisar discursivamente o que dizem os dicionários inclui a problematização de seus exemplos (NUNES, 2013), o questionamento que aqui fazemos é aquele ao qual nos incita Foucault (2019): por que o lexicógrafo, entre tudo o que poderia dizer, seleciona esse exemplo e não outro?

Somos levados a fazer pelo menos duas observações a respeito do exemplo de Gurgel (1984). Primeiramente, há um distanciamento ao se dizer “O baiano aí [...]”, considerando o sentido de desdém que esse advérbio “aí” produz ao marcar o afastamento de quem fala. Aquele que enuncia sente a necessidade de se distinguir, colocando-se em outro nível. A outra observação que fazemos é a de que esse enunciado, “O baiano aí faz o que na vida?”, só faz sentido para nós por causa das repetidas vezes ao longo da história que ouvimos ou reproduzimos o discurso de que o baiano é um sujeito ocioso e que evita o trabalho a todo custo. A pergunta “O baiano aí não faz nada na vida?” inscreve-se à esteira do já-dito “o baiano não

faz nada”. Como a análise enunciativa é uma análise histórica (FOUCAULT, 2019), gostaríamos de pensar a historicidade que constitui esse exemplo.

A preguiça é uma característica atribuída aos habitantes da Bahia sobretudo através do discurso humorístico, turístico e midiático. Geralmente, tratar o baiano como preguiçoso é interpretado como algo recreativo e que seria, portanto, aceitável. Ocorre que a associação entre humor e identidade opera com estereótipos (POSSENTI, 2014¹⁰) e nessa relação o baiano é rotulado como um sujeito lento no falar e no agir, indisposto para o trabalho e, desse modo, improdutivo. O sentido dessa preguiça envolve uma opção pelo prazer, por um estilo de vida sem preocupações, propagando uma imagem em que o baiano descansa em uma rede enquanto os outros trabalham. A piada de baiano é uma prática justificada e naturalizada pelo “intento” de uma brincadeira. Para o analista do discurso, discutir a interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito não é a questão a ser feita; o nosso interesse é, antes, descrever os enunciados segundo a dispersão de sua exterioridade [...]” (FOUCAULT, 2019).

Ao longo da história, o baiano foi reduzido ao estigma da preguiça ao passo que foi colocado em oposição a outras identidades que, em direção oposta, ficaram conhecidas por serem trabalhadoras. Como explica Souza (2015) acerca de como certas identidades brasileiras foram construídas em relação ao trabalho, o paulista ficou conhecido como o trabalhador, um agente do processo produtivo do país, como parte de um espaço rico e que nunca para. A disposição do gaúcho é voltada para o combate, ele é o destemido guerreiro sempre pronto para agir. Em contrapartida, o baiano incorporou o lúdico da identidade nacional, passando a ser visto como parte de um estado que representa os valores da miscigenação na identidade nacional. Isso também incidiu no modo como as identidades regionais são imaginadas: o paulista ou o gaúcho representam o sujeito branco, trabalhador; já o baiano, o negro, apenas se diverte.

Para entender como a questão racial e o trabalho fizeram parte da construção do discurso da preguiça baiana, voltaremos a dois momentos da história brasileira em que é possível apontarmos a formação desses discursos: o período escravocrata (1535-1888) e o terceiro período da industrialização brasileira (1930-1956)¹¹.

¹⁰ Livro eletrônico com ausência de paginação.

¹¹ A industrialização no Brasil pode ser dividida em quatro períodos principais: o primeiro período, de 1500 a 1808, chamado de “Proibição”; o segundo período, de 1808 a 1930, chamado de “Implantação”; o terceiro período, de 1930 a 1956, conhecido como fase da Revolução Industrial Brasileira, e o quarto período, 1957 até os dias atuais, chamado de fase da internacionalização da economia brasileira. *Estadão*, 2011. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/blogs/guias/historia-da-industria-brasileira/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

Os africanos escravizados em solo baiano costumavam ser chamados de “preguiçosos” por aqueles que os observavam transportar cargas pesadas em percursos geralmente longos e inclinados. Explica Souza (2009) que a geografia de Salvador, dividida entre cidade alta e cidade baixa, dificultava o uso de transporte de tração animal, além desse tipo de mobilidade ter um determinado custo. A solução encontrada pelos nobres foi submeter os escravizados à condição de transporte da nobreza e de mercadorias pelas ruas enladeiradas. A tração humana foi usada através de redes (consistia em uma rede presa a um varal) e palanquins (ou serpentinas, uma espécie de cadeira portátil coberta), ambas deveriam ser carregadas nos ombros. Souza (2009) lembra ainda que o ato de carregar algo leve ou mesmo de percorrer distâncias curtas era tido como “coisa de negro”. A popular Ladeira da Preguiça, ponto histórico de Salvador, foi um espaço em que essa prática era cotidiana.

A Ladeira da Preguiça recebeu esse nome não por acaso. Enquanto os escravizados transportavam cargas pelo lugar, o que exigia o máximo de suas capacidades físicas, a elite gritava das janelas dos sobrados: “sobe, preguiça!”, prática que não se resumia à instiga, mas também servia ao entretenimento (MARQUES, 2004. p. 86). Reparemos na relação de poder que se estabelecia nessa prática entre os sujeitos que podiam olhar de cima e desdenhar, e aqueles que estavam embaixo, em silêncio. Além disso, também é defendido que o baiano passou a ser conhecido como preguiçoso em razão da resistência negra à condição escrava, como se a preguiça fosse a razão pela qual não queriam se submeter à escravidão (SOUZA, 2013). Ainda hoje é possível dizer que “O problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar”¹². Ora, quem era o preguiçoso afinal? O negro ou o indígena? Vejamos que essas verdades distintas, independentes da contradição, serviram ao exercício de poder que foi a escravização no Brasil.

¹² Disse o então procurador de Justiça do Ministério Público do Pará (MPPA), Ricardo Albuquerque, para alunos de uma faculdade particular de Direito em Belém, no ano de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/11/26/procurador-de-justica-do-para-diz-que-problema-da-escravidao-no-brasil-foi-porque-indio-nao-gosta-de-trabalhar.ghml>. Acesso em: 15 jun. 2021.



Fig. 2. A Ladeira da Preguiça, localizada no bairro Dois de Julho, fazia a ligação entre a cidade baixa e a cidade alta. Antigamente, abrigava em seus casarões a elite do século XVII. É umas das mais antigas ladeiras de Salvador. *ASN Bahia*, 05 jan. 2016.

O outro momento que corroborou para consolidar a imagem do baiano como o preguiçoso ocorreu durante o terceiro período da industrialização brasileira (1930-1956). Nessa fase em que o SSE e o Nordeste passaram a dividir espaço, instalou-se a alteridade entre o sujeito considerado trabalhador responsável pelo crescimento do país e o sujeito dito preguiçoso, indisposto ao trabalho. Nessa época, “a representação da preguiça já estava sedimentada no senso comum, passando a ser reafirmada pela indústria do turismo e pela grande mídia como um atributo essencialmente baiano” (ZANLORENZI, 1998, p. 14).

Personalidades artísticas também contribuíram para a manutenção do discurso da preguiça baiana. Alguns cantores baianos utilizaram o estereótipo da preguiça para compor suas canções e definirem seus perfis artísticos, entre eles, Dorival Caymmi (1914-2008), Gilberto Gil, Caetano Veloso e Gal Costa. Para esses cantores, a preguiça seria um motivo de orgulho e alegria. Como explica Marques sobre a justificativa dos artistas, “A proverbial preguiça, argumentam, é um traço de identidade cultural da Bahia, expressão de um modo de vida em que o trabalho não precisa opor-se ao lazer” (2004, p. 85). É de Gilberto Gil a canção *Ladeira da Preguiça* (1971), música que foi gravada, entre outros intérpretes, por Elis Regina.

De modo geral, pudemos ver que, no século XX, *baiano* aparece como estereótipo regional de nordestino, de caipira rude e sem instrução, além de mau cavaleiro (em oposição ao gaúcho), preguiçoso e fanfarrão. Começa-se o registro de *baianada*, bem como de sentidos pejorativos, marcados como falas do Sul. Diferentemente do século XIX, os dicionários não

descrevem a Bahia como um lugar de prestígio e importância. Vejamos, a seguir, como dicionários da atualidade fazem essa descrição.

Quadro 3 - verbete *baiano* em dicionários do século XXI

SÉCULO XXI		
<i>baiano</i>		
Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011)	(ba:i.a.no) <i>adj.</i> 1 Da Bahia (região Nordeste); próprio desse estado ou de seu povo. <i>sm.</i> 2 Natural ou habitante da Bahia. [Do top. <i>Bahia</i> + <i>-ano</i> .]	<i>baiana</i> (bai.a.na) <i>sf.</i> 1 Fem. de <i>baiano</i>. 2 Vendedora de iguarias típicas da Bahia que se veste com traje também típico. 3 Fantasia inspirada nesse traje. 4 Figura tradicional do carnaval que usa esse traje como fantasia. Rodar a baiana <i>Bras. Gír.</i> Reagir, brigando ou reclamando com veemência. [Fem. de <i>baiano</i>.] <i>baianada</i> (bai.a.na.da) <i>sf.</i> 1 <i>Pop.</i> Grupo de baianos. 2 <i>Bras. Pop.</i> Comportamento típico de baiano. 3 <i>Bras. Pej.</i> Coisa malfeita; imperícia para realização de algo. <i>O motorista inexperiente fez uma <u>baianada</u> na hora de manobrar.</i> 4 <i>P.ext. S.</i> Falta de habilidade na montaria. 5 <i>Bras. Pej.</i> Falta de lealdade; traição. 6 <i>RJ Cap.</i> Golpe aplicado no adversário em que se puxa a barra de suas calças.

Dicionário Houaiss Conciso (HOUAISS, 2011)	bai.a.no <i>adj.</i> 1 da Bahia s.m 2 natural ou habitante desse estado [ETIM: top. <i>Bahia</i> + -ano]	bai.a.na <i>adj.</i> 1 mulher natural ou habitante da Bahia 2 <i>p.ext.</i> vendedora de quitutes da culinária afro-baiana 3 seu traje típico [ETIM: fem. substv. de <i>baiano</i>]
Dicionário Unesp do Português contemporâneo (BORBA, 2011)	bai.a.no Adj 1 natural ou habitante da Bahia: <i>um estudante baiano</i> 2 próprio ou típico da Bahia: <i>Acarajé é um bolinho baiano</i> . 3 localizado ou pertencente á Bahia: <i>O São Francisco não é um rio totalmente baiano</i> . Sm 4 pessoa natural ou habitante da Bahia: <i>Os baianos são muito hospitaleiros</i> .	<i>baiana</i> bai.a.na Sf 1 negra ou mestiça da Bahia, em especial a vendedora de quitutes, cuja indumentária consta de saia rodada, bata de renda, turbante, colares e balangandãs 2 mulher vestida com traje típico de b.: <i>Dorinha preferiu ir de baiana ao baile do clube</i> . 3 mulher idosa, figura tradicional dos desfiles de escolas de samba, que usa obrigatoriamente indumentária típica da baiana: <i>Estimuladas pela percussão, as baianas rodaram as saias animadamente</i> . <i>baianada</i> bai.a.na.da Sf 1 conjunto de baianos: <i>A baianada invadiu a festa na maior alegria</i> . (Deprec) 2 fanfarronada, gafe ou patifaria:

		<i>Agora veja se não vai aprontar uma das suas baianadas.</i> <i>baianês</i> bai.a.nês Sm (<i>Caloq</i>) variedade de língua falada, caracterizada por um sotaque pretensamente nordestino e usada por personagens nordestinos ou baianos em novelas de televisão: <i>A nova novela das 8 tem até um supervisor de baianês.</i> <i>baianidade</i> bai.a.ni.da.de Sf modo de ser dos baianos; o caráter baiano: <i>O filme, ambientado em Salvador, na verdade revela pouco da baianidade dos protagonistas. A baianidade chega ao Sul através da música.</i> <i>baianização</i> bai.a.ni.za.ção Sf adaptação ao modo de ser baiano: <i>A baianização da música popular está se ampliando.</i> <i>baianizar</i> bai.a.ni.zar Vt adaptar ao modo de ser baiano: <i>Acabaram baianizando o frevo pernambucano.</i>
--	--	--

Novíssimo Aulete (AULETE, 2011)	(bai.a.no). sm. 1 Indivíduo nascido ou que vive no estado da Bahia 2 BA Indivíduo nascido ou que vive na cidade de Salvador (BA); SOTEROPOLITANO 3 BRAS. S. Aquele que nasceu ou vive em qualquer dos estados brasileiros, salvo a região Sul; NORTISTA 4 MA Boiadeiro que veio da Bahia, Piauí ou Goiás trazendo gado para as feiras do Maranhão 5 MA Gado vindo do Sertão 6 PI Pej. Indivíduo simples, de modo simples, de modos rústicos, que ger. mora na roça; CAIPIRA; ROCEIRO 7 Bras. S. Soldado de infantaria 9 Bras. Dnç. O mesmo que baião a. 10 Da Bahia; típico desse estado ou de seu povo 11 De Salvador; típico dessa cidade ou de seu povo 12 MA Diz-se do gado vindo do sertão [F: Do top. bahia + ano ¹ .]	<i>baianês</i> (bai.a.nês) S.m. Pop. Bras. Linguajar próprio dos habitantes da Bahia. (F.: baiano (o) + ês] <i>baianidade</i> (bai.a.ni. da.de) Sf. 1. Característica própria e diferenciadora das coisas ou das pessoas da Bahia. “A discussão em torno do conceito da baianidade se desenrola.” <i>bainizar</i> (bai.a.ni.zar) Bras. v. 1. Adquirir ou dar feição, caráter próprio dos baianos (a) [td.: Não queremos bainizar o carnaval de Olinda.] [nt.: Meu sotaque se baianizou.] 2 Adquirir o modo de ser, de falar, de agir próprio dos baianos [int.: Passou férias em Salvador e baianizou-se.] [1 baianizar] [F.: baiano + izar. Sin. ger.: abaianar.]
Dicio: dicionário online de português (eletrônico)	adjetivo, substantivo masculino Natural ou habitante do Estado da Bahia.[Brasil: Sul] Nortista. [Brasil: Sul] Mau cavaleiro.	<i>baianada</i> substantivo feminino Porção de baianos, na acepção de "maus cavaleiros". Inabilidade

		equestre ou de manejo do laço e das boleadeiras. [Brasil] Ação desleal; sujeira, patifaria: fez uma baianada comigo.
Dicionário de sinônimos (eletrônico)	Nascido ou típico da Bahia: 1 baiense, nascido na Bahia, natural da Bahia, típico da Bahia, relativo à Bahia. Exemplo: O time baiano venceu o campeonato. Nascido ou típico de Salvador: 2 soteropolitano, salvadorense. Exemplo: Minha mãe é pernambucana, mas eu sou baiano porque nasci em Salvador. Nascido em qualquer estado do Norte do Brasil: 3 nortista, nordestino. Exemplo: Sou uma grande fã da culinária baiana. Com sentido pejorativo - caipira: 4 caipira, capiau, jeca, matuto, roceiro, interiorano, saquarema, rústico, simples, simplório, ignorante, tolo. Com sentido pejorativo - fanfarrão: 5 fanfarrão, farofeiro, farofento, prosa, bazófia, alardeador. Dança popular: 6 baião, choradinho, lundu-chorado. Ave da família dos emberizídeos: 7 coleiro-baiano, coleiro-da-baía, coleiro-da-serra, coleirinha-da-serra, bigode, fradinho, gravatinha, papa-arroz, papa-capim.	
Google dictionary (eletrônico)	<i>adjetivo substantivo masculino</i> 1. relativo à Bahia, estado do Brasil, ou o que é seu natural ou habitante. 2. MARANHÃO que ou o que veio do sertão (diz-se de gado levado por sertanejos para as feiras de gado do Maranhão). 3. PEJORATIVO•PEJORATIVA	<i>baiana substantivo feminino</i> 1.mulher natural ou habitante da Bahia. 2. ETNOGRAFIA•VESTUÁRIO O indumentária tradicional das negras e mestiças da Bahia, que consta de saia comprida muito rodada, bata de renda, turbante, pano da costa,

	MENTE m.q. <i>CAIPIRA</i> ('roceiro'). 4. <i>substantivo masculino</i> MARANHÃO sertanejo proveniente da Bahia, do Piauí ou de Tocantins, que traz gado para as feiras de gado do Maranhão. 5. <i>substantivo</i> <i>masculino</i> SUL DO BRASIL nortista. 6. <i>substantivo</i> <i>masculino</i> INFORMAL PEJORATIVO us. tb. como palavra-ônibus disfêmica e preconceituosa, fora do Estado da Bahia, com significados como 'tolo', 'negro', 'mulato', 'ignorante', 'fanfarrão' etc. 7. <i>substantivo masculino</i> BRASILEIRISMO•BRASIL indivíduo que monta mal a cavalo. 8.<i>substantivo masculino</i> SUL DO BRASIL soldado de infantaria. 9. <i>substantivo</i> <i>masculino</i> BRASILEIRISMO•BRASIL antiga dança de par solto, com meneios acentuados dos quadris e sapateados, em que os parceiros eram escolhidos com umbigada, estalar de dedos, aceno de mão, de lenços etc.10. <i>substantivo masculino</i>	chinelas, colares, brincos e balangandãs. 3. POR EXTENSÃO vendedora de pratos típicos da culinária afro- baiana, tradicionalmente vestida com uma simplificação do traje de baiana. 4. ANGIOSPERMAS m.q. <i>BERTALHA</i> (<i>Basella</i> <i>rubra</i>). 5. BRASILEIRISMO•BRASIL m.q. <i>CARONA</i> ('peça de couro'). 6. ALAGOAS•DANÇA m.q. <i>SAMBA DE MATUTO</i>.
--	---	---

	BRASILEIRISMO•BRASIL m.q. <i>BAIÃO</i> ('dança popular').	
--	--	--

Na consulta a dicionários do século XXI, o *Aulete* (2011), o *Dicio*, o *Dicionário de Sinônimos* e o *Google Dictionary* repetem discursivamente o que vimos no século XX sobre *baiano* ser “o mesmo que nortista”, e a região de circulação apontada nessas definições também é a mesma, o SSE.

Além da manutenção do “nortista”, o *Dicionário de Sinônimos* inclui “nordestino” nessa relação de sinonímia com *baiano* e elabora um exemplo: “Sou uma grande fã da culinária baiana.”¹³. Nesse sentido, deveríamos entender por “culinária baiana” o mesmo que “culinária nortista” ou “culinária nordestina”, uma generalização problemática considerando que reduz a diversidade da culinária das duas regiões. Sustentar-se em reducionismos é uma estratégia discursiva constitutiva dos estereótipos culturais.

Outro sentido que permanece neste século é o do “baiano criador de gado”, significado corrente no Maranhão (AULETE, 2011; *Google Dictionary*). Ao lado dessas definições, está o *caipira*, que também aparece como uma alternativa para *baiano* no *Dicionário de Sinônimos*. Assim como vimos na análise do século XX, *caipira* não é somente uma outra palavra para *roceiro*, ele é descrito como um modo de ser.

O *Aulete* diz, dentro de uma mesma acepção, que quando o *baiano* possui o sentido de *caipira*, suas características são: “Indivíduo simples, de modo simples, de modos rústicos, que ger. mora na roça” (2011, p. 192). Observemos que ele “geralmente” mora na roça, o que indica que não é mais uma referência exclusiva dos habitantes da zona rural; não é somente uma outra palavra para quem mora no campo. Um ponto a ser pensado é: qual é o sentido dessa simplicidade? Desses modos rústicos? Sabemos que é frequente a associação de origem simples com pobreza, ausência de boas maneiras e formação intelectual. Essa interpretação se confirma na consulta do *Dicionário de Sinônimos*: “Com sentido pejorativo - *caipira*: 4 *caipira*, *capiau*, *jeca*, *matuto*, *roceiro*, *interiorano*, *saquarema*, *rústico*, *simples*, *simplório*, *ignorante*, *toló*.”¹⁴. O *baiano*, o *sertanejo* e os *nordestinos* de modo geral, são comumente estereotipados como pessoas pouco instruídas, ingênuas, incultas, em vista de serem colocadas em posição social de inferioridade.

¹³ Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/baiano/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/baiano/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Permanece o sentido do *baiano* “mau cavaleiro” com uso atribuído ao Sul (BECHARA, 2011; *Dicio*; *Google Dictionary*). Isso se mostra ligado ao verbete *baianada* que vimos emergir no século XX com o sentido de “fanfarronada”, “impostura”, o que ainda se repete (BORBA, 2011). Na consulta a dicionários do século XXI, vê-se, além da ideia de um grupo de baianos, que *baianada* recebe o sentido abrangente de imperícia, tarefa que não foi bem executada (BECHARA, 2011; BORBA, 2011; *Dicio*).

Vejamos o deslocamento de sentido de um exemplo para *baianada*: “O motorista inexperiente fez uma *baianada* na hora de manobrar” (BECHARA, 2011). Esse enunciado retoma aquele do baiano “mau cavaleiro” para atualizá-lo segundo as novas condições de seu acontecimento, deslocando o sentido de uma inabilidade equestre para uma ineficiência na condução de automóveis. A partir da década de cinquenta, a indústria automobilística no Brasil se desenvolve e o carro se torna cada vez mais popular. Isso dá condições de possibilidade para que o “mau cavaleiro” reapareça em “mau motorista”, enunciados ligados pelo fio discursivo da imperícia baiana, da “baianada”.

Alardear, mas não ser capaz de cumprir; tentar, mas executar desastrosamente, esse é o sentido de fanfarrão e imperícia em *baianada*. Visualizamos no século presente que o próprio verbete *baiano* é descrito como fanfarrão, como aponta em uso pejorativo o *Dicionário de Sinônimos* e o *Google Dictionary*. Não é mais uma atitude, apenas, é um traço de personalidade, pois seria uma característica desse sujeito, uma vontade de verdade sobre quem ele é.

No *Dicio*, *baianada* representa uma atitude desleal, traição. É comum o acréscimo do sufixo “ada” para enfatizar um movimento enérgico (rajada, cartada), ferimento ou golpe (facada, martelada), algo grande ou duradouro, de modo que *baianada*, no sentido de uma traição, traduz uma atitude de consequência grave. Se nesse mesmo dicionário consultarmos os verbetes *cariocada*, *gauchada* e *mineirada*, veremos que essas definições se resumem à ideia de um grupo de indivíduos de mesma naturalidade, diferentemente do que encontramos em *baianada*.

O *Google Dictionary* traz definições de *baiano* como “tolo” e “fanfarrão”, mas chamamos atenção agora para os outros termos que o acompanham e que fazem referência ao baiano e a sua raça: “6. *substantivo masculino* INFORMAL PEJORATIVO us. tb. como palavra-ônibus disfêmica e preconceituosa, fora do Estado da Bahia, com significados como 'tolo', 'negro', 'mulato', 'ignorante', 'fanfarrão' etc.”¹⁵ São verdades discursivizadas sobre o

¹⁵ Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=baiano&oq=baiano&aqs=chrome..69i57j0l5j69i60l2.3060j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 15 jul. 2020.

baiano que ao mesmo tempo apontam para a produção de um imaginário social a seu respeito, sua estereotipização.

A capital baiana, Salvador, é conhecida por ser a cidade de maior população negra fora da África. Isso não se revela apenas no contingente, mas também no modo como essa comunidade mantém tradições de suas raízes africanas e as ressignificam em sua própria história, preenchendo o seu cotidiano com elementos de uma cultura afro-brasileira. Se em sentido pejorativo o dicionário inclui as palavras “negro” e “mulato”, é necessário lembrar que no Brasil elas já foram sinônimas de escravo; por quase quatros séculos, foi pela cor que se diferenciava pessoas de mercadorias. O termo “mulato” também se relaciona com o mesmo passado histórico: derivada de “mulo”, a palavra parte de uma analogia que representa a mistura de europeus e africanos, comparando os nascidos ao animal híbrido e estéril resultante do cruzamento entre o cavalo e a jumenta. Atualmente, como resultado de discussões raciais, dicionários como o *Dicio* sugerem que o termo seja substituído por “mestiço”¹⁶.

Também nos chama atenção nos dicionários da atualidade o aparecimento do verbete *baiana* que antes não constituía uma nova entrada, pois, mesmo quando a palavra era citada nas definições de *baiano*, não se mostrava necessário descrevê-la, apenas apontar que se tratava da marcação de gênero feminino de baiano. Essa necessidade de inserir verbetes femininos vai sendo incorporada pelos lexicógrafos, respondendo à urgência das pressões do movimento e crítica teórica feminista, em outras palavras, isso é resultado das transformações sociais aí provocadas. O feminismo, como vimos em Hall (2006), foi responsável por desnaturalizar a ideia de que homens e mulheres constituem uma mesma identidade.

As verdades sobre a baiana narradas pelos dicionários descrevem duas acepções que nos parecem conflitantes ao traçarmos um paralelo: a indumentária *baiana*, representação cultural e afirmação de identidade da mulher da Bahia, e a indumentária *baiana*, fantasia que pode ser colocada por uma mulher não necessariamente dessa origem. Para entender a problemática, precisamos recuar na história.

A “baiana” é como também se tornaram conhecidas as vendedoras de quitutes que se reúnem nos centros da Bahia e que foram reconhecidas como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2005.

O Iphan publicou um dossiê intitulado *Ofício das Baianas de Acarajé* (2007)¹⁷, através do qual explica sobre a origem desse símbolo cultural. O tabuleiro da baiana é composto principalmente pelo Acarajé e o Abará. A prática com predominância de mulheres

¹⁶ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mulato/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

¹⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=22&busca=>. Acesso em: 29 jul. 2020.

afrodescendentes, remonta o período brasileiro escravocrata, por meio da qual muitas mulheres tentaram comprar suas alforrias. O tabuleiro da baiana não representa apenas uma relação de produção e venda, ela está fortemente ligada a uma tradição cultural, representação e afirmação da afro-baianidade, uma tradição muitas vezes transmitida de mãe para filha. A baiana expressa seu pertencimento ao se afirmar pelo simbólico das roupas, dos acessórios, no modo como cozinham, se relacionam com suas crenças, história e raça. Inicialmente, a baiana cozinhava no próprio terreiro de Candomblé, religião derivada de cultos tradicionais africanos, para dedicar seu trabalho como oferenda a suas divindades, os orixás. Para a baiana, antes de sua culinária servir ao corpo, ela seria um alimento espiritual, sagrado, ligado à memória de sua ancestralidade. Ao sair do terreiro, a baiana carregava os alimentos apoiados em sua cabeça e cantava as palavras em iorubá: “àkàrà” (bola de fogo) e “je” (vender). Essa ligação religiosa fez da indumentária da baiana aquela característica dos cultos do Candomblé, com vestes brancas, turbante e fio de contas. Depois da abolição, a tradição permaneceu e se estabeleceu como atração turística e símbolo cultural.

Gostaríamos de relembrar como essa identidade foi difundida na performance da cantora e atriz Carmem Miranda. Em 1939, Carmem aparece pela primeira vez vestida de baiana no filme *Banana da Terra*, sob a direção de Ruy Costa e lançou carreira de sucesso internacional com o traje. No musical, ela canta o clássico de Dorival Caymmi “O que é que a baiana tem?”. Carmen não tinha qualquer relação com o que vestia: branca, nascida na Europa, a cantora recebeu prestígio e enriquecimento ao se apropriar de um elemento cultural de uma minoria, recebendo o protagonismo por isso.

Por seu gênero, religião e raça, a baiana preenche espaços minoritários da sociedade, é diminuída por seus símbolos. O seu turbante, por exemplo, é uma expressão de seu pertencimento, símbolo de fé, resistência, respeito por seus antepassados. Nas expressões de sua cultura, em seus traços, reside uma memória do povo negro sobre seus valores, história e identidade. Dessa herança cultural africana, muito foi preservado apesar do racismo e tentativas de branqueamento de nossa sociedade. Afirmar a identidade foi uma forma do escravizado resistir à objetificação, à “coisificação” a qual era submetido.

Analisando a discursivização do corpo negro no sistema escravista brasileiro, Braga atualiza a curiosidade cantada e reorienta a questão: “O que é que a africana tem?” (2015, p. 70). Acerca disso, a autora explica que “[...] a linguagem dos panos — mais precisamente, suas diferenças simbólicas, — desvelava, portanto, mais que uma preocupação estética, mas também uma marca identitária em consonância com tantos outros *sinais de nação* [...]”. (BRAGA, 2015,

p. 81). Ao falar de “sinal de nação”, Braga se refere a um tipo de signo identitário, distinguindo do que seria apenas uma discussão do estético.

A baiana passou a ser vista como traje, uma fantasia de carnaval (assim como outras identidades, como a indígena e a cigana). A fantasia, como o próprio termo diz, é o traje da imaginação, serve para que o indivíduo possa fantasiar por alguns instantes que ele é aquele personagem, mas somente a parte alegre e festiva disso.

Sabemos que a discussão sobre a apropriação cultural está longe de ser unânime, mas é preciso atentar para o fato de que, quando um sujeito “veste” uma identidade que não lhe pertence, vendo nessa prática nada além de uma caracterização, ele esvazia o seu significado, banaliza as lutas históricas dos povos envolvidos e sua tradição. Quando estes signos identitários são massificados e tratados como qualquer objeto, perdem sua representatividade e importância simbólica.

Os dicionários em que verificamos o verbete *baiana* foram o Bechara (2011), Houaiss (2011), Borba (2011) e o *Google Dictionary*, todos eles trazem o primeiro sentido de baiana que discurremos, o da vendedora da culinária afro-baiana, sempre colocando a sua vestimenta “típica”, e também o segundo sentido, o da fantasia. Bechara (2011) traz a acepção de fantasia para relacionar às festividades carnavalescas. Borba diz que *baiana* se trata da mulher que veste um traje típico, sem restringir a sua origem. Ele ainda traz um exemplo para essa acepção: “Dorinha preferiu ir de baiana ao baile do clube.” (BORBA, 2011, p. 153). Nos chama atenção o verbo **preferiu**, indicando que se caracterizar de baiana é uma escolha, uma opção de vestimenta disponível como qualquer outra.

Ainda no século XXI, verificamos a inserção dos verbetes *baianidade* (AULETE, 2011; BORBA, 2011), *baianês* (AULETE, 2011), *baianização* (BORBA, 2011) e *baianizar* (BORBA, 2011; AULETE, 2011). Uma declaração de Souza (2015) pode nos explicar a motivação desse aparecimento: “O discurso da baianidade foi elaborado [...] em resposta a todo um preconceito secular contra o baiano, que define ainda hoje uma demonstração de incompetência como uma “baianada”. Foi, portanto, um discurso feito na defensiva”¹⁸. O autor fala acerca da baianidade, mas entendemos que a sua explicação se estende para os demais verbetes, visto que estão relacionados.

O sentido desses “verbetes de baianidade” tem por efeito divergir das tentativas de esterotipização que vimos até aqui, pois afirmam a ideia de um modo de ser baiano próprio, único, independente e sem descrições depreciativas. É interessante perceber que o termo

¹⁸ Livro eletrônico com ausência de paginação.

“próprio” se repete nessas definições: O *baianês* é um “Linguajar **próprio**”¹⁹ dos habitantes da Bahia” (AULETE, 2011, p. 192), *baianizar* é “Adquirir ou dar feição, caráter **próprio** dos baianos [...] Adquirir o modo de ser, de falar, de agir **próprio** dos baianos” (AULETE, ano, p. 192). Não alheia a isso, está a grande indústria turística da Bahia e suas iniciativas de vender a “marca” da Bahia, pois, para isso, ela precisa construir uma imagem positiva, exótica e convidativa pelo desejo de confirmar as verdades propagandeadas.

Atentemos para alguns aspectos dos exemplos de Borba (2011) para *baianidade*: “A *baianidade chega ao Sul através da música*.” (p. 153). Mesmo quando se propõe a falar do que é particular dessa identidade, novamente os dizeres de dicionários se encontram no par Sul-Nordeste. A escolha pela região não se dá aleatoriamente, pois “chegar até o Sul” significaria finalmente não ser o “depois”, mas dividir o mesmo espaço; é uma baianidade que conquista pela arte, pelo lúdico, o festivo. Outros exemplos do mesmo dicionário são, para *baianização*: “A *baianização da música popular está se ampliando*.” (p. 153), para *baianizar*: “Acabaram *baianizando o frevo pernambucano*.” (p. 153). No *Aulete*, *baianizar* conta com os exemplos “Não queremos baianizar o carnaval de Olinda” (2011, p. 192) e “Passou férias em Salvador e baianizou-se.” (2011, p. 192). Esses dizeres sobre o baiano confirmam o que diz Souza (2015): “Se a identidade paulista é definida a partir do trabalho e a identidade gaúcha é definida a partir da luta, a identidade baiana é definida a partir da festa.”.

O que vimos até aqui são verdades que se conservaram discursivamente e emergem atualmente para fazer representar o nordestino pelo estereótipo de uma fala fixa e reducionista. Não podemos deixar de frisar a existência de um “poder de classificar” que se exerce pelo SSE quando o que ele diz passa a ser importante, pois é preservado, registrado; é um poder de demarcar, mas também de apontar o anormal e excluí-lo do que é culturalmente valorizado. Esse é um traço regular dos séculos antes da formação Nordeste, de depois de seu reconhecimento e também de seu presente. É um poder que se sustenta na desigualdade social, nas relações econômicas, nas relações de raça, na importância que cada um recebe no cenário brasileiro. É uma luta pelo discurso que se ampara em muitas esferas e que incide nas identidades.

Da análise de *baiano* (e afins), prosseguimos com o verbete *paraíba*, outro vocativo frequente para os nordestinos.

¹⁹ Grifos nossos.

3.2. PARAÍBA

Costumamos afirmar que quando *paraíba* e *baiano* se referem ao nordestino, possuem o mesmo sentido, mudando apenas o local em que o uso de um ou de outro é mais frequente. Neste momento, veremos como cada um reúne seu próprio conjunto de dizeres sobre a identidade nordestina.

Quadro 4 - verbete *paraíba* em dicionários do século XIX

SÉCULO XIX	
<i>paraíba</i>	
Diccionario da língua brasileira (SILVA PINTO, 1832)	Ausente.
Vocabulario brasileiro (RUBIM, 1853)	Ausente.
Novo diccionario da lingua portuguesa (FARIA, 1859)	(geogr.) cidade e capital da província do mesmo nome, no Brazil, na margem direita do rio Parahyba, a quatro léguas do mar; 15,000 habitantes. (geogr.) rio do Império do Brazil, que fertiliza as províncias do Rio de Janeiro e de S. Paulo. Seu nome é derivado de duas palavras; <i>paro</i> , rio, e <i>hiba</i> , agua clara.

	(geogr.) rio do norte do Imperio do Brazil, do qual tomou o nome a provincia por onde corre do O. para o ENE. Nasce na serra Jabitacá, ramo da dos Cairirys-Velhos, perto das nascentes do Capibaribe, que se dirige para a cidade do Recife.	
Thesouro da lingua portuguesa (VIEIRA, 1871)	s.m. Provincia brasileira. — Madeira conhecida por este nome	
Diccionario da lingua portugueza (MORAES, 1878)	s m Provincia do Brasil. § <i>il.</i> Madeira assim chamada. <i>Moraes, Dicc. art. Caixeta.</i>	
Diccionario de vocabulos brasileiros (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889)	Ausente.	<i>parahybano</i> , a. s. natural da prov. da Parahyba do Norte: Dizia o general Labatut que os <i>Parahybanos</i> eram os melhores soldados de infantaria que ele conhecera. <i>adj.</i> , que é relativo à Parahyba do Norte: A industria <i>parahybana</i> consiste na cultura da canna de assucar, e na criação de gados

Na busca por *paraíba* em dicionários do século XIX, notamos o silenciamento desse verbete em algumas obras: em Silva Pinto (1832), aquele que propõe ser brasileiro, mas não

possui entradas com adjetivos pátrios e territórios do Brasil; em Rubim (1853), o de complemento, que trabalha com acepções de sentido restrito ao Brasil, e em Beaurepaire-Rohan (1889), que dá lugar à forma *parahybâno*.

Acerca do que foi expresso sobre *paraíba* neste século, os dicionários classificaram o verbete de três formas: um rio (FARIA, 1859), uma província (FARIA, 1859; MORAES, 1878; BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889) e um tipo de madeira (VIEIRA, 1871; MORAES, 1878). Já no final do século, emerge o verbete *parahybâno*, aquele “a. s. natural da prov. da Parahyba do Norte” (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889, p. 105), um outro modo de se referir à Província da Paraíba, de uso menos frequente, para fazer alusão ao rio Parahyba do Norte.

A descrição que Beaurepaire-Rohan (1889) faz de *parahybâno* coloca esse sujeito em uma posição de prestígio, como é possível ver nos exemplos: “Dizia o general Labatut que os *Parahybanos* eram os melhores soldados de infantaria que ele conhecera.” e “A indústria *parahybana* consiste na cultura da canna de assucar, e na criação de gados.” Dessa forma, o paraibano aparece ocupando um lugar socialmente valorizado, destacando-se na atividade militar e com uma das principais riquezas da época, o açúcar.

Neste século, não encontramos sentidos pejorativos, nem descrições do SSE. O estereótipo do nortista ainda não se faz presente. Vejamos, adiante, o que mostram as consultas a dicionários do século seguinte.

Quadro 5 - verbete *paraíba* em dicionários do século XX

SÉCULO XX		
<i>paraíba</i>		
Novo dicionário da língua portuguesa (FIGUEIREDO, 1913)	f. Árvore rutácea do Brasil.	<i>paraibano</i> adj. Relativo a Paraíba. M. Habitante de Paraíba.
	trecho de um rio que não pode ser navegado. Vem este	

Dicionário da Terra e da Gente do Brasil (SOUZA, 1939)	vocabulo do tupi <i>para</i> – rio, caudal e <i>ahyba</i> – ruim, imprestavel, propriamente inavegavel. É termo usado de preferencia nos Estados do sul.	
Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1964)	s. f. (Bras.) Árvore da família das Simarubáceas (<i>Simaruba parahyba</i> St.-Hil.); (Sul) trecho de rio que não pode ser navegado.	<i>paraibano</i> (a-i) (parahybano), <i>adj.</i> Do Estado da <i>Paraíba</i> ; <i>s.m.</i> natural ou habitante da <i>Paraíba</i> .
Novo Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1975)	¹ . [Do tupi <i>pa'rab</i> , ‘variegado’, + ‘ <i>iwa</i> , ‘árvore’] <i>S.f. Bras.</i> V. <i>marupá</i> . ² . [Do tupi <i>para'iwa</i> , ‘rio imprestável’.] <i>S. f.</i> 1. <i>Bras.</i> , <i>S.</i> Trecho de rio que não pode ser navegado. 2. <i>Bras. Pop.</i> Virago; mulher macha, mulher macho. <i>S m</i> 3. <i>Bras. Pop.</i> Operário de construção civil não qualificado.	<i>paraibano</i> (a-i). <i>Adj.</i> 1. De, ou pertencente ou relativo à PB. <i>S. m.</i> 2. O natural ou habitante da PB. <i>paraibense</i> (a-i). <i>4dj.</i> 2 <i>g.</i> 1. De, ou pertencente ou relativo a Paraibano (MA). <i>S.</i> 2 <i>g.</i> 1. Natural ou habitante de Paraibano.
Dicionário de Gíria	¹ nordestino. “O paraíba trabalha na obra”.	

(GURGEL, 1984)	² lésbica. “Ela é paraíba, mulher machado, sim senhor”.	<i>paraibada</i> grupo de nordestinos. “A paraibada está ouriçada com o anúncio da nova obra”
Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras (NASCENTES, 1988)	s.f. Árvore da família das Simarubáceas (Simaruba Parahyba); trecho não navegável de rio. (Do Tupi: para = mar + aiba = ruim, impraticável.)	<i>paraibano</i> adj. Relativo à Paraíba. s.m. Natural, ou habitante deste estado.
Dicionário da Língua Portuguesa (LAROUSSE CULTURAL, 1992)	Ausente.	<i>paraibano</i> (a-i) adj. relativo ou pertencente a Paraíba, Estado Brasileiro. s.m. O natural habitante da Paraíba.
Dicionário Escolar Silveira Bueno (BUENO, 1996)	Ausente.	<i>paraibano</i> , (a-i), adj. Do Estado da Paraíba.

Para a definição de *paraíba*, os dicionários do século XX também mantiveram o sentido de rio (SOUZA, 1939); (FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975; NASCENTES, 1988) e de árvore (FIGUEREDO, 1913; FERREIRA, 1964; NASCENTES, 1988) em relação ao século anterior. Embora a acepção de estado tenha se mostrado presente em outras entradas como *paraibano* (FIGUEIREDO, 1913; FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975; NASCENTES, 1988; LAROUSSE CULTURAL, 1992; BUENO, 1996), nenhum dos dicionários consultados registrou tal sentido para o verbete *paraíba*.

No que se refere ao rio, o sentido é aquele de inavegável, como a própria etimologia da palavra “paraíba” — do tupi, *pa'ra* (rio ou mar) e *a'iba* (ruim). Quanto ao sentido da madeira, refere-se à árvore *simarouba amara* que, além do nome paraíba, é popularmente conhecida por outras denominações como marupá, caixeta e simaruba; estando mais presente na Amazônia, sul da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Sua madeira costuma ser utilizada em partes internas da construção civil e na marcenaria em geral (LORENZI, 1992). Apesar dos termos homônimos, a árvore paraíba não é comum em solo paraibano.

Partindo agora para os dizeres que se produziram a respeito do sujeito paraíba, notamos o aparecimento dos sentidos de operário da construção civil não qualificado (FERREIRA, 1975; GURGEL, 1984) e nordestino (GURGEL, 1984). É preciso dizer que as condições históricas do Brasil da década de 50 foi constitutiva desses discursos, basta pensarmos nos efeitos que o Plano de Metas, implantado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), produziu sobre o Nordeste.

O programa de Kubitschek visava tirar o país do subdesenvolvimento através de um intenso processo de industrialização e modernização, unindo esforços para modificar a economia essencialmente rural e fazer crescer os centros urbanos. Porém, esse investimento se concentrou em determinados pontos do território brasileiro, como ocorreu na região Sudeste, ao passo que a população rural nordestina lidava com uma série de problemas como a seca e o desemprego. Desempregados pelo governo, muitos nordestinos se deslocaram para construir o Sudeste. Nisso foi propagada a figura do nordestino operário, de um trabalhador sem instrução.

Ao definir *paraíba* como nordestino e exemplificar seu uso por meio do enunciado “o *paraíba* trabalha a obra” (GURGEL, 1984, p. 285), o dicionário resgata a memória do êxodo rural para restringir as funções que um trabalhador nordestino pode desempenhar. A profissão de operário de construção civil, assim como outras que envolvem o serviço braçal, foram fortemente estigmatizadas e desvalorizadas no Brasil. Como uma das motivações para isso, poderíamos apontar o longo histórico brasileiro de escravidão que atribuiu ao esforço físico um

valor negativo. O Brasil carrega, desde a época colonial, o desprezo pelos trabalhos manuais, assim como explica Silva Filho:

A busca pelo distanciamento das atividades produtivas manuais revestiu-se de um verdadeiro sentido ritualístico que reforçou o senso de desvalorização do trabalho e o escravismo acentuou ainda mais a sua degradação porque adicionou a noção de que “o trabalho se associa, nos hábitos de pensamento dos homens, à fraqueza e à sujeição a um senhor”, portanto, o trabalho manual passou a ser compreendido como atividade indigna para um homem livre. Sendo assim, a necessidade de demonstrar a capacidade ou a possibilidade de se ver isento da obrigação de sujeição ao exercício dos ofícios e trabalhos físicos passou a ser encarado como meio e requisito de dignificação e distinção social. (2004, p. 3).

Como posto por Silva Filho (2004), o exercício das atividades manuais foi construído como uma ocupação de sujeitos inferiorizados. Ocorre que o paraíba é um estereótipo construído acerca do migrante nordestino que ao chegar no SSE é colocado em relação de subalternidade, visto como ignorante e incapaz de exercer atividades intelectuais. Por isso, caberiam ao paraíba apenas os trabalhos informais, os serviços domésticos, a mão de obra barata. Essas relações de poder sustentam, até hoje, práticas discursivas xenofóbicas, com dizeres de uma aversão ao nordestino “cabeça-chata”, analfabeto, de sotaque “feio” ou “engraçado”.

Também notamos no dicionário de Gurgel (1984) a existência da entrada *paraibada*, definido não como um grupo de paraibanos, e sim de nordestinos. O exemplo selecionado foi “A paraibada está ouriçada com o anúncio da nova obra” (p. 284). Assim como vimos acerca de *baianada*, *paraibada* não tem seu sentido restrito a um grupo de mesma naturalidade, mas acompanha também outros dizeres que produzem ou reforçam sentidos pejorativos em relação a esses termos, o que tem a ver com o modo como o nordestino foi construído. Além de *paraibada*, pudemos verificar no século XX o aparecimento dos verbetes *paraibano* (FIGUEIREDO, 1913; FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975; NASCENTES, 1988; LAROUSSE CULTURAL, 1992; BUENO, 1996) e *paraibense* (FERREIRA, 1975), fazendo referência específica ao habitante ou ao natural do estado da Paraíba.

Outro sentido de *paraíba* que irrompe em dicionários do século XX é o da mulher-macho, o que se mostra relacionado especificamente à mulher nordestina, através de um discurso que a define a partir do masculino a respeito de sua aparência, comportamento e orientação sexual. É possível observarmos nesse dicionário que, de modo geral, essa masculinização da nordestina ocorre quando se atribui a ela alguma característica construída como exclusiva dos homens, tais como força, valentia e interesse afetivo e/ou sexual por

mulheres. Os dicionários de Ferreira (1975) e Gurgel (1984) se referirão à paraíba como a mulher-macho, sendo que esse último a define como lésbica e exemplifica da seguinte forma: “Ela é paraíba, mulher machado, sim senhor”²⁰ (p. 284). Esse enunciado recupera o refrão de uma canção popular da qual falaremos mais adiante.

Quando apontamos um único aparecimento do termo “lésbica” no século XX, não estamos afirmando que esse discurso não circulava fortemente, pois é provável que já estava lá colocado, tácito, na ordem discursiva que, conforme Foucault (2011), silencia o discurso do que não pode ser dito, do tabu que precisa ser interditado.

Alguns acontecimentos do século XX são centrais para compreendermos a construção da paraíba mulher-macho. O primeiro deles é o cangaço, onda de banditismo, crime e violência, que se concentrou no sertão do nordeste brasileiro, do final do século XIX até 1940. Os cangaceiros são comumente descritos como um movimento de resistência dos nordestinos perante o abandono do governo. Para além das narrativas que fizeram de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, o mito do herói nordestino, os bandos de cangaceiros também foram quadrilhas que praticavam furto, assassinato, sequestro e estupro. É nesse contexto de violência que surge uma personagem fundamental para a nossa discussão, a cangaceira Maria Bonita.

Maria Gomes de Oliveira, a Maria Bonita, conheceu Lampião enquanto esse explorava Paulo Afonso, município da Bahia. O encontro se deu em uma das constantes idas da moça à casa dos pais, visitas que eram motivadas pelos desentendimentos com o sapateiro Zé de Nenê, seu marido. Maria Bonita decide se separar e se unir a Lampião, tornando-se a primeira das mulheres que entraram para o cangaço. O relacionamento de Maria Bonita e Lampião rendeu oito anos e uma filha. Maria Bonita foi atingida em 28 de julho de 1938, quando o casal foi assassinado. Com o resultado da autópsia, concluiu-se que ela havia sido degolada. Corisco, um cangaceiro sobrevivente, tentou dar continuidade ao cangaço, mas foi morto pouco depois, em 1940, marcando o fim do movimento.

Em seu livro *Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço* (2018), a jornalista Adriana Negreiros realiza um apanhado histórico que põe em foco as cangaceiras e desromantiza narrativas sobre essas mulheres. Negreiros (2018) defende que existe uma mitificação sobre a entrada de mulheres no cangaço que costuma apagar da história as

²⁰ Em nossas buscas pelo termo “mulher machado”, não encontramos definição ou outro texto no qual conste seu uso. Admitimos ao menos duas justificativas para essa ocorrência: a primeira possibilidade é a de que “mulher machado” resulta de uma derivação de mulher-macho, ou seja, é produto do processo de formação de outra palavra. A segunda explicação é a que nos parece ser mais fundamentada, é a de que se trata de uma incorreção gráfica mais tarde revista, já que constará na oitava edição do dicionário de Gurgel (2009) a mesma definição e exemplo para o verbete *paraíba*, mas com a substituição de “mulher machado” por “mulher-macho”. Em todo caso, consideramos que existe em Gurgel (1984) o aparecimento discursivo de mulher-macho.

violências às quais eram submetidas essas mulheres, como se no bando houvesse direitos iguais entre os gêneros e todas as cangaceiras tivessem optado por entrar no grupo. A autora ressalva que isso não diminui o fato de que Maria Bonita foi uma figura transgressora em sua época, já que mulheres respeitadas não se separavam de seus maridos e abandonavam seus lares.

Negreiros (2018) também explica que, como resultado de uma vida quase sem registros, Maria Bonita ganhou ares de mito após sua morte, gerando a fantasia de uma guerreira destemida, justiceira, equivalendo a uma amazona do sertão ou Joana d’Arc nordestina. Maria Bonita se tonará uma marca poderosa, letra de música, nome de grife, de pousadas e restaurantes, além de ecoar na literatura e na televisão. A indústria cultural irá se apropriar da cangaceira e gerar um produto comercial de êxito. Acreditamos que isso certamente ajudou a construir a imagem da nordestina como uma mulher forte, aguerrida e fora de um padrão de feminilidade.



Fig. 3. Na foto extraída de Negreiros (2018), Maria Bonita figura à frente e ao centro, ao lado do líder Lampião e junto a outros cangaceiros. Foto: Benjamin Abrahão Botto.

Do ponto de vista discursivo, o feminino é produto das verdades que o construíram discursivamente em diferentes épocas e sociedades. É um tipo de modelo instituído, naturalizado, que costuma ser amplamente aceito, de tal forma que as mulheres que o resistem (ou não o podem alcançar) sofrem a exclusão de serem vistas como anormalidades do gênero. Com o contexto da seca, a mulher nordestina, foi repetidamente divulgada como uma sobrevivente. Diferentemente do que se esperava de uma mulher, ela parecia capaz de renunciar ao que seriam *suas* características femininas.

Com a divulgação da problemática da seca, a mulher nordestina foi associada ao trabalho braçal com a terra, à exposição ao sol e à lata d'água sobre a cabeça. Tudo isso entrou para o imaginário social e a mulher sertaneja passou a ser vista sem a delicadeza das outras mulheres. Retratando o cotidiano das nordestinas no século XIX, Miridan Falci descreve que

As mulheres pobres [do Nordeste] não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras - estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher. (FALCI, 2017, p. 250)

Por causa da rotina de desgaste físico, às vezes sem distinção de serviço de homem ou de mulher, a sertaneja não representou a mulher recatada, nem bela, nem tampouco aquela restrita às atividades ao lar. Com isso, ela se tornou estranha para o modelo: muito bruta para ser feminina, forte demais para ser *apenas* mulher. Midiatizou-se a sertaneja como uma mulher que não precisa de proteção, mas não no sentido de reconhecer igual potencial entre os gêneros, mas para justificar que ela seria capaz de lidar com a vulnerabilidade social na qual estava inserida.

O segundo acontecimento que gostaríamos de recuperar data 1946, um pouco após o fim do cangaço, estamos falando da composição do baião *Paraíba*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. A primeira a interpretar a canção foi a cantora Emilinha Borba, em 1950, mas a versão mais popular foi gravada dois anos mais tarde na voz de Gonzaga. A música foi inspirada nos acontecimentos que envolveram a Paraíba no fim da política do café com leite, com o objetivo de homenagear o estado. Por isso, a letra pensada por Gonzaga e Teixeira fazia referência ao estado e não a uma mulher, como de fato repercute até hoje.

A conjuntura política sobre a qual a canção faz referência é aquela do Brasil de 1930. Na época, o então presidente da República Washington Luiz decidiu apoiar o paulista Júlio Prestes para sucessão. No entanto, os estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais não apoiaram a candidatura, tendo em vista que, de acordo com a política café com leite, aquela seria a vez de um mineiro assumir. Com a aliança se rompendo, Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, candidatou-se para presidente e convidou João Pessoa, governador da Paraíba e sobrinho de Epitácio Pessoa, ex-presidente da República (1919-1922), para ser vice na chapa da Aliança Liberal.

Paralelamente à campanha presidencial, João Pessoa mantinha rivalidades partidárias com José Pereira, coronel de Princesa Isabel. O jornalista João Dantas era aliado do coronel e

tecias críticas a João Pessoa nos jornais. Por causa disso, João Pessoa dá ordem para que a residência de João Dantas seja invadida, obtendo acesso às cartas íntimas que o jornalista trocava com a jornalista, poetisa e professora Anayde Beiriz, publicando-as nos jornais. Com a alegação de um crime de honra, João Pessoa foi assassinado por João Dantas na Confeitaria Glória, em Recife. O ocorrido foi o estopim para a revolução de 1930.

Considerando que, através da canção *Paraíba*, o enunciado *paraíba mulher macho* está sempre sendo reativado e até hoje conservado, é preciso que, ao menos brevemente, tenhamos algumas observações acerca de sua letra para entendermos como foi produzida à luz do cenário político de 1930 e como de fato ela foi ressignificada. Vejamos o que diz a canção:

*Quando a lama virou pedra
E Mandacaru secou
Quando o ribaça de sede
Bateu asa e voou
Foi aí que eu vim me embora
Carregando a minha dor
Hoje eu mando um abraço
Pra ti pequenina*

*Paraíba masculina,
Muié macho, sim sinhô*

*Eita pau pereira
Que em princesa já roncou
Eita Paraíba
Muié macho sim sinhô*

*Eita pau pereira
Meu bodoque não quebrou
Hoje eu mando
Um abraço pra ti pequenina*

*Paraíba masculina,
Muié macho, sim sinhô*

Paraíba, Luiz Gonzaga/ Humberto Teixeira (1946).

A seca e outras problemáticas nordestinas são temas frequentes nas canções de Gonzaga e a canção *Paraíba* começa retomando esse aspecto: “*Quando a lama virou pedra e Mandacaru secou/ Quando o ribaça de sede bateu asa e voou*”. Em consequência dessa escassez, o eu lírico sertanejo diz que foi embora de sua terra e manda um abraço para a “pequenina”. Mas afinal, quem é a “pequenina”? O estado ou a mulher? Ambas as leituras são possíveis, sendo a primeira

a assumida pelos compositores e a segunda aquela que mais reverberou²¹. Se assumirmos que se trata do estado da Paraíba, nome que é substantivo feminino, a palavra “pequenina” faz referência ao estado pequeno, o que reforça o sentido da bravura do lugar ao representar questões políticas de âmbito nacional. Por outro lado, se interpretarmos “pequenina” com o sentido de mulher, compreendemos, então, que se trata de um tratamento afetivo.

O verso *Eita pau pereira/ que em princesa já roncou* faz referência à Revolta de Princesa, movimento cabeceado pelo coronel José Pereira (de quem João Dantas foi aliado, como dizíamos), em fevereiro de 1930, e que foi desencadeado no município paraibano de Princesa, atual Princesa Isabel, em oposição ao governo estadual de João Pessoa. Mais uma vez, a dubiedade em jogo: quem é a princesa? É a cidade chamada Princesa ou é a mulher paraibana? Os compositores dizem “em princesa” e não “a princesa”, o que confirma o sentido de lugar. Mas se por outro lado pensamos na mulher, a ação de roncar está relacionada a um comportamento que não é visto como o de uma “princesa”, mas que se explicaria no fato dela ser mulher macho.

Ao interpretarmos o refrão “*Paraíba masculina/ mulher macho sim senhor*” como uma referência à paraibana, estaremos diante da seguinte questão: essa mulher, denominada de mulher macho, é forte por ser mulher ou por revelar uma qualidade compreendida como masculina? O mérito feminino acaba por não ser reconhecido na canção, pois seria preciso masculinizar essa mulher para admitir o seu valor, utilizar o termo “macho” para indicar o sentido de força.

O filme que narra a história de Anayde Beiriz e de seu relacionamento com João Dantas em meio aos acontecimentos de 1930, recebeu o nome de *Parahyba mulher macho*²². Isso porque a produção apresenta Anayde como uma mulher que resistia aos valores e imposições de sua época acerca das escolhas femininas, e defendia ideais de liberdade e autonomia das mulheres. Anayde foi uma jovem paraibana independente, intelectual, defensora da participação política feminina, que expressava na escrita suas ideias não conservadoras. Ela também resistia aos padrões estéticos, exibindo o corte de cabelo à *la garçonne* (corte que era visto como tipicamente masculino). Além disso, Anayde rompia com as exigências feitas às

²¹ Acerca do objetivo político em torno da composição de *Paraíba* e os sentidos que essa canção produz até hoje a respeito da mulher nordestina, o *G1* publicou, em 2019, o artigo “Paraíba masculina? Mulher 'forte' sim, senhor: cantoras falam sobre canção de Luiz Gonzaga”. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/08/paraiba-masculina-mulher-forte-sim-senhor-cantoras-falam-sobre-cancao-de-luiz-gonzaga.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2021.

²² *Parahyba Mulher Macho* é um filme brasileiro de 1983, do gênero drama histórico-biográfico, com direção de Tizuka Yamazaki, baseado no livro *Anayde Beiriz, Paixão e Morte na Revolução de 30* (1983), de José Joffily, que retrata a vida de Anayde Beiriz e eventos relacionados à Revolução de 1930.

mulheres de sua época, como, por exemplo, a imposição do casamento, como podemos ler em um de seus poemas:

*Nasci
Nasceu
Cresceu
Namorou
Casou Noite nupcial
As telhas viram tudo
“Se as moças fossem telhas não se casariam”*

Anayde Beiriz²³

Os dicionários deste século XX definiram o verbete *paraíba* com sentidos que vão desde uma árvore, um rio inavegável, um estado, a falas estereotípicas e pejorativas de que *paraíba* significa qualquer nordestino, um operário sem qualificação ou mesmo uma mulher masculinizada e, por isso, lésbica. Logo mais, discutiremos os resultados de nossa consulta a dicionários da atualidade.

Quadro 6 - verbete *paraíba* em dicionários do século XXI

SÉCULO XXI		
<i>paraíba</i>		
Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara (BECHARA, 2011)	Ausente.	<i>paraibano</i> (pa.ra:i.ba.no) <i>adj.</i> 1 Da Paraíba (Nordeste do Brasil); próprio desse estado ou de seu povo. <i>sm.</i> 2 Natural ou habitante da Paraíba. [Do top. <i>Paraíba</i> + .ano.]
	Ausente.	

²³ Extraído de JOFFILY, José. **Anayde**: Paixão e Morte na Revolução de 30. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 12.

Dicionário Houaiss Conciso (HOUAISS, 2011)		<i>paraibano</i> <i>adj.</i> 1 da Paraíba s.m 2 natural ou habitante desse estado [ETIM: top. <i>Paraíba</i> + <i>-ano</i>]
Dicionário Unesp do Português contemporâneo (BORBA, 2011)	pa.ra.í.ba (<i>Tupi</i>) Sf 1 árvore medicinal, de madeira branca e leve, empregada em caixotaria e forros, casca amarga, considerada medicinal, folhas compostas e flores insignificantes: <i>De uma e de outra margem, sobressaiam as perobas, as umburanas e as paraíbas.</i> 2 mulher forte, lutadora, corajosa: <i>Valeu ter visto aquela paraíba feminina encarar um teste público de feminilidade e lutar contra os homens. (Deprec)</i> 3 mulher de aspecto e comportamento masculino; lésbica: <i>Meu irmão diz que sou paraíba só porque gosto de funk.</i>	<i>paraibano</i> pa.ra.i.ba.no Adj 1 natural ou habitante da Paraíba: <i>lavrador paraibano</i> 2 da Paraíba: <i>a capital paraibana</i> Sm 3 quem é natural ou habitante da Paraíba: <i>Um paraibano nos fez recordar aquelas canções.</i>
Novíssimo Aulete (AULETE, 2011)	(pa.ra.í.ba) <i>Bras. Angios.</i> sm. 1 Árvore da fam. das simarubáceas (<i>Quassia amara</i>), de madeira branca e frutos drupáceos, m. que <i>simaruba</i> 2 Árvore da fam. das simarubáceas (<i>Quassia versicolor</i>), de casca amarga e medicinal e drupas comestíveis, m. que	<i>paraibano</i> sm. 1 Pessoa nascida ou que vive na Paraíba a. 2 Da Paraíba; típico desse estado ou de seu povo IF.: Do top. <i>Paraíba</i> + <i>-ano.</i>]

	<i>pitombeira-de-marajó</i> 3 Trecho do rio que não pode ser navegado: "Por esses espaços ninguém metia lanço, devido a que o rio em seio de sua largura se atalhava de corredeiras - <u>paraíba</u> - repuxando sobre pedregulho..." (Guimarães Rosa, "Ripuária" in <i>Tutameia</i>) 4 <i>Pop.</i> Mulher de comportamento masculinizado 5 <i>Pop. Depr.</i> Lésbica; MACHONA 6 <i>Pop.</i> Operário da construção civil; PARU; PARAÍBA DE OBRA 7 <i>P. ext.</i> Qualquer nordestino, sobretudo o que procura a região sudeste em busca de trabalho; PAU DE ARARA [F.: Do tupi <i>pa</i> 'rab + 'iwa.]	
Dicio: dicionário online de português (eletrônico)	Substantivo feminino[Brasil] Árvore simarubácea.[Brasil: Sul] Trecho de rio que não pode ser navegado.[Brasil] Pop. Virago.	
Dicionário de sinônimos (eletrônico)	Ausente.	
Google dictionary		

(eletrônico)	<i>substantivo masculino</i> ANGIOSPERMAS 1. m.q. <i>SIMARUBA</i> (<i>Quassia amara</i>). 2. m.q. <i>PITOMBEIRA-DE-MARAJÓ</i> (<i>Quassia versicolor</i>). paraíba² <i>substantivo feminino</i> SUL DO BRASIL trecho de rio impróprio para a navegação. INFORMAL PEJORATIVO•BRASILEIRISMO mulher de aspecto e comportamento masculinos. INFORMAL PEJORATIVO•BRASILEIRISMO m.q. <i>LÉSBICA</i>. POR EXTENSÃO•INFORMAL mulher forte, lutadora. <i>substantivo de dois gêneros</i>. operário não qualificado da construção civil. 5. <i>substantivo de dois gêneros</i> POR EXTENSÃO qualquer nordestino. Semelhantes machona fanchona homaça machão machoa marimacho mulher-homem mulher-macho virago	<i>virago substantivo feminino</i> 1. mulher de aspecto, inclinações sexuais e hábitos masculinos; fanchona, paraíba. 2. <i>substantivo masculino</i> feixe de fios vegetais, metálicos etc. torcidos; cabo, corda. Semelhantes machona fanchona homaça machão machoa marimacho mulher-homem mulher-macho paraíba
--------------	--	---

O verbete *paraíba*, assim como vimos em *baiano*, também é definido nos dicionários do século XXI pelo estereótipo de “qualquer nordestino” (AULETE, 2011; *Google Dictionary*).

Mas, para além disso, pudemos identificar um aspecto discursivo que produz sentidos distintos para esses verbetes: quando *paraíba* é qualquer nordestino, ele é o trabalhador que vai em busca de trabalho na região Sul, o operário da construção civil, contudo, esses dizeres não acompanham *baiano*. O *baiano* é qualquer nordestino, mas não sendo preciso dizer que ele é o trabalhador, recuperando o movimento migratório que o paraibano (e pessoas de outros estados) fizeram em busca de oportunidades trabalhistas. Na rede enunciativa que aqui analisamos, isso se alinha ao discurso do baiano *naturalmente* indisposto para o trabalho e inclinado para a festa, para a celebração da preguiça; o baiano que mesmo quando realiza alguma atividade, o faz de maneira malfeita, com imperícia, como quem não se esforça o bastante.

Paraíba se apresenta no sentido de “Qualquer nordestino, sobretudo o que procura a região sudeste em busca de trabalho” (AULETE, 2011, p. 1026), de “operário não qualificado da construção civil.”²⁴ e de lavrador (BORBA, 2011). O que não significa dizer que por ser de um trabalhador, a acepção não é depreciativa, mas se torna na medida em que esse estereótipo exclui o nordestino de outros setores do trabalho e limita o seu potencial. Esse poder de excluir e limitar é descrito nesse dicionário como um exercício do Sudeste. É nessas relações que se constrói o discurso do nordestino despreparado, necessitado (visto que é sempre aquele que procura). Se *paraíba* é o trabalhador, é apenas no que for possível fazer com o esforço físico, é o que ele teria a oferecer.

Quando *paraíba* produz sentido preconceituoso, essa relação histórica entre as regiões é evocada, de modo que já não é somente um estado do nordeste brasileiro, o termo é ressignificado como um estereótipo que reúne dizeres depreciativos sobre o lugar. O “*paraíba*” no lugar de “*paraibano*”, seria um habitante proveniente de qualquer estado do Nordeste, assim, sem uma identidade independente, não importando especificá-lo. O estereótipo do *paraíba* se apoia na desigualdade social quando traz o discurso de superioridade sulista e subserviência nordestina. Ele coloca o SSE de um lado, o centro de desenvolvimento, e o Nordeste do outro, como um espaço atrasado; traz a fala do SSE dominante e do Nordeste necessitado.

Pensemos também no aspecto da raridade dos enunciados, conforme Foucault (2019, p. 135), segundo o qual “nem *tudo* é sempre dito; em relação ao que poderia ser enunciado em língua natural, em relação à combinatória ilimitada dos elementos linguísticos”. Ao enunciar: “o *paraíba*”, o sujeito deixa de dizer “o *paraibano*”, e a opção por um desses enunciados deve ser explicada no interior das condições que historicamente possibilitaram tais emergências.

²⁴ Google Dictionary. Disponível em:

https://www.google.com/search?xsrf=ALeKk03NmDtBYZeihlVXGjiheoE4xR0pLA%3A1594925635503&ei=Q6IQX_WsHrG95OUPjquPyA0&q=paraiba+dicionario&oq=paraibal. Acesso em: 16 jul. 2020.

Quando o verbete *paraíba* se refere a uma mulher, o discurso reúne outros dizeres. Podemos organizar suas acepções em três categorias descritivas: a *paraíba* mulher forte (BORBA, 2011; *Google Dictionary*), a *paraíba* masculinizada (AULETE, 2011; BORBA, 2011; *Dicio*; *Google Dictionary*) e a *paraíba* lésbica (BORBA, 2011; AULETE, 2011; *Google Dictionary*). Embora façamos essa distinção, não estamos apontando dizeres independentes, esses discursos se atravessam, constituem uma mesma rede de enunciados, pertencem a um mesmo domínio associado (FOUCAULT, 2010). Notemos que nenhum desses registros descreve uma mulher natural da Paraíba (ainda que seja a memória desse estado aquela que se evoca), seu uso pode se estender a mulheres de outros estados. É no comportamento da *paraíba* que reside o grande foco.

Ao falar da *paraíba* mulher forte (BORBA, 2011; *Google Dictionary*), percebemos ser comum atribuir essa força ao sentido de uma luta, de uma coragem. Ao buscarmos historicamente o que sustenta esse dizeres sobre a *paraíba*, essa referência à mulher nordestina, precisamos pensar: que outras falas estariam aí representadas? Que luta é essa? Coragem, mas diante de quê?

Ainda é muito vívida a figura do nordestino sobrevivente, retratado como habitante do espaço inóspito, do sertão sem azul e sem verde, onde o trabalho é braçal e as condições insalubres. É um quadro de sofrimento que não difere homem, mulher e nem criança. A ideia que perdurou é a de que corpos frágeis não prevaleceriam nesse lugar, somente os adaptados, resistentes como o da “mulher macho” e o do “cabra” que suporta a peste. Os únicos que poderiam continuar existindo. São considerados fortes, corajosos por insistirem em viver. Esse discurso recupera, sem dúvidas, aquilo que foi expresso em *Os Sertões*, obra que marcou o discurso regionalista sobre o Nordeste: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 1905, p. 114), além de tantas outras narrativas literárias, novelísticas e cinematográficas sobre a região.

O que foi dito no século XX sobre as mulheres sertanejas, sobre a bravura de Maria Bonita, sobre as ideias e estilo de vida de Anayde Beiriz, e a mulher-macho da canção de Gonzaga, conserva-se na singularidade dos tempos atuais para descrever a nordestina pela força, mas que não seria uma força feminina. O que ainda encontramos é a masculinização da paraibana, pois esse ideal de força não se aponta como próprio da mulher, mas como algo que a paraibana recebe quando se comporta como homem, isto é, segundo um modelo de comportamento masculino construído discursivamente. A força da paraibana, ainda no século presente, é afirmada como um traço de virilidade.

Também vemos a *paraíba* ser caracterizada por comportamento e aspecto masculino, além de ser qualificada como machona e virago. (AULETE, 2011; BORBA, 2011; *Dicio, Google Dictionary*). Isso nos leva a discutir até que ponto o discurso da nordestina dotada de força encontrou suas condições de possibilidade tão somente porque se difundiu que ela é uma mulher masculina, caráter que permitiria que ela tivesse atitudes que não lhe seriam próprias, nem possíveis, a não ser por “imitação”. O *Google Dictionary* apresenta uma lista de termos semelhantes à *paraíba* e todos eles se referem à ideia de uma mulher masculina: “machona, fanchona, homaça, machão, machoa, marimacho, mulher-homem, mulher-macho, virago”.²⁵

Mas ainda poderíamos nos perguntar: “masculinizada”, mas por quem? Nessas verdades dicionarizadas, aponta-se que é “por si mesma” que a *paraíba* é masculinizada, pois é ela quem se comportaria de modo atípico, que não age como deveria. Pela ótica discursiva, compreendemos que ela é masculinizada por tudo aquilo que foi historicamente construído como próprio de homem e próprio de mulher.

Em uma consulta ao verbete *virago* no *Google Dictionary*, também lemos: “mulher de aspecto, inclinações sexuais e hábitos masculinos; fanchona, paraíba.”.²⁶ *Paraíba* aparece, então, dentro de definições de mulher masculinizada. Além disso, esse dicionário também dispõe de uma lista de termos semelhantes à *virago*, a coluna é igual àquela que ele fornece à *paraíba*, acrescentando, apenas, o próprio termo *paraíba*. Como podemos perceber, essa aparência de masculinidade é bastante enfatizada, de modo que não há como discutir esse sentido de mulher forte sem considerar os efeitos que essa masculinização produz.

Ainda nesse sentido, nos chama atenção no exemplo de Borba (2011) a tentativa de ressignificar o enunciado “paraíba masculina” ao ser atualizado por “paraíba feminina”. A novidade do segundo é a de ser produzido em uma época em que as críticas feministas ganham visibilidade muito maior do que aquela de quando a canção era lançada. Contudo, é um exemplo problemático se entendemos que isso responde a reivindicações desse movimento, já que o texto completo diz: “*Valeu ter visto aquela paraíba feminina encarar um teste público de feminilidade e lutar contra os homens.*” (BORBA, 2011, p. 1024). Há pelos menos três aspectos intrigantes pela proposta assumida.

²⁵ Disponível em:

https://www.google.com/search?xsrf=ALeKk03NmDtBYZeihlVXGjiheoE4xR0pLA%3A1594925635503&ei=Q6IQX_WsHrG95OUPjquPyA0&q=paraiba+dicionario&oq=paraibal. Acesso em: 16 jul. 2020.

²⁶ Disponível em: <https://www.google.com/search?xsrf=ALeKk00bu-lP1hts>

HigY18b3jyezFR_6Q%3A1594925641050&ei=SalQX7_bAvqj5OUP9M2I-As&q=virago. Acesso em: 16 jul. 2020.

O primeiro aspecto é a ideia de “teste público de feminilidade” que pressupõe modos de se provar o feminino. “*Valeu ter visto*” reforça como algo positivo ver mulheres precisando provar que são mulheres para outras pessoas. Essa mulher “encara” o tal teste, é uma ação de valentia, mas é corajosa porque se submete a ele e não porque o questiona e o dispensa.

O segundo ponto que destacamos no exemplo de Borba (2011) é o uso de “feminilidade”, ideia complexa em termos teóricos que sem mais explicações dá abertura para interpretações e posicionamentos completamente distintos. Afinal, o que é ser feminina? Perspectivas opostas poderiam estar aqui, desde um comportamento natural das mulheres, biológico, pré-determinado, homogêneo, até a ideia de que o feminino é uma construção histórico-discursiva, um imaginário cultural formado nas relações sociais e de poder, que em muito tem a ver com imagens mediatizadas.

Em terceiro lugar, há uma distorção da proposta feminista ao dizer “[...] *lutar contra os homens*”. Se existe um posicionamento social do lexicógrafo positivo à luta pela igualdade e liberdade das mulheres, aqui ele retoma dizeres de quem se mostra contrário ao movimento. Parece-nos uma falha, uma contradição, pois as mulheres não lutam contra “homens”, mas sim contra o machismo, pensamento de superioridade masculina em que a mulher, essa “não-homem”, é afetada de diversas maneiras. Dizer que há mulheres que lutam contra homens inverte o sentido do movimento feminista que não é o de ser uma ameaça à convivência pacífica entre homens e mulheres, pelo contrário, é torná-la possível.

Outro exemplo de Borba (2011) para a *paraíba* masculinizada também soa desajustado: “*meu irmão diz que sou paraíba só porque gosto de funk*. (p. 1024). É mesmo parte dos dizeres do século XXI que funk é coisa de homem? O exemplo demonstra uma falta de afinidade com o termo, mas também um descuido em relação à seriedade de uma definição pejorativa, pois mesmo que se trate de uma aplicação incomum, toda produção de um dicionário está regulada por um poder-saber capaz de sustentar e difundir verdades.

Percebemos uma regularidade nesses dicionários no que concerne à orientação sexual da *paraíba*: existe uma ordem que é apresentar o discurso da mulher masculina sempre associado à mulher lésbica, isto é, o termo lésbica aparece sempre que *paraíba* também é associado a um comportamento masculino. É frequente se afirmar que a atração sexual e/ou afetiva lésbica torna esse sujeito “menos mulher”, reforçando uma heteronormatividade.

Na consulta que fizemos de *virago* no *Google Dictionary*, encontramos: “mulher de aspecto, inclinações sexuais e hábitos masculinos; fanchona, paraíba.”²⁷. Pouco depois dirá “lésbica”. Fica expressa a ideia de que essa orientação sexual seria uma inclinação masculina, uma orientação da qual a mulher teria se apropriado, que não partiria dela mesma.

Como estamos sempre tipificando a *realidade*, isso inclui o fato de preenchermos frequentemente categorias de masculino e feminino. O modo como certos discursos trabalham no sentido de enrijecer essas classificações permite que se produzam falas muito definidas sobre gênero, que cercos sejam levantados pelos que exercem o poder de demarcar. Diante disso, todo aquele que diverge é visto como desajustado, antinatural e sobremodo incômodo, já que ameaça ruir muros antigos, erguidos com verdades das quais se utilizam certos exercícios de poder.

Além de paraíba e baiano, o nordestino é geralmente visto como o sertanejo, assim como o Nordeste é imaginado como um grande sertão, o que nos oferece outro verbete para investigação.

3.3. SERTANEJO

Vamos à outra forma de fechamento e exclusão da identidade nordestina com a análise discursiva do verbete *sertanejo*. Voltemos nosso olhar para como isso se conecta com o que exploramos até aqui, bem como para as singularidades que apresenta.

Quadro 7 - Verbetes *sertanejo* em dicionários do século XIX

SÉCULO XIX		
<i>Sertanejo</i>		
Dicionário da língua brasileira (SILVA PINTO, 1832)	Ausente.	<i>sertão</i> . s.m. ões no plur. O interior das terras. Mato distante da costa marítima. <i>Sertão da calma</i> o lugar, onde ella he mais intensa.

²⁷ Disponível em: <https://www.google.com/search?xsrf=ALeKk02sCIX-x7Jt6NPEm1AcTubDq2DYpQ%3A1596415063217&ei=V1wnX-faDMK15OUPtrCowAo&q=virago>. Acesso em: 02 jul. 2020.

Vocabulário brasileiro (RUBIM,1853)	Ausente.	
Novo dicionário da língua portuguesa (FARIA, 1859)	Ausente.	<i>sertão</i> , s.m. (de <i>serra</i> , e <i>souto</i> , niata) região interior remota da costa do mar, mato interior. <i>Bem pelo</i> — (fig.) no mais íntimo; v.g., — do pensamento; é ant. ao sentido fig.: <i>da calma</i> , o mais forte, intenso della.
Thesouro da língua portuguesa (VIEIRA, 1871)	<i>sertanejo</i> , a, <i>adj.</i> Que habita no sertão, ou mattos interiores, o longe da costa. — Que so produz no sertão. —Substantivamente: <i>Costume dos sertanejos</i> .	
Dicionário da língua portuguesa (MORAES, 1878)	<i>sertanêjo</i> , a, <i>adj.</i> Que vive no sertão, ou matos interiores; e longes da costa. § Que se produz no sertão. <i>Vasc. Notic. p. 250.</i> <<herva <i>sertaneja</i> >> <i>vacca</i> —, <i>bèsta</i> —. § subst.. v. <i>g. costume dos sertanejos</i> .	
Dicionário de vocabulos brasileiros	Ausente.	<i>sertão</i> , s.m. (de <i>serra</i> , e <i>souto</i> , niata) região interior remota da costa do mar, mato interior. <i>Bem pelo</i> — (fig.) no mais íntimo;

(BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889)		v.g., — do pensamento; é ant. ao sentido fig.: <i>da calma</i> , o mais forte, intenso della.
---------------------------	--	---

Na leitura dos dicionários do século XIX, verificamos que a maioria deles não trazem o verbete *sertanejo* (SILVA PINTO, 1832; RUBIM, 1853; FARIA, 1859; BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889). Naqueles em que aparece (VIEIRA, 1871; BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889), as definições só se dão pelo sentido geográfico de uma “região interior”, de um lugar longe da costa, como lemos em *sertão*. É uma descrição ainda restrita ao espaço, não uma descrição de um indivíduo sertanejo e suas características. Mesmo quando Vieira traz o exemplo “*Costume dos sertanejos*.” (1871, p. 506), não chega a dizer quais costumes são esses.

Neste século XIX, o sertanejo e a relação com seu espaço ainda têm pouca visibilidade, ele é visto pela ideia ainda muito objetiva de um território e seu habitante. Isso se dá porque é no século XX o momento em que repercutem os acontecimentos que produzirão um discurso sobre o sertanejo como um modo de ser.

Quadro 8 - verbete *sertanejo* em dicionários do século XX

SÉCULO XX		
<i>sertanejo</i>		
Novo dicionário da língua portuguesa (FIGUEIREDO, 1913)	adj. Relativo ao sertão. Que vive no sertão. Silvestre. Rude. <i>M.</i> Indivíduo sertanejo.	<i>sertão m.</i> Lugar inculto, distante de povoações <i>ou</i> de terrenos cultivados. Floresta, no interior de um continente, <i>ou</i> longe da costa. <i>matuto, adj.</i> Sertanejo; que vive no mato. <i>Bras. do N.</i> Acanhado, tímido. <i>Fig.</i> Maníaco, scismático. <i>Fam.</i> Matreiro; manhoso; finório. <i>M. Bras. do</i>

		N. Provinciano. Roceiro. Homem ignorante. (De <i>mato</i>).
Dicionário da Terra e da Gente do Brasil (SOUZA, 1939)	Ausente.	
Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1964)	<i>adj.</i> Do <i>sertão</i> ; que vive no <i>sertão</i> ; rude; silvestre; <i>s.m.</i> indivíduo <i>sertanejo</i> (V. <i>Caipira</i>).	<i>sertão</i> , <i>s.m.</i> Lugar inculto, distante de povoações ou de terrenos cultivados; floresta do interior de um continente ou longe da costa; (Bras., Nordeste) zona do interior brasileiro, mais seca do que a caatinga; — <i>bruto</i> (Bras.); <i>sertão</i> sem moradores, totalmente desabitado; — <i>de gravatá</i> (Bras. Bahia): nome que dão os matutos a uma extensão de terra coberta de <i>gravatás</i> ; — <i>de pedra</i> (Bras., Rio Grande do Norte): designação dada à zona além do vale do Ceará-Mirim, por ser, daí em diante, muito pedregoso o solo.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1975)	<i>Adj.</i> 1. Do sertão. 2. Que habita o sertão. 3. Rústico, agreste, rude. 4. V. <i>caipira</i> (3 e 4).	
Dicionário de Gíria (GURGEL, 1984)	Ausente.	
Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras (NASCENTES, 1988)	s.f. e s.m. Pertinente ou relativo ao sertão; que habita o sertão, habitante do sertão.	s.m. Região sem cultivo ou lugar de povoação ou de regiões cultivadas. 2. Floresta afastada da costa. — bruto: (Bras.) Região, completamente abandonada no sertão.
Dicionário da Língua Portuguesa (LAROUSSE CULTURAL, 1992)	(ê) <i>adj.</i> 1. Próprio do sertão. 2. Originário do sertão; que vive no sertão. 2. Caipira.	
Dicionário Escolar Silveira Bueno (BUENO, 1996)	<i>adj.</i> Do sertão; que vive no sertão; rude, silvestre; s.m. indivíduo do sertão; caipira; caboclo.	<i>sertão</i> , sm. Lugar inculto, distante de povoações, floresta no interior de um continente ou longe da costa; zona do interior

Se, no século XIX, a relação do sertanejo e o sertão era descrita pelos dicionários de forma objetiva, restrita ao sentido de habitante, isso começa a dar lugar a definições mais detalhadas no século XX. Parece-nos que agora “sertão” e “sertanejo” são elementos que se mesclam e se confundem, os dizeres sobre um parecem servir para o outro, de modo que o sertanejo parece personificar o sertão e suas características. O sertão inanimado atribui suas características inertes ao sertanejo.

Neste momento, além do sentido de pertinente/relativo ao sertão (FIGUEIREDO, 1913; FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975; NASCENTES, 1988; LAROUSSE CULTURAL, 1992; BUENO, 1996), *sertanejo* é definido como o:

- agreste (FERREIRA, 1975);
- caipira (FERREIRA, 1964; LAROUSSE CULTURAL, 1992; BUENO, 1996);
- rude (FIGUEIREDO, 1913; FERREIRA, 1964; FERREIRA, 1975; BUENO, 1996);
- rústico (FERREIRA, 1975);
- silvestre (FIGUEIREDO, 1913; FERREIRA, 1964; BUENO, 1996).

Características como agreste, rude, rústico e silvestre, são aspectos comuns ao espaço pouco favorável ao cultivo e geralmente mencionados para descrever as condições geoclimáticas do sertão. O sertanejo recebe, pois, sentidos figurados que irão compor a imagem de um indivíduo bravio, ignorante, com dizeres semelhantes àqueles direcionados ao caipira, outra definição dada ao verbete *sertanejo*.

Sobre a concepção do *sertanejo* como o caipira, reparemos no modo como ele aparece na entrada *matuto* do dicionário de Figueiredo (1913): “*adj.* **Sertanejo**²⁸; que vive no mato. *Bras. do N.* Acanhado, tímido. *Fig.* Maníaco, scismático. *Fam.* Matreiro; manhoso; finório. *M. Bras. do N.* Provinciano. Roceiro. Homem ignorante. (De *mato*).” (p. 1833). O modo como foi discursivizada a ideia de um “viver no mato” reúne uma série de dizeres depreciativos, como o de que comunidades isoladas são de gente não civilizada e selvagem, afinal, isso significaria não habitar os centros produtivos, urbanizados, onde existiria a *verdadeira* vida social, com *bons* costumes, cultura letrada e valorizada.

Vejamos também que esses dicionários definem *sertão* como um lugar inculto (FIGUEIREDO, 1913; FERREIRA, 1964; NASCENTES, 1988; BUENO, 1996), no sentido de uma terra não cultivada, de espaço não ideal para as plantações. Sabemos que quando o termo

²⁸ Grifo nosso.

“inculto” é dirigido a pessoas, ele remete ao indivíduo tido como sem preparo intelectual ou erudição, o que costuma acontecer com o sujeito nordestino.

Novelas, músicas, cinema e literatura irão explorar essa imagem do sertanejo e contribuir para que ela seja disseminada e conservada. É exemplo disso o personagem Fabiano, o vaqueiro rude e de poucas palavras de *Vidas Secas*, obra de Graciliano Ramos, de 1963, bem como Vicentão, o nordestino valente que resolve tudo com macheza, um personagem que ficou conhecido no filme *O auto da compadecida*, adaptação da obra de Ariano Suassuna que estreou em 2000.

É preciso dizer também que o cangaço, que como vimos foi um fenômeno do banditismo que se concentrou no sertão nordestino, influenciou não só a construção da identidade da mulher nordestina através da personagem de Maria Bonita, como também ajudou a produzir os dizeres sobre o homem nordestino na personalidade de Lampião que se tornou a lenda do Robin Hood do sertão.

Diante disso, podemos perceber um deslizamento de sentido que se realiza pelo deslocamento do espaço para o sujeito, do sertão para o sertanejo, bem como a figura do caipira é atribuída ao sertanejo como um traço de ignorância. Como as diferentes épocas e culturas estabelecem certos modelos de virilidade, com a caracterização do sertão rude, bruto e inculto se estendendo à representação do próprio sertanejo, esses dizeres influenciaram no modo como essa identidade do homem nordestino foi construída, de modo que o sertanejo incorporou a figura do "macho nordestino" que, assim como a terra e o clima da região, seria hostil e árido.

Quadro 9 - verbete *sertanejo* em dicionários do século XXI

SÉCULO XXI	
<i>sertanejo</i>	
Dicionário da Língua Portuguesa (BECHARA, 2011)	(ser.ta.ne.jo) [ê] <i>adj.</i> 1 Referente a ou próprio do sertão. <i>adj. sm.</i> 2 Que ou quem vive no sertão. [De <i>sertão</i> (<i>sertan-</i>) + <i>-ejo</i> .]
Dicionário Houaiss Conciso (HOUAISS, 2011)	\ê\ <i>adj.</i> 1 relativo a sertão <tradição s.> 2 não cultivado; rude, rústico <i>adj.s.m.</i> 3 (aquele) que habita o sertão [ETIM: <i>sertão</i> sob a f. <i>sertan-</i> + <i>-ejo</i>]

Dicionário Unesp do Português contemporâneo (BORBA, 2011)	ser.ta.ne.jo Adj 1 nascido ou que vive no sertão: <i>Sabia que era um matuto sertanejo.</i> 2 típico da gente do sertão: <i>espírito sertanejo</i> 3 do sertão: <i>um recanto sertanejo</i> 4 tido como típico da zona rural: <i>música sertaneja</i> 5 que se dedica a cantar músicas tidas como características da zona rural: <i>cantores sertanejos</i> Sm 6 pessoa que nasce ou que vive no sertão: <i>A seca de 1825 deixou sinistra impressão na memória dos sertanejos.</i> 7 música típica do sertão: <i>As músicas do momento são o sertanejo, o pagode e o rap.</i>	<i>Sertanismo</i> ser.ta.nis.mo Sm 1 atividade de desbravamento do sertão: <i>O sertanismo permitiu a expansão geográfica.</i> 2 conjunto de traços características do sertão: <i>O autor pretende retratar o sertanismo genuíno.</i> <i>Sertanista</i> ser.ta.nis.ta S 1 especialista em assuntos do sertão ou quem atua na proteção e integração do indígena; indigenista: <i>Os irmãos Vilasboas foram os sertanistas que mais se destacaram na proteção ao indígena brasileiro.</i> 2 habitante do sertão; sertanejo: <i>O sertanista, de chapéu na mão, veio cumprimentá-lo respeitosamente.</i> Adj 3 que habita o sertão: <i>um lavrador sertanejo</i> 4 que entrava pelos sertões à procura de riquezas; bandeirante: <i>Devemos aos desbravadores sertanistas o alargamento de nossas terras.</i>
Novíssimo Aulete (AULETE, 2011)	(ser.ta.ne.jo) [ê] a. 1 Ref. ao sertão ou próprio dele 2 Que nasceu ou vive no sertão: <i>Recrutaram soldados <u>sertanejos</u>.</i> 3 Pej. Que tem	

	maneiras muito rudes 4 Ver <i>caipira</i> sm. 5 Aquele que nasceu ou vive no sertão 6 Aquele que tem maneiras muito rudes 7 Ver <i>caipira</i> [F.: <i>sertão</i> na f. <i>sertan-</i> + <i>-ejo</i> .]
Dicio: dicionário online de português (eletrônico)	Adjetivo Originário do sertão; que vive no sertão. Próprio do sertão. substantivo masculino Aquele que vive no sertão.
Dicionário de sinônimos (eletrônico)	1 descortês, rústico. 2 caboclo, caipira, casacudo, jagunço, matuto, rude, silvestre, tabaréu. A palavra sertanejo aparece também nas seguintes entradas: capiau, jeca, roceiro, mocó
Google dictionary (eletrônico)	<i>adjetivo</i> 1. relativo ao, originário ou próprio do sertão. 2. que se situa no interior, que está longe da costa. 3. não cultivado; rude, rústico. 4. <i>adjetivo substantivo masculino</i> que ou aquele que habita o sertão. 5. <i>adjetivo substantivo masculino</i> que ou aquele que vive nas aldeias, no campo, nas regiões interiores, em especial, os de pouca instrução e de convívio e hábitos rústicos; caipira. Semelhantes caipira araruama arigó babaquara baiano beiradeiro biriba brocoió caapora caboclo

No século XXI, é preservada a tendência de personalizar o sertanejo com características de sua região e conservada a figura do sertanejo rude e caipira. Houaiss define *sertanejo* como um sujeito “não cultivado; rude, rústico” (2011, p. 857), como quem retrata o solo do sertão. Nesse mesmo sentido, o Aulete descreve o *sertanejo* por suas “maneiras muito rudes” (2011, p. 1257) e o *Sinônimos* traz como alternativas “rude” e “silvestre”.

A imagem do caipira se repete e constrói uma regularidade discursiva segundo a qual o sertanejo não possui habilidades de socialização (BORBA, 2011; AULETE, 2011; *Sinônimos*, Google). Como explica Albuquerque Júnior, “O nordestino se aproxima muito da imagem do matuto ou do caipira. Ele é sempre mostrado como a inversão da figura do citadino, do grã-fino, do bem-educado, do civilizado, do polido.” (2011, p. 297). E é o que vemos ser reproduzido aqui.

Um exemplo de Borba para *sertanejo* é “A seca de 1825 deixou sinistra impressão na memória dos sertanejos” (2011, p. 1278). A seca é uma temática constante para se pensar o nordestino, ela marca não só a memória de seus sobreviventes, mas também do Sudeste, que ao retomá-la, quase sempre o evoca sob esse plano de fundo. As narrativas sobre as grandes secas enfrentadas no sertão e os vários discursos que isso produziu, possibilitaram que o Nordeste passasse a ser visto sempre a partir da seca, silenciando as áreas úmidas existentes. Como a própria origem do termo sertão remonta é o “desertão”, o grande deserto brasileiro.

A terceira e a quinta acepções apresentadas para o verbete *sertanejo* no *Google Dictionary* trazem “Não cultivado”, “rude” e “rústico”, e caracterizam o sertanejo do mesmo modo como se dirigem à região sertaneja, apresentando-o como um indivíduo sem refinamento, pouco aprendido, grosseiro; o sertanejo seria conhecido por uma personalidade bruta e áspera. Esse discurso se mostra ainda mais marcado quando o *Google Dictionary* afirma que os sertanejos são pouco instruídos, como se só pudéssemos esperar do sertão pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade, analfabetas, que não exercem esforço intelectual como energia de trabalho. Trata-se de uma generalização baseada na imagem do estereótipo de sertão atrasado.

Voltemos nosso olhar para o que vem logo após essas definições: os termos “semelhantes” e “opostos”. A sequência em “semelhantes” é claramente depreciativa: *sertanejo* estabelece uma relação sinonímica com caipira, araruama, arigó, babaquara, beiradeiro, biriba, termos que diferem pela região em que possuem uso mais frequente. De modo geral, são referências ao morador da roça, do interior, usados de forma pejorativa. Os termos opostos vêm acentuar essa visão sobre o sertão que, em sua relação com o rural, seria oposto ao urbano; que não seria rústico, mas sofisticado. A forma como o sertanejo é apresentado não é muito diferente da maneira como a sua variedade linguística costuma ser avaliada por outros falantes.

Lamento Sertanejo (1967) é uma canção da música popular brasileira instrumentada por Dominginhos (1941-2013) e com letra de Gilberto Gil. Nos chama atenção como a letra reúne os dizeres que vimos nos dicionários acerca da identidade do nordestino sertanejo.

*Por ser de lá
Do sertão, lá do cerrado
Lá do interior do mato
Da caatinga do roçado.
Eu quase não saio
Eu quase não tenho amigos
Eu quase que não consigo
Ficar na cidade sem viver contrariado.*

*Por ser de lá
Na certa por isso mesmo
Não gosto de cama mole
Não sei comer sem torresmo
Eu quase não falo
Eu quase não sei de nada
Sou como rês desgarrada
Nessa multidão boiada caminhando a esmo*

Lamento Sertanejo, Gilberto Gil/Dominginhos (1967).

O compositor traz o sertanejo na voz eu lírica da canção e com isso expressa sentimentos e impressões de si mesmo como sertanejo morando na cidade, de uma identidade que não consegue se adaptar ao novo lugar. Nessa relação, o sujeito sertanejo se subjetiva como pertencente ao “interior do mato”, como alguém sem socialização, ele não sai, não tem amigos. Ele também quase não fala, característica que novamente nos faz citar Fabiano, de *Vidas Secas*. Esse sertanejo sempre se contraria com a vida na cidade, à qual ele não consegue se adequar. Não gosta de “cama mole” porque é acostumado a viver uma vida dura; ele é rude e se satisfaz na aspereza. O sertanejo, ao pensar a si mesmo, se vê ignorante: “Eu quase não sei de nada”. Verdades que vimos dicionarizadas e reunidas pelo discurso, esse “fio tênue, mas tenaz, que atravessa e tece a teia das palavras e das imagens” (COURTINE, 2013, p. 24), e cuja duração não nos pertence.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa reflexão inicial, trouxemos o enunciado dito, em 2019, pelo então presidente brasileiro: “Daqueles governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão. Tem que ter nada com esse cara”, e fizemos a seguinte indagação: onde, de fato, estavam ditas as ofensas que provocariam “espanto e indignação” com a irrupção de “paraíba”? Que outros enunciados povoariam as suas margens? (FOUCAULT, 2019). Nesse sentido, investigamos historicamente a constituição desse discurso em sua dispersão, recuperando enunciados que demonstraram pertencer a um mesmo domínio associado.

Para tanto, consideramos que o discurso sobre o paraibano não estava isolado de outros sujeitos nordestinos, como o baiano e o sertanejo. Se consideramos esses sujeitos em especial, foi pela popularidade de suas representações estereotípicas, pela relação quase sinonímica com a qual aparecem nos discursos. Essa necessidade de delimitação foi para nós como estabelecer apenas um ponto de uma imensa rede discursiva que constituiu os dizeres sobre o nordestino. Não tivemos a presunção de esgotar a história nordestina com apenas alguns de seus personagens, sabemos, pois, que essa região possui muitos outros sujeitos, falas e acontecimentos. Nossa busca foi justamente em direção oposta, caminhou no sentido de apontarmos como certos recortes podem garantir o exercício de um poder de excluir, reduzir, fixar e classificar certas representações identitárias.

Nosso interesse não esteve centrado em corrigir falhas de trabalhos lexicográficos, nem sugerir um modelo que nos parecia mais adequado. Nosso trabalho não foi apresentar uma crítica de técnicas, mas do discurso do verdadeiro sobre a identidade nordestina. O dicionário, para nós, é um suporte de enunciados que, uma vez acessados, mostram-nos o modo como foram produzidas as verdades que circularam discursivamente em diferentes épocas. Termos optado pelos dicionários nos deu acesso a verdades que cada século da formação do Nordeste produziu acerca da identidade nordestina. A lexicografia foi para nós um campo através do qual pudemos investigar uma relação de saber-poder capaz de legitimar esses dizeres, de torná-los evidentes e naturais aos nossos olhos.

Ao analisarmos os verbetes *baiano*, *paraíba* e *sertanejo* em dicionários dos séculos XIX, XX e XXI (incluindo outros que se mostraram relacionados e relevantes para a discussão proposta), pudemos recuperar verdades que foram dicionarizadas sobre a identidade nordestina, a raridade do que foi possível dizer sobre ela e aquilo que, entre o que foi dito, foi conservado, considerando sempre o discurso assertivo da estereotipia na produção dessa vontade de verdade.

Acerca do verbete *baiano* no século XIX, essa época produziu um discurso sobre o baiano em que ele aparece associado a um espaço de importância política, populacional e econômica. Nesse momento, vimos que sua relação com o Sudeste estava em também ocupar um lugar de prestígio. No discurso de maranhenses, o *baiano* pertencia a uma comunidade imaginada como pequena e da roça, uma imagem produzida nas trocas comerciais das feiras de gado. Nas descrições gerais de *baiano*, ele é descrito como natural de uma numerosa e extensa província; já se discursivizava, portanto, verdades distintas sobre o baiano.

Com o século XX, deixam de aparecer os dizeres de prestígio sobre a Bahia e sentidos pejorativos passam a ser registrados, como aqueles que acompanham o verbete *baianada*. Identificamos a continuidade do discurso de que baiano é um habitante da roça, mas agora é também o caipira, rude, sem instrução ou modos, oposto ao citadino. Começa-se a marcar o olhar sulista nas acepções de *baiano*, com significados como “o mesmo que nortista” e “mau cavaleiro”. Nos chamou atenção o fato de que o baiano foi construído historicamente como um mau condutor de cavalos ao passo em que o gaúcho foi produzido como exímio nessa tarefa. Também irrompe nesses dicionários, dizeres sobre o estereótipo do baiano preguiçoso.

Ao nos voltarmos para o século XXI, a visão do SSE ainda se mostrou frequente, de modo que essa pesquisa demonstra que essas regiões exercem o poder de classificar o baiano (e o nordestino), definindo, mas também fixando a sua representação, pois seus dizeres reverberam e são preservados, ao passo que a fala prodigiosa sobre a Bahia vista apenas no século XIX não se conservou nos dicionários.

Se na análise do século anterior víamos que o Brasil se adaptava à ideia de um Nordeste à parte do Norte, com os tempos atuais, observamos que o Sudeste não agiu no sentido de se adaptar, mas de preservar essa antiga forma de enxergar as regiões, não reconhecendo suas diferenças, pelo contrário, “nordestino” veio para se juntar a “nortista”. Também é mantida a imagem do baiano criador de gado, roceiro, caipira ignorante e tolo.

Houve continuidade da representação do baiano “fanfarrão”, que realiza “baianadas” e “mau condutor”. Além disso, *baiano* também foi descrito com os estereótipos raciais “negro” e “mulato”, mostrando a presença do discurso racista que envolve o passado de escravidão que compõe a imagem do baiano. Conseguimos nos deter mais nas questões raciais com a análise do verbete *baiana*, quando a figura da baiana do acarajé e da fantasia festiva trouxeram algumas discussões acerca da representatividade e da apropriação cultural. Houve o aparecimento de verbetes referentes ao que é próprio de uma identidade baiana (*baianidade*, *baianês*, *baianização* e *baianizar*) e que se mostraram como um discurso de resistência às diversas tentativas de generalizar o baiano, uma resposta a uma urgência.

Já no que se refere ao verbete *paraíba*, no século XIX, ele recebeu três acepções: um rio, uma província ou uma madeira. O *parahybano*, como era registrado, foi descrito com prestígio social e parte de uma economia próspera (semelhantemente ao caso de *baiano*, nessa época).

Com o século XX, *paraíba* é definido com sentidos que vão desde uma árvore, um rio inavegável, um estado, a falas estereotípicas e pejorativas. Vimos esse verbete significar qualquer nordestino ou operário sem qualificação, o que se apresentou como efeito da industrialização que promoveu o movimento migratório de nordestinos, sobretudo para o Sudeste. Nessas condições históricas, o nordestino passou a ser categorizado como um indivíduo de capacidade restrita a trabalhos manuais e sempre em busca de emprego. Ainda nesse sentido, houve a entrada de *paraibada*, verbete que traduziria um conjunto de trabalhadores da construção civil.

Outro sentido de *paraíba* que emergiu no século XX foi o de mulher-macho, uma construção através da qual a nordestina é masculinizada. Ao se dizer que essa mulher é masculina, também foi dito, como que por extensão, que ela seria lésbica. Isso se mostrou ligado à memória da Maria Bonita, da canção *Paraíba*, e da mulher sertaneja lidando com a seca, para afirmar que a nordestina escapa ao modelo de feminilidade. Foi atribuída a essa mulher a qualidade de guerreira, forte e capaz, mas essas características não foram vistas como femininas, e sim encaradas como uma demonstração de “macheza”.

Ao chegarmos ao século XXI, refletimos que, embora *baiano* e *paraíba* tragam consigo o uso destinado a qualquer nortista ou nordestino, enquanto *baiano* é descrito como um mau executor de seu trabalho, com os sentidos de “mau condutor”, “fanfarrão” e “baianada”, o *paraíba* é definido como o trabalhador que migra para o Sul em busca de emprego, o operário. Mesmo assim, o estereótipo do *paraíba* trabalhador também se mostrou depreciativo porque reduz a capacidade desse sujeito à possibilidade única da atividade braçal.

Outro ponto é que quando *paraíba* se refere à mulher, o que se fala é de seu gênero e orientação sexual, sua conduta. Vimos se repetir o sentido da *paraíba* mulher forte, da *paraíba* masculinizada, e da *paraíba* lésbica.

Em nossa busca por *sertanejo*, vimos que no século XIX não é uma preocupação da maioria dos dicionários dispor dessa entrada. Naqueles em que pudemos constatar sua presença, o sentido se deu exclusivamente pelo geográfico, ainda não se fazia uma descrição do sertanejo com suas características e costumes.

No entanto, no século XX, o verbete *sertanejo* se apresenta de forma distinta, pois passa a ser mais presente e descrito com mais detalhes, de forma que pudemos identificar vontades

de verdade sobre esse sujeito. As descrições às quais tivemos acesso demonstraram uma apropriação do sertanejo em relação às características de seu espaço, solo e condições. Ele é apresentado como um indivíduo rude, rústico, silvestre e inculto.

Observamos um deslocamento de sentido do espaço sertão para o sujeito sertanejo e que essa caracterização contribuiu para que ele incorporasse a figura do “macho nordestino” que, assim como as condições geoclimáticas do Sertão, seria hostil e árido. O sertanejo também foi associado à imagem do “matuto”, visto como alguém que viveria no mato. Isso divulgou a ideia de que o sertanejo não tem habilidades de socialização, pois não conhece os centros da vida “civilizada”. Todo esse discurso permanece no século XXI, reforçando a imagem do sertanejo caipira (o oposto do cidadão culto, polido e civilizado) e viril.

Mediante esse estudo, vimos que a articulação teórica entre a Análise do Discurso foucaultiana e os Estudos Culturais nos permitiu entender a identidade em uma perspectiva construtivista e de uma produção inacabada, em movimento descontínuo, marcado por rupturas e deslocamentos. Mas para além do sentido de uma interface entre as áreas, a união de suas contribuições particulares nos ofereceu noções fundamentais para a nossa discussão. A aliança desses dois campos de saberes nos possibilitou compreender não apenas o funcionamento do discurso, mas ainda o modo como esse funcionamento trabalha em prol da estereotipia e, conseqüentemente, das identidades marginalizadas, da exclusão, e da xenofobia. Desse modo, pudemos melhor contemplar nossos objetivos.

Diante daquilo que cada época produziu como verdade acerca da identidade nordestina, percebemos que os dizeres de prestígio sobre a região deram lugar a falas negativas e que essas sim são até hoje conservadas. Nisso consiste a importância de desnaturalizarmos certas práticas discursivas que sustentam a desigualdade e intolerância que acometem o Nordeste.

Até hoje, os discursos sobre a força nordestina envolvem a ideia de um sertanejo bruto, sem sentimento, e de uma “mulher macho”, valente, para justificar o desamparo político nos espaços de seca. Para esses homens e mulheres fortes, sobreviventes brasileiros, não existiria vulnerabilidade social que não pudessem suportar. Mas a seca é apenas uma das muitas realidades nordestinas, e tem sido, historicamente, um recorte útil, servindo para afirmar que o Nordeste é completamente pobre, abandonado, e de um único clima e paisagem, ao passo que o SSE foi construído com ares de Europa.

Como vimos, são muitos os dizeres negativos sobre a identidade nordestina. Sabemos que eles sustentam práticas xenofóbicas, revelam a aversão ao nordestino e, por isso, contribuem para a manutenção de desigualdades. Isso reforça a necessidade de uma leitura mais

crítica dos instrumentos didáticos, tendo em vista que a educação é certamente a principal forma de resistirmos aos discursos do ódio e da ignorância.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVES, Antonio Tadeu de Miranda. **Retratos de Caipira**: construção de um estereótipo em Ângelo Agostini (1866-1872). 2007. 113f. (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BIDERMAN, M.T.C. A ciência da lexicografia. **Alfa**, São Paulo, n. 28, 1984, p. 1-26.
- BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. Aurélio: sinônimo de dicionário? **Alfa**, São Paulo, v. 44, 2000, p. 27-55.
- BRAGA, Amanda. **História da beleza negra no Brasil**: Discursos, corpos e práticas. São Carlos: EdUFSCAR, 2015.
- BRASIL. PNLD DICIONÁRIOS 2012. **Portal do MEC 2013**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/dicionarios>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Laemmert C, 1905.
- FERREIRA, M. C. L. **Da ambigüidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: ed. Universidade UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2011.
- FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

- FOUCAULT, M. O Sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231–249.
- FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da Ética: resumo do trabalho em curso. In: **Ditos e Escritos IX**. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 217.
- GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GEIGER, Paulo (org.). **Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos-SP: Claraluz, 2006.
- HAENSCH, G. Tipología de las obras lexicográficas. In: HAENSCH, G. et al. (Org.). **La Lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982, p. 95 - 187.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guarareira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.
- IPHAN. Ofício das Baianas de Acarajé, **Dossiê Iphan**, Brasília, DF. v. 6, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=22&busca=>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- KRIEGER, Maria da Graça. Tipologias de dicionários: registros de léxico, princípios e tecnologias. **Calidoscópio**, v. 4, n.3, set. 2006, p. 141-147.
- KRIEGER, Maria da Graça; MÜLLER, Alexandra Feldekircher; GARCIA, Andréa Roberta da Rocha; BATISTA, Rosinalda Pereira. O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2006, p. 173 -187.
- LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. São Paulo: Editora Plantarum, 1992.
- MARQUES, Fabrício. O mito racista do baiano preguiçoso: Tese que denuncia o racismo embutido no mito da preguiça baiana vai sair em livro. In: **Revista Fapesp**, São Paulo, n. 103, set. 2004, p. 83-87.

- NEGREIROS, Adriana. **Maria bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**: Editora Objetiva, 2018.
- NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras**, Taguatinga, v. 3, p. 6-21, 2010.
- NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XX. São Paulo: Pontes, 2006.
- NUNES, José Horta. A Invenção dos dicionários brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. **Revista argentina de historiografia linguística**, v. 2, p. 159-172, 2013.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PECHEUX, M. A Análise do Discurso: Três Épocas. In: GADET, F. et al. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p.311-318.
- PECHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- PECHEUX, M. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdufScar, 2009. p. 21-26.
- PLATÃO. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 13. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.
- POSSENTI, Sírio. **Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas**. In: MUSSALIM; BENTES (orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 353-392.
- RAGO, Margareth. Sonhos de Brasil. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 13- 19.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SARGENTINI, V. M. Há em Foucault um gesto inaugural nos estudos do discurso? **Revista Heterotópica**, V. 1, n. 1, p. 34-47, 26 jun. 2019.
- SILVA FILHO, Paulo Alexandre. **Desvalorização e Desprezo ao Trabalho Manual e Mecânico na Sociedade Escravista Colonial**. In: V ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA, 2004, Recife. Anais. Recife: 2004.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 31-52. 1993.

SOUZA, Alan Lobo de. **Estereótipos em piadas sobre baiano**. 2013. 104f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 2013.

SOUZA, Daniele Santos de. **Bahia de todos os santos e africanos: trabalho escravo em Salvador na primeira metade do século XVIII**. In: IV ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERAÇÃO NO BRASIL MERIDIONAL, 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: 2009.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidades Regionais**: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia. Londrina, PR: Eduel, 2014.

VERDELHO, Telmo. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, José Horta. et al. (Org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 15-62.

VEYNE, PAUL. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ZANLORENZI, Elisete. **O mito da preguiça baiana**. 1998. 267f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Dicionários

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. **Diccionario de vocabulos brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BECHARA, E. **Dicionário da língua portuguesa** Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BORBA, Francisco S. **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar Silveira Bueno**. 23. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

FARIA, Eduardo de. **Novo diccionario da lingua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Typographya Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1859. v. 1.

FARIA, Eduardo de. **Novo diccionario da lingua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Typographya Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1859. v. 2.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S. A., 1964.
- FIGUEIREDO, Candido de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. [1913] 2010. Project Gutenberg E-book. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>. Acesso em: 04 de jun. 2020.
- GEIGER, Paulo (org.). **Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- GURGEL, J.B. Serra e. **Dicionário de Gíria: Modismo Lingüístico – Equipamento Falado do Brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: J.B. Serra & Gurgel, 1984.
- GURGEL, João Bosco Serra e. **Dicionário de gíria: modismo lingüístico: o equipamento falado do brasileiro**. 8.ed. Brasília: J.B. Serra & Gurgel, 2009.
- HOUAISS, Antônio (org.) & Villar, Mauro de Salles (ed. resp.). **Dicionário Houaiss conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.
- Larousse cultural:** Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Universo, 1992.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1988.
- OLIVEIRA, Alberto Juvenal de. **Dicionário Gaúcho: termos, expressões, adágios, ditados e outras barbaridades**. 3. ed. Porto Alegre: Age, 2005.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- RUBIM, Braz da Costa. **Vocabulario Brasileiro: para servir de complemento aos dictionarios da lingua portuguesa**. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro, 1853.
- SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877-1878. v.1.
- SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portugueza**. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877-1878. v.2.
- SOUZA, Bernardino José de. **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- VIEIRA, Frei Domingos. Rio de Janeiro; Pará: Em Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871. v. 4.
- VIEIRA, Frei Domingos. **Thesouro da lingua portuguesa**. Rio de Janeiro; Pará: Em Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871. v. 1